



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA – CCEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG
DOUTORADO

OS NOVOS PAPÉIS E FUNÇÕES DA CIDADE MÉDIA DE CARUARU/PE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

João Pessoa-PB,
2018.



MARIANA RABÊLO VALENÇA

**OS NOVOS PAPÉIS E FUNÇÕES DA CIDADE MÉDIA DE CARUARU/PE:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR**

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito à obtenção do grau de Doutora em Geografia.

João Pessoa-PB,
2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

V152n Valença, Mariana Rabêlo.

Os novos papéis e funções da cidade média de Caruaru/PE: uma análise a partir da expansão do ensino superior / Mariana Rabêlo Valença. - João Pessoa, 2018. 195 f. : il.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCEN/PPGG.

1. Cidades Médias. 2. Instituições de Ensino Superior. 3. Reestruturação Urbana. 4. Interações Espaciais Interescalares. 5. Caruaru. I. Título

UFPB/BC

**“Os Novos Papéis e Funções da Cidade Média de Caruaru - PE:
Uma análise a partir da Expansão do Ensino Superior”**

por

Mariana Rabêlo Valença

Tese apresentada ao Corpo Docente do Programa de
Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:

Prof. Dr. **Carlos Augusto de Amorim Cardoso**

Orientador

Prof. Dr. **Rafael Faleiros de Pádua**

Examinador Interno

Prof. Dra. **Nirvana Lígia Albino Rafael de Sá**

Examinadora Interna

Prof. Dr. **Jan Bitoun**

Examinador Externo

Prof. Dr. **Márcio José Catelan**

Examinador Externo

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado e Doutorado em Geografia**

Dezembro/2018

Ao meu filho, Bernardo,
Pelo tempo que não pude estar por inteiro.
E a memória da minha irmã,
Malu.

O Mundo, porém, é apenas um conjunto de *possibilidades*, cuja efetivação depende das *oportunidades* oferecidas pelos lugares. Esse dado é, hoje, fundamental, já que o imperativo da competitividade exige que os lugares da ação sejam global e previamente escolhidos entre aqueles capazes de atribuir a uma dada produção uma produtividade maior. Nesse sentido, o exercício desta ou daquela ação passa a depender da existência, neste ou naquele lugar, das condições locais que garantam eficácia aos respectivos processos.

Mas o território termina por ser a grande mediação entre o Mundo e a sociedade nacional e local, já que, em sua funcionalização, o “Mundo” necessita da mediação dos lugares, segundo as virtualidades destes para usos específicos. Num dado momento, o “Mundo” escolhe alguns lugares e rejeita outros e, nesse movimento, modifica o conjunto dos lugares, o espaço como um todo.

É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar *espaço*, o Mundo depende das virtualidades do Lugar. Nesse sentido pode-se dizer que, localmente, o espaço territorial age como norma.

Milton Santos

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses quase cinco anos de um árduo trabalho muitas foram as pessoas que contribuíram de alguma forma para que esta tese acontecesse. Ao citar nomes, corro o risco de esquecer alguém, mas seria injusto não mencionar algumas dessas pessoas tão importantes neste processo.

Inicialmente, gostaria de agradecer a minha família, que sempre me apoiou nas minhas escolhas e contribuiu para que eu alcançasse meus objetivos, em especial a minha mãe, Miriam, e ao meu esposo, Wictor, que redobram os cuidados com Bernardo para que eu desse conta de estudar. Ao meu pai, Ozano, minha madrastra, Dulce, e minha irmã, Maria Fernanda, que também sempre se colocaram a disposição nesta jornada de mãe-doutoranda.

Ao querido professor-orientador, carinhosamente chamado Caugusto, por ter confiado em mim e por ter sido tão acolhedor nos momentos que pareciam difíceis. A secretária do PPGG, Sônia Maria dos Nascimento, sempre tão solícita.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa concedida através do Projeto da ReCiMe “Grandes infraestruturas urbanas, o ensino superior e o desenvolvimento regional: reconfigurando as relações entre as cidades médias, as cidades pequenas e o campo, financiado pelo PRÓ-Integração/MI-CAPES, Edital 055/2013.

A Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias – ReCiMe, em nome da sua coordenadora nesta instituição, a Profa. Doralice Maia, e da coordenadora geral, a Profa. Maria Encarnação Beltrão Sposito, uma grande referência com quem tive a honra de dialogar algumas vezes para refletir sobre minha pesquisa. Aos professores também da Rede Márcio Catelan e Everaldo Melazzo, que contribuíram imensamente para problematização e reflexão do objeto de pesquisa. O primeiro trouxe, ainda, muita inspiração e foi meu supervisor durante a missão estudantil na Universidade Estadual Paulista-UNESP/Presidente Prudente, em meados de 2017, período fundamental para o meu amadurecimento teórico-metodológico e, mais do que isso, pessoal.

A todos que fazem/fizeram o Grupo de Estudos Urbanos – GEURB, particularmente a Eliana Calado, Elizângela, Eliane, Ari, Nirvana, Nathaly, Luciana e Wilma; e o Escolarcidade, principalmente, a querida Rachel, com quem dividi muitas aflições.

Aos amigos da Escola Cândido Duarte, principalmente Dayvison, Janilson, Sandra e Carla, que no início do curso “seguraram as pontas” para que eu conseguisse me dividir entre as salas de aula na condição de professora, em Recife, e as salas de aula na condição de aluna, em João Pessoa.

Aos amigos de outros espaços e tempos. Às amigas da infância, Amanda, Thaísa e, em especial, Grasielle, com quem partilhei muitos cafés escrevendo a tese e estudando para concurso; Cecília Nascimento e Rebeka Maciel, por tanto carinho, apoio e encorajamento.

Aos queridos companheiros da turma 2014.1, Petrúcio, Nayana (*in memoriam*), Pamela, Ana Paula e Franklin, com quem dividi muitas aflições, mas também muitos momentos felizes e divertidos na capital paraibana.

Aos colegas da nova escola, que me acolheram e apoiaram nesta difícil tarefa de trabalhar e escrever uma tese, essencialmente a equipe gestora, em nome de João Paulo e Margarida, e a nova amiga e parceira de luta Vaneska.

Aos velhos amigos da Geografia, Marcelo Viegas, Daniel Oliveira, Dirceu Cadena, Cleiton Ferreira, Rogério Cavalcanti, Katielle Silva, Janaína Assis, Otávio dos Santos, Márcio Martins e Thiago Machado; E aos novos amigos da Geografia, Tiago Cargnin, Natália Pereira, Mariana Gomes, Gustavo Prieto, Márcia Cardim, Sérgio Moreno, Cláudio Smalley e Anthony Almeida. Aos dois últimos, vai um agradecimento especial, pelas trocas permanentes ao longo do último ano, fundamentais ao processo de construção e reconstrução da tese.

A querida Alexandra Luna, pela celeridade e pelo cuidado na confecção dos meus mapas; e pelo presente da capa e contracapa, que conseguiu representar visualmente o meu trabalho.

A prima e professora Cláudia Brainer, que sempre me deu muito apoio nos trabalhos de campo em Caruaru. Aos órgãos e instituições, aos agentes bem informados e aos sujeitos que autorizaram e concederam entrevistas e dados/materiais e responderam aos questionários.

E, por fim, ao meu querido André Souza, que tanto me ajudou a enxergar esse finalzinho de escrita da tese com mais leveza e menos dureza.

A todas essas pessoas e às que porventura esqueci de mencionar, mas que colaboraram de alguma forma, fica o meu sincero e profundo agradecimento.

RESUMO

Caruaru exerce um papel de intermediação na rede urbana pernambucana e sua posição tem sido ressignificado pelo *boom* do consumo e pelas mudanças no perfil dos consumidores, movidos pelo crescimento regional, através da ampliação da produção de confecções e de atividades correlatas. Com tais mudanças, tem-se um movimento de escalas geográficas que aponta para interações espaciais interescalares. No atual contexto da globalização, a educação superior tem papel relevante na incorporação do conhecimento ao território e a produção. Nas últimas décadas, o Estado brasileiro engendrou as bases para ampliação da educação superior, para além dos grandes centros urbanos, provocando mudanças na urbanização das cidades receptoras, incluindo cidades médias e suas regiões. Diante disso, levantamos algumas questões: Como um serviço especializado, a educação superior, potencializa e é potencializado pela centralidade de uma cidade? Qual o lugar das cidades médias no processo de expansão universitária? De que forma o ensino superior contribui para a dinamização econômica de cidades e regiões? Nosso objetivo é compreender o papel das instituições de ensino superior no processo de reestruturação urbana e da cidade e as interações espaciais interescalares que daí decorrem. Nossa hipótese é de que há uma alteração nos papéis e funções desempenhados por Caruaru e de sua região a partir da expansão do ensino superior nos anos 2000, bem como uma dinamização socioeconômica, explicada pelo estabelecimento de interações espaciais interescalares. A articulação de agentes e os arranjos político-institucionais constituem espaços seletivos, como um meio e um produto de estratégias político-econômicas. Vai se constituindo um território produtor de conhecimento e de suporte a inovação, a partir da instalação de novas IES, além das estruturas inovativas por sua condição de intermediação na rede urbana, permitindo que Caruaru e sua região articulem-se com escalas mais amplas inserindo-as no seio da globalização. Mas mais ainda, vemos o fortalecimento das horizontalidades, ao permitir um aporte científico, inovativo e tecnológico para espaços que se viam distantes geográfica e economicamente. Portanto, a nosso ver, Caruaru é uma cidade de “responsabilidade territorial”, que possibilita a ampliação do exercício da cidadania. O desenvolvimento do trabalho consistiu na construção do referencial teórico-metodológico, sobretudo no que diz respeito às cidades médias, interações espaciais, heterarquia urbana, horizontalidades e verticalidades, e de trabalho de campo para a aquisição de dados e informações sobre Caruaru e sua região, para aplicação de questionários e realização de entrevistas.

Palavras-chave: Cidades Médias; Instituições de Ensino Superior; Reestruturação Urbana; Interações Espaciais Interescalares; Caruaru.

ABSTRACT

Caruaru plays a role of intermediation in the Pernambuco's urban network and its place has been resignified by the consumption boom and by the consumers' profile changes, driven by regional growth, through the enlargement of clothing production and correlate activities. With such changes, there is a geographic scales' movement that points to inter-space interactions. In the current globalization context, higher education has a relevant role in the knowledge incorporation to territory and to production. In the last decades, the Brazilian State engendered the basis for higher education's enlargement, beyond the major urban centers, provoking change-over in receptor cities' urbanization, including medium-sizes cities and its regions. On this, we raise a few questions: How do a specialized service, such as higher education, potentializes and is potentialized by a city's centrality? What is the place for medium-sizes cities in the university expansion process? How do the higher education contributes to cities and regions' economic's promotion? Our aim is to comprehend the higher education institutions' role in the urban and city restructure and the inter-space interactions due to it. Our hypothesis is that there is a role and function alteration performed by Caruaru and its region from the higher education's expansion in the 2000s, as well as a social-economic promotion, explained by the inter-space interactions' establishment. The agents' articulation and the political-institutional arrangements constitute selective spaces, as a way and a product from the political-economical strategies. A knowledge producer territory and innovation support has been constituted from the new higher education institutions' installation, besides the innovative structures because of its intermediation condition in the urban network, allowing that Caruaru and its region articulate with wider scales, inserting them in the scope of globalization. However even more, we see the strengthening of horizontalities, by allowing a scientific, innovative and technologic contribution for spaces that saw itself geographical and economical farway. Therefore, in our perspective, Caruaru is a city of "territorial responsibility", that enables the enlargement of citizenship exercise. The development of the work consisted in the construction of theoretical and methodological references, mainly concerning to medium-sizes cities, inter-space interactions, urban heterchy, horizontalities and verticalities, and fieldwork to acquire data and information about Caruaru and its region, for questionnaires application and interviews conduction.

Key-words: Medium-sizes Cities; Universities; Inter-space Interactions; Urban Restructure; Caruaru.

RESUMEN

Caruaru ejerce un papel de intermediación en la red urbana y su posición ha sido resignificado por el crecimiento del consumo y por los cambios de perfil de los consumidores, a través del crecimiento regional, a través de la ampliación de actividades de confección y actividades relacionadas. Con estos cambios, tiene un movimiento de escalas geográficas que apunta a interacciones espaciales interescales. En el contexto actual de la globalización, la educación universitaria es relevante en la incorporación del conocimiento al territorio y la producción. En las últimas décadas, el Estado brasileño ha creado las bases para la ampliación de la educación superior, más allá de los grandes centros urbanos, provocando cambios en la urbanización de las ciudades, incluyendo las intermedias y sus regiones. Ante esto, plantea algunas cuestiones: ¿Cómo un servicio especializado, la educación superior, potencia y es potencializado por la centralidad de una ciudad? ¿Cuál es el lugar de las ciudades intermedias en el proceso de expansión universitaria? ¿De qué forma la enseñanza superior contribuye a una dinamización económica de ciudades y regiones? Nuestro objetivo es comprender el papel de las instituciones de enseñanza superior en el proceso de reestructuración urbana y de la ciudad y las interacciones espaciales interescales que de ello se derivan. Nuestra hipótesis es que hay una alteración en los papeles y funciones desempeñados por Caruaru y de su región a partir de la expansión de la enseñanza superior en los años 2000, así como una dinamización socioeconómica, explicada por el establecimiento de interacciones espaciales interescales. La articulación de agentes y los arreglos político-institucionales constituyen espacios selectivos, como un medio y un producto de estrategias político-económicas. Se va constituyendo un territorio productor de conocimiento y de soporte a la innovación, a partir de la instalación de nuevas IES, además de las estructuras innovadoras por su condición de intermediación en la red urbana, permitiendo que Caruaru y su región se articulen con escalas más amplias introduciéndolas en el seno de la globalización. Pero más aún, vemos el fortalecimiento de las horizontalidades, al permitir un aporte científico, innovador y tecnológico para espacios que se vean distantes geográfica y económicamente. Por lo tanto, a nuestro ver, Caruaru es una ciudad de "responsabilidad territorial", que posibilita la ampliación del ejercicio de la ciudadanía. El desarrollo del trabajo consistió en la construcción del referencial teórico-metodológico, sobre todo en lo que se refiere a las ciudades intermedias, interacciones espaciales, heterarquía urbana, horizontalidades y verticalidades, y de trabajo de campo para la adquisición de datos e informaciones sobre Caruaru y su región, para la aplicación de cuestionarios y realización de entrevistas.

Palabras-clave: Ciudades intermedias; Instituciones de Enseñanza superior; Reestructuración Urbana; Interacciones Espaciales Interescalares; Caruaru.

SIGLAS

ACC – Associação Comercial de Caruaru
ACIC – Associação Comercial e Empresarial de Caruaru
APL – Arranjos Produtivos Locais
ASCES/UNITA – Centro Universitário Tabosa de Almeida
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH – Banco Nacional de Habitação
CAA – Centro Acadêmico do Agreste
CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
Creduc – Programa de Crédito Educativo
CT Moda – Centro Tecnológico da Moda
FAFICA – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru
FIEPE – Federação das Indústrias de Pernambuco
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
FMN – Faculdade Maurício de Nassau
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES – Instituição de Ensino Superior
IFPE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITEP – Instituto de Tecnologia de Pernambuco
MDCI Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEC – Ministério da Educação
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PIB – Produto Interno Bruto
PROAPL – Programa de Produção e Difusão de Inovações para a Competitividade de Arranjos Produtivos Locais
ProUni – Programa Universidade para Todos
ReCiMe – Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias
REGIC – Rede de Influência das Cidades
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RMR – Região Metropolitana do Recife
Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECTI – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
SEDEC – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Economia Criativa
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC – Serviço Social do Comércio
SESI – Serviço Social da Indústria
SINDIVEST – Sindicato do Vestuário do Estado de Pernambuco
SiSU – Sistema de Seleção Unificada
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
Unifavip – Centro Universitário do Vale do Ipojuca
UNINASSAU – Centro Universitário Maurício de Nassau

UPE – Universidade de Pernambuco

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Caruaru. Fazenda Caruru, José Rodrigues de Jesus e Maria do Rosário Nunes, 1781	30
Figura 2: Caruaru. Painel Vila de Caruaru, 1848	32
Figura 3: Caruaru. Painel Cidade de Caruaru, 1857	34
Figura 4: Passageiros na Estação Ferroviária em 190-	35
Figura 5: Caruaru. Aspectos da Feira de Caruaru, 1900	37
Figura 6: Caruaru – Posição Geográfica	39
Figura 7: Localização do Município de Caruaru-PE, com destaque para a área urbana	40
Figura 8: Evolução urbana de Caruaru do final do séc. XVIII a 2000	43
Figura 9: Regiões Funcionais Urbanas – Recife e Caruaru, 1972	74
Figura 10 – Regiões de Influência das Cidades – Recife e Caruaru, 1978	75
Figura 11: Regiões de Influência das Cidades – Recife e Caruaru, 1993	76
Figura 12: Regiões de Influência das Cidades – Recife e Caruaru, 2007	77
Figura 13: Regiões de Articulação Urbana – Recife e Caruaru, 2013	78
Figura 14: Regiões Geográficas Intermediária de Pernambuco e Imediata de Caruaru, 2017	80
Figura 15: Equipamentos urbanos de Caruaru, 2018	84
Figura 16: Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste Pernambucano	87
Figura 17: Expansão da rede federal de educação superior/REUNI	116
Figura 18: Campi das universidades federais no Brasil e no Nordeste, 2018	117
Figura 19: IES multiescalar com engajamento regional	122
Figura 20: ASCES na década de 1960	125
Figura 21: FAFICA na década de 1970	126
Figura 22: Unifavip/Wyden	128
Figura 23: Instalações da UPE dentro do Polo Caruaru	129
Figura 24: Centro Acadêmico do Agreste – CAA/UFPE	130
Figura 25: Instalações do Curso de Medicina – CAA/UFPE no Polo Caruaru	131
Figura 26: Campus Caruaru do IFPE	132
Figura 27: Faculdade Maurício de Nassau	133
Figura 28: Armazém da Criatividade, 2018	139
Figura 29: Distribuição Espacial das Instituições de Ensino Superior Presenciais no Zoneamento Urbano do Plano Diretor de Caruaru	144
Figura 30: Verticalização do bairro Maurício de Nassau	145
Figura 31: Expansão do mercado imobiliário do bairro Universitário	145
Figura 32: Entorno da Unifavip, bairro Indianópolis	146
Figura 33: Origem dos estudantes da DeVry Unifavip – 2016.1	150
Figura 34: Origem dos estudantes do Centro Universitário Tabosa de Almeida ASCES-UNITA	151
Figura 35: Cidades de Origem dos Estudantes da FAFICA – 2017.1	152
Figura 36: Cidades de Origem dos Estudantes da UPE – 2016.2	153
Figura 37: Cidades de origem dos estudantes da UFPE CAA – 2017.1	154
Figura 38: Municípios de Origem dos Estudantes do Ensino Superior de Caruaru 2016-2017	157

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da População do estado de Pernambuco, de Recife e de Caruaru – 1920-2017	70
Tabela 2: Evolução da População dos três municípios centrais do APL – 1991-2017	88
Tabela 3: Descolamento pendular para trabalho – 2010	89
Tabela 4: PIB e IDHM dos três principais municípios do APL – 1999-2010	91
Tabela 5: Bolsas ofertadas pelo ProUni em Caruaru	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Atividades Centrais de Caruaru ao longo de sua história	68
Quadro 2: IES de Caruaru e cursos ofertados	134
Quadro 3: Municípios de Pernambuco de origem dos estudantes do curso de Medicina do CAA/UFPE – 2016.1	155
Quadro 4: Municípios de outros estados de origem dos estudantes do curso de Medicina do CAA/UFPE – 2016.1	155
Quadro 5: Número de estudantes dos municípios do APL de Confeccões	158
Quadro 6: População dos municípios com o maior número de estudantes no Ensino Superior em Caruaru	160

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da População Urbana de Caruaru – 1920-2010	71
Gráfico 2: Mudança no PIB de Caruaru por Setores – 1970-2013	81
Gráfico 3: Vínculos empregatícios por tipo de atividade, 2015	82
Gráfico 4: Origem dos estudantes que responderam ao questionário	161
Gráfico 5: Estudantes que não são de Caruaru	162
Gráfico 6: População acima de 25 anos com ensino superior completo – Caruaru	166
Gráfico 7: População acima de 25 anos com ensino superior completo – Santa Cruz do Capibaribe	167

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	
RESUMO	
ABSTRACT	
RESUMEN	
SIGLAS	
LISTA DE FIGURAS	
LISTA DE QUADROS	
LISTA DE TABELAS	
LISTA DE GRÁFICOS	
CAMINHOS E DESCAMINHOS DE UMA TESE	19
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1 – CONTEÚDOS E CONDIÇÕES DA ESTRUTURAÇÃO DE CARUARU ENQUANTO CENTRO REGIONAL: DA FAZENDA AO URBANO	26
1.1 DA FAZENDA A FEIRA – DO FINAL DO SÉC. XVII A 1818	29
1.2 DA FEIRA A VILA – DE 1818 A 1848	31
1.3 DA VILA À CIDADE – DE 1848 A 1857	33
1.4 DA CIDADE AO URBANO – DE 1857 A 2000	34
CAPÍTULO 2 – REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, URBANA E DA CIDADE: ALTERAÇÃO DOS PAPÉIS E FUNÇÕES DAS CIDADES MÉDIAS	46
2.1 A RELAÇÃO ENTRE URBANIZAÇÃO E TERCIARIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NA REDE URBANA: O CRESCIMENTO DAS CIDADES MÉDIAS	49
2.1.1 Globalização e reestruturação produtiva – terciarização e urbanização	49
2.1.2 Globalização e reestruturação da rede urbana	54
2.1.3 Cidades médias: centralidade e intermediação na rede urbana	59
2.2 CARUARU E SUA CONDIÇÃO DE CIDADE MÉDIA: ENTRE A REDE E A CIDADE	67
2.2.1 Caruaru no contexto do Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste	85
CAPÍTULO 3 – AS INTERAÇÕES ESPACIAIS INTERESCALARES COMO PERSPECTIVA ANALÍTICA PARA ENTENDER OS PAPÉIS E FUNÇÕES DAS CIDADES MÉDIAS	92
3.1 A NECESSIDADE DA ABORDAGEM INTERESCALAR NO ESTUDO DAS CIDADES MÉDIAS	94
3.1.1 Horizontalidades e verticalidades – o encontro de diferentes escalas na reprodução espacial	95
3.2 INTERAÇÕES ESPACIAIS INTERESCALARES: O MOVIMENTO DA SOCIEDADE NO ESPAÇO E NO TEMPO	97
3.3 HETERARQUIA URBANA: COMBINAÇÃO DE MÚLTIPLAS ESCALAS NA CIDADE	103
3.4 CARUARU DA E EM GLOBALIZAÇÃO: A TENTATIVA DE CRIAR UM SISTEMA TERRITORIAL DE INOVAÇÃO, POR MEIO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA	107
3.4.1 A sociedade urbano-industrial e a educação superior como	112

necessidade	
3.4.2 Caruaru do ponto de vista das instituições de ensino superior	124
3.4.3 Estruturas de suporte ao empreendedorismo e a inovação em Caruaru	138
CAPÍTULO 4 – PRODUÇÃO, EXPANSÃO E CONSUMO NA/DA CIDADE-REGIÃO	141
4.1 O ESPAÇO INTERNO DE CARUARU	143
4.1 O ESPAÇO REGIONAL	149
4.3 A DIMENSÃO CÍVICA DE CARUARU	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
REFERÊNCIAS	173
APÊNDICES	184

CAMINHOS E DESCAMINHOS DE UMA TESE

As questões concernentes à cidade e ao urbano nunca foram diretamente alvo de nossa análise empírica, embora sempre tivéssemos apresentado interesse pela área. No entanto, na pesquisa do mestrado, algumas discussões nos levaram a refletir sobre tais aspectos do espaço geográfico. A dissertação tratava da apropriação comercial da natureza pelo mercado imobiliário em condomínios fechados num município do Agreste pernambucano, Gravatá – onde a demanda é bastante notória para a segunda residência. E na ocasião da defesa, alguns questionamentos surgiram a respeito dos processos de expansão imobiliária e de urbanização e despertaram-nos o interesse para esse novo olhar sobre a realidade espacial concreta e imbuída de conflitos e contradições.

Neste sentido, construímos nossa intensão inicial de pesquisa de tese para submeter ao curso de doutorado, baseada em leituras como Lefebvre, Sposito, Monte-Mor, Limonad: a urbanização extensiva através da expansão imobiliária de condomínios fechados em cidades pequenas do Agreste pernambucano, que estão ali tanto no raio de influência da metrópole recifense, quanto da cidade média de Caruaru, de acordo com os bens e serviços demandados.

Com a aprovação no Programa de Pós-Graduação em Geografia-UFPB, veio o convite para participar, na condição de bolsista, da pesquisa, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), “Grandes infraestruturas urbanas, ensino superior e desenvolvimento regional: reconfigurando as relações entre as cidades médias, as cidades pequenas e o campo” da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe). Então, foi necessário repensar a proposta de pesquisa de acordo o projeto em questão.

Ao longo do curso, a partir das leituras realizadas, das discussões com os professores Carlos Augusto, Doralice Maia e Eliana Calado, dos debates no Grupo de Pesquisa Estudos Urbanos, das disciplinas cursadas, da participação em eventos e dos trabalhos de campo, nosso objeto de pesquisa foi, lentamente, sendo reconstruído, dentro dos objetivos da proposta da ReCiMe, sem deixar nossos interesses/inquietações de lado, mostrando-se ora de modo mais claro, ora de modo menos claro. Foi um processo difícil de desligamento da proposta anterior.

A própria pesquisa foi sendo conduzida a outros caminhos, a necessidade ou não de determinadas categorias de análise, de novos conceitos capazes de nos

aproximar ao máximo da realidade. Assim, foi desde o início do doutorado, em março de 2014. Um exercício constante de escrita e reescrita, de leitura e releitura e de busca por novas referências para consubstanciar a nova pesquisa.

A oportunidade de cursar disciplinas com outros professores da ReCiMe, da Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente, Everaldo Melazzo e, principalmente, Márcio Catelan, durante suas missões docentes na UFPB (nos meses de maio e setembro/2016 respectivamente), foi de grande relevância para o aclaramento do caminho a se trilhar. A questão da escala que aparecia ainda de modo muito acanhado na nossa análise começou a dar novo sentido a pesquisa.

Além disso, a missão discente realizada na Universidade Estadual Paulista – UNESP/Presidente Prudente, no período de 30 de maio a 17 de julho de 2018, foi determinante para o amadurecimento teórico-metodológico da pesquisa, através das contribuições dos professores da instituição já mencionados, da troca de experiências com outros estudantes da pós-graduação e do contato com materiais bibliográficos não disponíveis no meu eixo Recife-João Pessoa.

As participações no Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – ENANPEGE (2017), no Simpósio Nacional de Geografia Urbana – SIMPURB (2017) e no Encontro Nacional de Geógrafos – ENG (2018) também foram de grande relevância para a reflexão da pesquisa e escrita da tese, por meio do diálogo com professores que desenvolvem/desenvolveram pesquisas no âmbito da ReCiMe, como a Maria Encarnação Beltrão Sposito-UNESP/PP, William Ribeiro-UFRJ, Vitor Miyazaki-UFU, Rita de Cássia da Conceição Gomes-UFRN e Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior-UFPA. Além da discussão com outros colegas que desenvolvem trabalhos semelhantes em outros recortes espaciais.

Neste trabalho apresenta-se o resultado literalmente de árduas estradas percorridas, ao longo desses últimos anos, de muitos deslocamentos entre Recife e João Pessoa e entre Recife e Caruaru, pelas BRs 101 e 232, com a vivência de fatos que parecem mentira. Esta tese foi tecida com muitos descaminhos, até, por fim, esta pesquisadora que vos fala encontrar o caminho e ressignificar seu objeto de pesquisa, ao mesmo tempo em que a ressignificação também acontecia por dentro de uma mãe-mulher-pesquisadora que nasceu ao longo desse processo. E em tempos de barbárie, esta discussão, que é eminentemente política, passou a ter um significado espacial para mim.

INTRODUÇÃO

No contexto da globalização, novas centralidades constituem-se no movimento da urbanização brasileira, que passa por transformações em seus conteúdos com reflexo nas suas formas. As cidades médias inserem-se nesse movimento e devem ser pensadas por seus papéis e funções na rede urbana, resultantes da articulação cada vez mais complexa de escalas geográficas, que alteram os padrões da estruturação e reforçam sua centralidade e intermediação através das novas relações que se estabelecem.

Processos engendrados em escalas mais amplas incidem de modo semelhante sobre as cidades médias. Portanto, existem particularidades, mas cada cidade tem suas singularidades, processos distintos de estruturação, numa combinação única de condicionantes que lhes são próprios.

Tomamos como dimensão empírica Caruaru, no Agreste pernambucano, com a maior população fora de Região Metropolitana do Recife – RMR, de 314.912 habitantes (IBGE, 2010). As atividades, com destaque para o comércio e os serviços, que a capital do Agreste desempenha na rede urbana colocam-na na condição de cidade média, articulando lugares em diferentes escalas. Sua localização, no entroncamento das BR 232 e 104, facilita a comunicação com outras cidades e até mesmo com outros estados. Além disso, destaca-se dentro de discursos que a colocam numa condição de centro econômico. Mas só é possível compreender Caruaru, assim como outras cidades médias, dentro da rede urbana e das relações que estabelecem.

Este trabalho insere-se numa pesquisa mais ampla financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), “Grandes infraestruturas urbanas, ensino superior e desenvolvimento regional: reconfigurando as relações entre as cidades médias, as cidades pequenas e o campo”, desenvolvida pela Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias – RECIME, em algumas cidades do Brasil.

Mudanças globais recentes no sistema produtivo recaem sobre as lógicas que regem a produção do seu espaço, tanto interno, quanto nas suas relações em múltiplas escalas. A reestruturação produtiva recai na reestruturação urbana e da cidade, aspecto importante pelo fato de ser a globalização capaz de dar novo sentido às articulações multiescalares no período contemporâneo, sendo, por isso

mesmo, um dos vetores do processo de urbanização. Assim, globalização e reestruturação são processos que se retroalimentam no âmbito da produção do espaço.

A partir disso, acreditamos ser possível a aproximação do nosso objeto empírico e a apreensão das lógicas presentes na produção do espaço urbano em Caruaru, que interferem não só na sua dinâmica social, econômica, política e cultural, mas também de toda a região por ela polarizada, num movimento dialético, sem, contudo, deixar de refletir esses aspectos em escalas mais amplas. Além disso, diante da complexidade que permeia a produção do espaço, é importante identificar os agentes que atuam nesse processo, bem como os interesses que estão por trás de suas ações.

A posição de Caruaru na rede urbana pernambucana tem sido revalorizada pelo *boom* do consumo e pelas mudanças no perfil dos consumidores, explicado pelo crescimento regional, gerado, sobretudo, através do crescimento da produção de confecções e de atividades correlatas. Assim, não é possível falar de reestruturação urbana de Caruaru sem tratar do setor de confecção, que já existe há algumas décadas, mas que tem recebido crescentes investimentos em ciência, inovação e tecnologia na última década, inclusive através da expansão do ensino superior. À medida que os papéis e as funções vão se ampliando, ampliam-se também suas escalas de relações. Portanto, estamos tratando de movimento de escalas geográficas que apontam para interações espaciais interescares – como um conjunto de relações entre os lugares, que pode variar de intensidade, frequência, velocidade, direção –, ou seja, numa múltipla combinação de escalas, para além do padrão hierárquico.

Nosso foco dar-se-á sobre a educação superior que, na nova divisão do trabalho, tem papel relevante na incorporação do conhecimento ao território e produção. Acreditamos que sua oferta é fundamental na compreensão da rede urbana, sobretudo no contexto atual em que técnica, ciência e informação são elementos fundamentais para o desenvolvimento social e econômico de um lugar e de uma região, visto que o período atual exige cada vez mais qualificação profissional que forme mão de obra capaz de desenvolver atividades modernas.

No Brasil, nas últimas décadas, o Estado engendrou as bases para ampliação da educação superior, por meio de políticas de expansão e criação de novas instituições, ampliação dos cursos e das vagas nas instituições públicas; bem como

através de programas de oferta de bolsas e financiamento estudantil, nas instituições privadas.

A expansão do ensino superior para além das grandes cidades tem provocado mudanças na urbanização das cidades receptoras, bem como ampliado e complexificado as interações espaciais interescolares. Uma nova dinâmica socioeconômica é estabelecida, na medida em que há uma maior circulação de recursos financeiros, alteração na produção, expansão e consumo da/cidade e fortalecimento da centralidade da cidade receptora, ao permitir a convergência de um contingente populacional, com repercussão no consumo de bens e serviços.

Assim, a dimensão regional vista a partir da educação superior chama a atenção para uma tríade relevante no atual contexto do período técnico-científico-informacional – a relação entre a tríade conhecimento-produção-consumo.

Diante disso, algumas questões emergem: Como um serviço especializado, a educação superior, potencializa e é potencializado pela centralidade de uma cidade? Qual o lugar das cidades médias no processo de expansão universitária? De que forma o ensino superior contribui para a dinamização econômica de cidades e regiões?

Neste contexto, nosso objetivo geral é compreender o papel das instituições de ensino superior no processo de reestruturação urbana e da cidade e as interações espaciais interescolares que daí decorrem. E os objetivos específicos são: 1) entender como se deu a estruturação da cidade de Caruaru e a constituição de sua centralidade; 2) compreender os rebatimentos da reestruturação produtiva global no processo de urbanização, através da alteração dos papéis e funções das cidades médias, tomando Caruaru como dimensão empírica; 3) pensar as interações espaciais interescolares como perspectiva analítica que revelam os papéis e as funções das cidades médias, remodelando o espaço geográfico em técnica, ciência e informação, no movimento espaço-temporal da sociedade; 4) entender a expansão, produção e consumo da/cidade/região, a partir do ensino superior.

Nossa hipótese é de que há uma alteração nos papéis e funções desempenhados por Caruaru e de sua região a partir da expansão da educação superior nos anos 2000, bem como uma dinamização socioeconômica, explicada pela ampliação de suas interações espaciais. Não é que somente a educação superior seja capaz de reestruturar o urbano e a cidade, até porque outras questões têm um peso relevante para a dimensão econômica e espacial da cidade, como a

questão do comércio, a produção têxtil e outros serviços, a exemplo da saúde, mas a educação superior altera e reforça seus papéis e funções. Ou seja, não é o ensino superior por si só, mas como ele se articula a outras questões.

Nosso trabalho interpreta uma realidade recente e em processo. Analisamos um período recente da história de Caruaru em que o ensino superior deu uma guinada, com a chegada de novas formas e novos conteúdos, para atender a exigência para das novas demandas do capitalismo, a partir do início do século corrente, período mais significativo para se entender as mudanças ocorridas na cidade, em que novas instituições de ensino instalaram-se e políticas setoriais na esfera nacional confluíram para o reforço de centralidade da cidade. A expansão do serviço de educação superior não é só reflexo da nova lógica, mas também altera a lógica de estruturação urbana e da cidade.

Temos, nesse cenário, o Estado como principal agente estruturador do espaço urbano, sendo responsável pelo fornecimento de grandes equipamentos e serviços públicos, de interesses coletivos e do capital. É fundamental compreender a seletividade espacial e escalar do Estado como expressão, meio e produto de estratégias políticas, que promove processos de rearranjo dos vínculos entre escalas geográficas (BRENNER, 2013), ao mesmo tempo em que há, também, um reescalonamento espacial do Estado em suas relações com os processos engendrados em escalas mais amplas.

Entendemos que a relevância deste trabalho está em buscar compreender as cidades médias inseridas no processo de expansão do ensino universitário, que por sua vez dinamiza a economia urbana e regional, ampliando fluxos, fixos e articulando cada vez mais essas cidades a escalas geográficas mais amplas.

Nossa perspectiva analítica e metodológica busca centrar Caruaru na rede urbana, através de suas atividades, papéis e funções, que colocam a cidade numa posição hierárquica, que por si só, já não dá mais conta de explicar a realidade urbana. Portanto, discutiremos também a noção de heterarquia urbana, conforme a proposta de Catelan (2013), para compreendermos, a partir das interações espaciais interescalares, a produção do espaço urbano em cidades médias.

Faremos um esforço para identificar e compreender a perspectiva da heterarquia urbana, uma vez que constituição e o reforço da centralidade regional de Caruaru só se dão nessa dimensão escalar a partir e através das interações espaciais que atingem a escala nacional e global descontinuamente, por meio dos

diferentes agentes que atuam na produção dessa cidade. Portanto, tomamos emprestado de Santos & Silveira (2001) e Sobarzo (2008; 2009) a ideia da cidade média como encruzilhada de horizontalidades e verticalidades enquanto combinação de múltiplas escalas.

O desenvolvimento do trabalho consistiu na construção do referencial teórico-metodológico, sobretudo no que diz respeito às cidades médias, interações espaciais, heterarquia urbana, horizontalidades e verticalidades, e de trabalho de campo para a aquisição de dados e informações sobre Caruaru e sua região, para aplicação de questionários e realização de entrevistas. É válido destacar ainda a participação em grupos de trabalho em eventos acadêmicos e em missão estudantil na UNESP/Presidente Prudente foram de fundamental importância no amadurecimento da pesquisa.

Diante desses pressupostos teórico-metodológicos, a construção e estruturação do texto deram-se da seguinte forma: no capítulo 1, CONTEÚDOS E CONDIÇÕES DA ESTRUTURAÇÃO DE CARUARU ENQUANTO CENTRO REGIONAL: DA FAZENDA AO URBANO, buscamos problematizar a realidade urbana, sua diversidade e complexidade, entendendo como se deu a estruturação do espaço em Caruaru e a sua constituição enquanto centro regional.

No capítulo 2, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, URBANA E DA CIDADE: ALTERAÇÃO DOS PAPÉIS E FUNÇÕES DAS CIDADES MÉDIAS, tratamos dos rebatimentos da reestruturação produtiva na produção do espaço urbano, entendendo o que aconteceu em Caruaru.

No capítulo 3, AS INTERAÇÕES ESPACIAIS INTERESCALARES COMO PERSPECTIVA ANALÍTICA PARA ENTENDER OS PAPÉIS E FUNÇÕES DAS CIDADES MÉDIAS, discutimos as interações espaciais interescalares como perspectiva analítica para entender as cidades médias e a educação superior como vetor que amplia estas interações.

E, por fim, no capítulo 4, PRODUÇÃO, EXPANSÃO E CONSUMO NA/D A CIDADE-REGIÃO, buscamos apresentar aspectos que nos ajudam a compreender os impactos da educação superior nos processos de produção, expansão e consumo na/da cidade-região.

CAPÍTULO 1

CONTEÚDOS E CONDIÇÕES DA ESTRUTURAÇÃO DE CARUARU ENQUANTO CENTRO REGIONAL: DA FAZENDA AO URBANO

Tudo começou, mais
De cem anos atrás
José Rodrigues de Jesus
Juntou os amigos e os pais
Vendendo gado, galinha
E outras coisas mais

(Trecho do Cordel “Saiba tudo sobre a Feira de Caruaru
que é a maior do mundo”, de Olegário Filho, 200?)

[...] Caruaru vem de Caruru, termo afro-brasileiro referente a um tipo de bredo plantado no lugar pelos africanos iniciadores dos Quilombos dos Palmares no interior pernambucano e logo difundido tão largamente na região que o local daí por diante ficaria conhecido por – lugar do Caruru, brejos dos Caruru, vila do Caruru, etc. O mais é balela, é conversa mole para boi dormir. (BARBALHO, 1980, p. 180).

O município de Caruaru está localizado a 130 Km de distância da capital pernambucana, no Agreste, zona de transição entre a Zona da Mata úmida e o Sertão semiárido, fazendo a ligação entre as duas áreas e tem a maior população do estado fora da Região Metropolitana do Recife-RMR.

Como já explicitado na Introdução, elegemos Caruaru como nosso recorte empírico para discutirmos, através da combinação entre suas singularidades e o contexto global de urbanização capitalista e a formação socioespacial brasileira, as particularidades das cidades médias, no que tange às mudanças/reforço em seus papéis e funções na rede urbana, através da educação superior. Portanto, é importante compreendermos o processo de estruturação do seu espaço urbano, como realidade concreta de uma sociedade, num movimento contínuo da história, visto que não existe sociedade atemporal e a-espacial.

Neste sentido, adotamos a noção de estruturação da cidade para tratar do espaço “interno” da cidade de Caruaru, com base em Sposito (2004), com o emprego do sufixo “ção” a palavra estrutura, visto que esta última faz referência ao modo como se dispõem e articulam os usos do solo, num dado recorte temporal. Considerando que, constantemente, as estruturas se transformam, a estruturação considera o movimento “contínuo, múltiplo e contraditório” da história, ou seja, ao mesmo tempo em que as cidades se estruturam também se desestruturam, “pela destruição de formas urbanas, pela negação de usos de solo urbano antes existentes ou pela total ausência deles em parcelas dos espaços urbanos que, anteriormente, tiveram funções econômicas e/ou importantes papéis simbólicos” (SPOSITO, 2004, p. 312).

Neste cenário, a constituição de centro e centralidade articula-se a estruturação da cidade e do urbano e, de acordo com Sposito (1991, p. 5), “a análise do processo de produção e estruturação das cidades tem que passar necessariamente pelo entendimento do papel do centro”, que é:

antes de tudo ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida, é o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo (SPOSITO, 1991, p. 6).

Nossa intenção neste capítulo é problematizar a realidade urbana, sua diversidade e complexidade, entendendo como se deu a conformação do centro e da centralidade em Caruaru e a sua constituição enquanto centro regional. Consideramos aqui o período que vai desde a sua origem até a década de 2000, um período extenso de estruturação do seu espaço urbano, com grande crescimento populacional e repercussões no crescimento e expansão da cidade até o início do novo século, quando houve então algumas mudanças que, no nosso entendimento, romperam com a estrutura vigente e serão tratadas mais a frente.

Em boa parte da bibliografia sobre Caruaru, o surgimento da feira, as elevações à categoria de vila e depois de cidade aparecem como marcos importantes para compreender o seu desenvolvimento histórico. Assim, para efeitos explicativos, optamos por seguir esses marcos para dividir esse capítulo em quatro períodos histórico-geográficos, que, a nosso ver, tem implicações socioespaciais que articulam escalas geográficas: do final do século XVII, com a fazenda que deu origem ao lugar, a 1818, com o surgimento da feira; da feira até a elevação à categoria de vila, em 1848; da vila até a elevação da cidade, em 1857; e da cidade até o início do século XXI, período que trouxe mais notoriedade a cidade e junto com o Ciclo de Algodão, fez Caruaru ampliar suas escalas de interação.

Caruaru é um caso emblemático no que concerne aos estudos sobre a rede urbana, porque desde a sua origem a questão da centralidade sempre esteve presente. Além disso, a cidade de Caruaru destaque-se dentro de discursos que a colocam numa condição de destaque regional, no que diz respeito à sua relevância econômica, um discurso “identitário e inventor de tradição” (SANTOS, 2006, p.13).

Para compreender a constituição de uma rede e seu movimento faz-se necessário analisar a sua formação socioespacial, historicamente condicionada. Assim, destacaremos alguns acontecimentos históricos que nos ajudarão a entender o processo de estruturação e de reestruturação de Caruaru, tanto do seu espaço “interno”, quanto de sua articulação no espaço regional, trazendo elementos que conformam essa centralidade interurbana e que são dependentes dela. Neste primeiro momento, nossa ênfase dar-se-á em dois níveis escalares, o local e o regional, que acreditamos serem indissociáveis, na medida em que historicamente a estruturação de Caruaru deu-se na sua relação com o seu entorno.

Só então mergulharemos no âmbito da discussão teórica. Chegaremos ao segundo capítulo desde trabalho com alguns indicativos para discutir, a partir das

bruscas mudanças recentes no capitalismo e da emergência de uma nova divisão territorial do trabalho, a reestruturação nas escalas da cidade e da região, através da constituição de outros centros ou expressões de centralidade na cidade – alterações num elemento da estrutura que figuram em alterações em outros elementos, como chama a atenção Vilaça (2001).

1.1 DA FAZENDA À FEIRA – DO FINAL DO SÉC. XVII A 1818

Precisamos conhecer a história das cidades, para compreender seu movimento espaço-temporal, pois, segundo Sposito (2006, p. 146), “elas podem ter pertencido a contextos regionais diversos, conforme as mudanças relativas aos papéis econômicos desempenhados por determinados territórios [...]”.

Caruaru tem suas origens ligadas ao processo de interiorização da Capitania de Pernambuco ainda no período colonial, com a doação de sesmarias nas regiões do Agreste e Sertão, divididas em fazendas de gado, dando início ao Ciclo do Couro (SIMONSEN, 1977 *apud* NEVES, 2003), cujo intuito era abastecer de animais de carga, carne e couro todo Nordeste canavieiro através de uma rede de distribuição, os “caminhos das boiadas”, que, inclusive, interferiram na forma primordial linear do povoado (NEVES, 2003). Nasceu da “civilização do couro” (LACERDA, 19??).

A primeira fazenda da região, que, segundo o IPHAN (2004), deu nome ao município, servia de apoio aos viajantes que percorriam o Agreste, sobretudo os boiadeiros que iam da Zona da Mata ao Sertão. A estrada das boiadas passava por dentro da fazenda, que por sua vez, estava dentro da sesmaria doada à família Rodrigues de Sá (BARBALHO, 1993), que mais tarde ficou sob a administração de José Rodrigues de Jesus. Data do final do século XVII a chegada desta família, com a fundação de sítios de culturas de subsistência e com a criação de gado (FERREIRA, 2001). Foram surgindo pequenos comércios de itens e serviços para gado.

Para o processo de urbanização de Caruaru, podemos apresentar três motivos: a localização geográfica da Fazenda com seus currais próximos a ribeira do Ipojuca; o caminho das boiadas e a fazenda como ponto de apoio e pernoite; e, como elemento mais forte, a construção de uma capela. No início do século XVIII, Caruaru era apenas uma fazenda de gado localizada às margens do rio Ipojuca, porém passava bem em frente a sua sede um dos caminhos do gado que vinha do sertão [...] (FERREIRA, 2001, p. 105)

Mais tarde, a construção da capela Nossa Senhora da Conceição, em 1782, foi importante, na medida em que a fazenda passou a ser ponto de confluência populacional em razão da religiosidade (FERREIRA, 2001). Fazenda e capela (Figura 1) tinham importante papel na vida social da cercania: “além das missas, novenas, casamentos e batizados que se davam no lugar, o espaço servia também como forma de contato social da população da região [...]” (SILVA, 2010b). A vinda do padre para celebrar um ato religioso era anunciada com antecedência, fazendo daquele dia um dia especial, de encontro de muitas pessoas, impulsionando o incipiente comércio que se instalara ali.

Figura 1: Caruaru. Fazenda Caruru, José Rodrigues de Jesus e Maria do Rosário Nunes, 1781



Fonte: Josélito Nunes – Acervo Museu Memorial de Caruaru (2009).

A Fazenda Caruru, junto com Bezerros, passou a ser um dos lugares no vale médio do Ipojuca, em que os habitantes da redondeza teriam a oportunidade de acompanhar uma celebração religiosa por uma autoridade oficial da Igreja Católica (FERREIRA, 2001).

Muitos aproveitavam a oportunidade, a partir da convergência de pessoas, traziam produtos agropecuários e outras mercadorias para transações comerciais,

que foi crescendo, diversificando-se e firmando-se na região (FERREIRA, 2001), dando, mais tarde, origem a feira, em 1818, e ao povoado de Caruaru. Feira e povoado foram crescendo, numa relação simbiótica, atraindo cada vez mais gente do entorno em busca de determinados bens e para as atividades religiosas que aconteciam no local, estabelecendo, desde cedo, relações com outras escalas. Os primeiros arruados e casas surgiram no entorno da capela e da feira, fatores de convergência de pessoas e circulação de mercadorias, dando origem ao povoado, ao longo da estrada das boiadas.

De acordo com Neves (2003), em 1802, 60 casas já existiam no povoado, seguindo uma estrutura linear, nas margens do caminho das boiadas. A origem de Caruaru, portanto, liga-se a prestação de serviços e ao comércio, ambos ligados inicialmente ao Ciclo do Couro, que foram se expandindo também em função das atividades religiosas.

1.2 DA FEIRA À VILA – DE 1818 A 1848

A Feira, que se insere na proto-história da cidade, se expressa através de um mosaico cultural, compreendendo especiarias, comidas típicas, aromas, sabores, visuais, formas de ser e pensar de uma sociedade marcadamente rural (FRANÇA, 2007, p. 25).

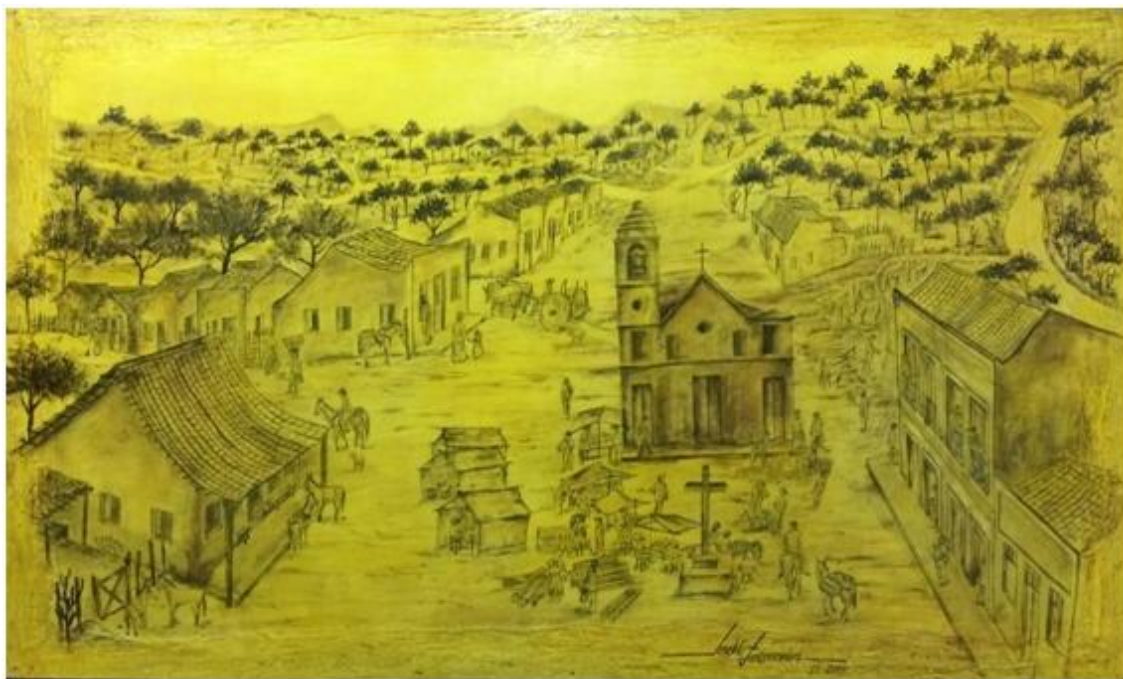
Nesse período, a feira constituiu-se como espaço de articulação do campo e da cidade, do rural e do urbano. Portanto, não é possível pensar Caruaru sem sua relação com a feira, não só por sua abrangência regional e até mesmo nacional, mas porque, por mais de dois séculos, ambas cresceram juntas, sendo um elemento fundamental para a sua dinâmica socioeconômica e, assim, para as elites locais, ou seja, sua estruturação está intimamente ligada à feira.

Silva (2007) faz um resgate dessa relação histórica entre a cidade e a feira: do fim do séc. XVIII a 1850, a feira surgiu no caminho das boiadas, do fluxo de pessoas, que cresceu ainda mais com as atividades religiosas na Capela Nossa Senhora da Conceição. Vale salientar que a feira teve início com produtos ligados à criação de gado e produção de derivados. Nesse sentido, o comércio que é determinante para o crescimento desse núcleo urbano tem origem no próprio Ciclo

do Couro. Caruaru já exercia, naquele momento, funções comerciais e de serviços e religiosa.

Nesse contexto, há uma intensificação da dinâmica socioeconômica do local e, desde a morte de José Rodrigues de Jesus (1820), o poder local passou a ser disputado por grupos bastante distintos entre si, constituindo as elites locais: de um lado, conservadores e escravistas, descendentes dos fazendeiros pioneiros da região, em busca de privilégios; do outro, um pequeno grupo mais progressista de comerciantes, profissionais liberais, com um nível sociocultural considerável, embora também escravistas (FERREIRA, 2001). Embora com interesses diferentes, as elites estavam afinadas no propósito de crescimento, desenvolvimento e autonomia do núcleo urbano embrionário. Deste modo, a estruturação de Caruaru relaciona-se aos esforços dessas elites. E em 1848, a sede da freguesia de São Caetano foi transferida para o povoado de Caruaru (IBGE, 1958), que foi então elevado à categoria de vila (Figura 2).

Figura 2: Caruaru. Painel Vila de Caruaru, 1848



Fonte: Josélito Nunes – Acervo Museu Memorial de Caruaru (2009)

Ainda no séc. XVIII originou-se a “Festa da Conceição”, em homenagem a padroeira da fazenda, Nossa Senhora da Conceição, que mantinha forte relação

com o comércio e, por isso, mais tarde (1933), recebeu o nome de “Festa do Comércio”, em alusão aos comerciantes que patrocinavam a celebração (SILVA, 2010b).

1.3 DA VILA À CIDADE – DE 1848 A 1857

A disputa social e política entre as elites reverberou no surgimento de uma nova igreja, em 1852: Nossa Senhora das Dores (FERREIRA, 2001), que ficou sendo a sede da Paróquia de Caruaru (MARQUES, 2012). Caruaru começou a crescer aceleradamente e, em 1852, já possuía 98 edifícios, dos quais cinco eram comerciais e os demais, residenciais ou mistos (NEVES, 2003). Contraditoriamente, Caruaru crescia consideravelmente no momento em que a Câmara de Vereadores começou a cobrar um valor alto para a concessão de licença para a construção de casa na vila (BARBALHO, 1980).

A feira semanal acontecia na Rua da Frente, assim como as festas religiosas. Mas em 1853, moradores da vila pediam a transferência definitiva da feira, que foi negada sob o argumento de ser o “lugar de costume” e reclamado pela população (BARBALHO, 1980).

A nova estrada central-tronco de Pernambuco, para ligar a Zona da Mata ao Sertão do estado, teve sua construção autorizada em 1854, margeando o caminho das boiadas de século anterior (BARBALHO, 1980).

Em 1857, Caruaru foi elevada a categoria de cidade, a primeira do Agreste pernambucano (Figura 3). As informações a respeito de sua autonomia política são desconstruídas. De acordo com Barbalho (1980) e com Marques (2012), só foi desmembrado de Bonito, com o advento da República no Brasil. Já o IBGE (1958), o município foi criado em 1849 por força das elites locais que buscavam autonomia política para Caruaru. Já contava com uma população de quase 30.000 habitantes, possuía 10 sobrados, 12 ruas, 10 becos, uma praça, uma igreja matriz, cemitério, hospital, casa de câmara, cadeia pública e a maior feira semanal do Agreste (BARBALHO, 1980).

Figura 3: Caruaru. Painel Cidade de Caruaru, 1857



Fonte: Josélito Nunes – Acervo Museu Memorial de Caruaru (2009).

Sua expansão começou a deixar o sentido linear leste-oeste, do caminho das boiadas que ligava a Zona da Mata ao Sertão, e começou a tomar outras direções, conectando outros assentamentos humanos do entorno, através de outros caminhos das boiadas, dando ao tecido urbano uma nova morfologia rádio-concêntrica (NEVES, 2003).

1.4 DA CIDADE AO URBANO – DE 1857 A 2000

No final do século XIX e início do século XX, os altos investimentos na produção e beneficiamento do algodão, que já fazia concorrência às receitas geradas pela cultura canavieira (SILVA, 2010a), fizeram a cidade crescer ainda mais do ponto de vista econômico e político, além de ampliar relações econômicas em outras escalas. O ciclo do algodão chegou a Caruaru reverberando transformações territoriais (CONDÉ, 2011) e esbanjando imponência.

A economia algodoeira foi uma das mais importantes do Nordeste, entre os anos 1750 e 1940, a única que, por certo período, disputou terras e braços com a economia canavieira (ANDRADE, 2004). Um dos mais importantes complexos algodoeiros do Nordeste, Boxwell & Companhia, e a sede da Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro firmaram-se na cidade (FERREIRA, 2002). Além de indústrias de óleo, como a Indústria e Comércio de Óleos Vegetais e a Armando da Fonte & Cia (MARQUES, 2012), de fibra do Caroá José de Vasconcellos & Cia, a maior do gênero no país, e do Curtume São João da empresa Sousa & Irmão, o terceiro maior da América do Sul (LACERDA, 19??).

A instalação de uma Estação Ferroviária da Companhia inglesa *Great Western* representou o “progresso” e a “modernidade”, em direção ao semiárido pernambucano, transpondo o Planalto da Borborema (Figura 4).

Figura 4: Passageiros na Estação Ferroviária em 190-



Fonte: Acervo da FAFICA, 2017

Na ocasião, alguns trechos do centro da cidade receberam iluminação elétrica, gerada pelo motor da própria estação ferroviária (MARQUES, 2012). Corrêa (1979) chama a atenção para o papel exercido pelas ferrovias no processo

de formação de centralização no seu entorno, visto que é uma área da cidade que estabelece uma maior comunicação entre os lugares, relações interurbanas e inter-regionais. Nesse caso, houve um reforço da centralidade “intraurbana”, na medida em que a estação ferroviária já se instalou na área central, que concentrava atividades comerciais e de serviços.

A estrada de ferro, inaugurada em 1895, permitiu o escoamento da produção algodoeira e a jovem cidade pode acompanhar os “novos tempos”, reforçando sua centralidade enquanto centro regional do Agreste pernambucano. Através da via férrea, parte da produção era transportada até Recife e de lá era enviado para São Paulo e para a Inglaterra (ANDRADE, 2004; MARQUES, 2012). Portanto, há também uma articulação com a escala internacional, por meio da exportação de algodão.

As mudanças de tempo e de espaço que, junto com a rede ferroviária, se estenderam ao interior constituíram um processo complexo de alteração em sociedades, cujos fundamentos rural e patriarcal se confrontariam em outras práticas culturais, culminando em resistências, adesões, negociações e tensões diversas [...]. (SANTOS, 2006, p. 25)

Isso se inseria no contexto da modernização que acontecia no Brasil. Novas técnicas como o telégrafo, energia, automóvel, entre outras máquinas, e outras instituições sociais passavam a fazer parte do cotidiano dos cidadãos: o Estado, a política, a imprensa⁶ assumiam lugares reservados antes à Família e à Igreja, constituindo novos comportamentos (SANTOS, 2006). As elites locais “[...] souberam se inserir nos quadros do discurso do progresso e do desenvolvimento, conduzindo as transformações que patrocinaram as modernizações [...]” (SANTOS, 2006, p. 26).

Mas, nos anos 1920 e 1930, houve a decadência da economia algodoeira, atrelada à crise do capitalismo, a uma praga e à expansão da economia algodoeira paulista (ANDRADE, 2004). Outras atividades, ligadas ao setor agrícola, de beneficiamento de couro e de fibra, também enfrentaram uma crise, fazendo com que o comércio crescesse ainda mais (SANTOS, 2006).

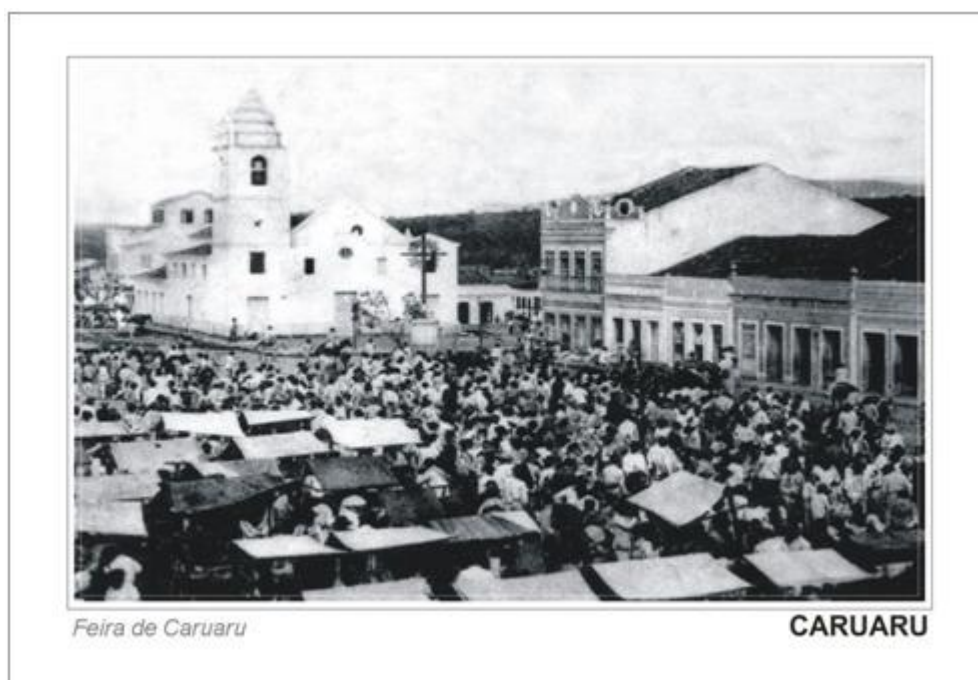
De acordo com Silva (2010a),

⁶ O exercício da imprensa acompanhou a urbanização da cidade e a comunicação escrita constituiu transformações radicais na vida das pessoas e na transmissão da memória social, do ponto de vista de determinados grupos políticos, econômicos e religiosos que buscavam se afirmar, embora a circulação fosse restrita nas primeiras décadas em função do número de analfabetos (SANTOS, 2006, p. 31).

Desde o século 19, Caruaru foi beneficiada pela sua posição geográfica estratégica. Área de passagem, está na rota dos que iam da capital da província de Pernambuco para o sertão, bem como dos que passavam da Paraíba para Alagoas ou faziam outro roteiro com esta mesma lógica, entrecruzando a região. Por Caruaru, havia como se chegar a importantes cidades do Nordeste. Assim, tornou-se um ponto econômico bastante singular: caminho das boiadas, lugar de comércio e, seguindo o ritmo da cultura do algodão, tão em voga no Nordeste, neste mesmo século, tornou-se produtor do "ouro branco".

Com a instalação e a expansão da malha viária, para atender as atividades comerciais, no início do século XX, Caruaru cresceu mais do que as outras cidades do Agreste do estado: “suas ruas cresceram na direção dos quatro ventos e sua fama comercial espalhou-se pelo sertão de Pernambuco, da Paraíba e de Alagoas. [...] Surgiram estabelecimentos de ensino de nível médio e superior” (ROCHA, ????, *apud* BARBALHO, 1980). E em 1920, foi fundada a Associação Comercial de Caruaru, ACC (MARQUES, 2012), hoje a Associação Comercial e Empresarial de Caruaru, ACIC. É durante esse período também que a feira consolida-se regional e nacionalmente (Figura 5) e ocorre a primeira transferência da feira de lugar em decorrência dos conflitos travados pelo grande fluxo de pessoas (SILVA, 2007).

Figura 5: Caruaru. Aspectos da Feira de Caruaru, 1900



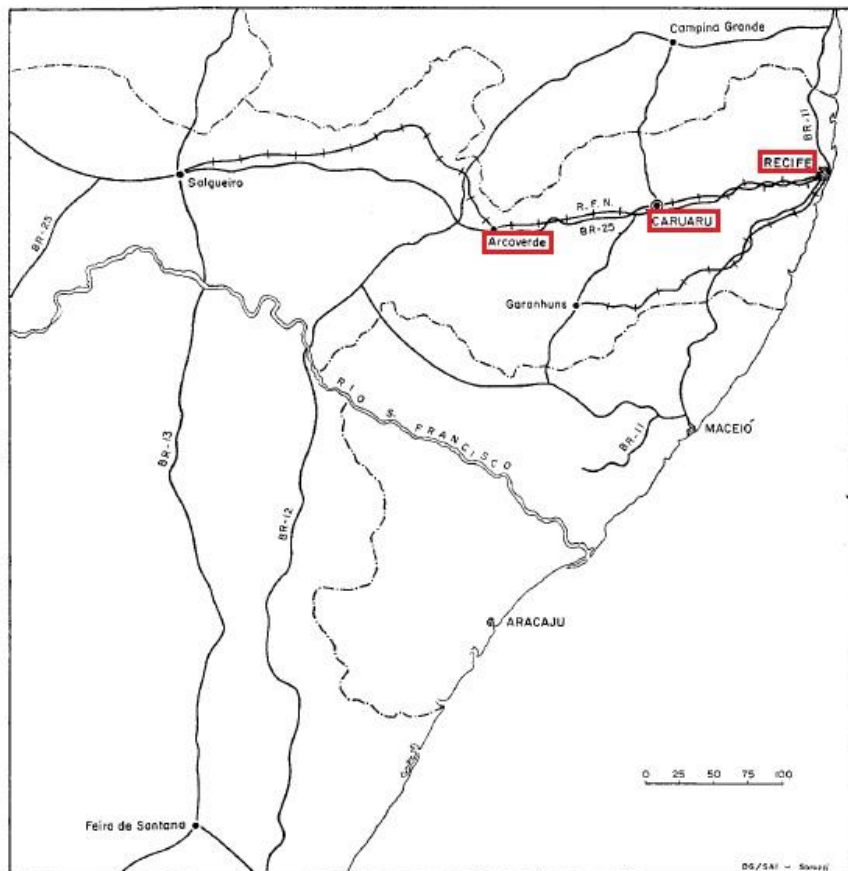
Fonte: Cartão-postal: Série Memórias de Caruaru # 01 – Padua Postais

Com a chegada da iluminação pública na cidade em 1957 (MARQUES, 2012), notáveis estabelecimentos comerciais foram se instalando nas ruas do centro (FRANÇA, 2007). Até então, o crescimento do núcleo urbano de Caruaru limitava-se por quatro barreiras, que definem hoje a área central da cidade, o bairro Nossa Senhora das Dores: o rio Ipojuca ao sul, a linha férrea ao norte, o Morro do Bom Jesus a oeste e um riacho afluente do rio Ipojuca a leste (CARUARU, 1977, vol I, *apud* OLIVEIRA, 2016). “Somente após o adensamento da área entre o rio e a ferrovia, a expansão pela periferia se acelerou, criando áreas, em forma e função, diferentes da área central” (CARUARU, 1977, vol I, p. 154, *apud* OLIVEIRA, 2016).

Caruaru, desde a sua origem, teve na sua localização um importante vetor de crescimento. Em 1957, a estrada que ligava Recife a Caruaru começou a ser pavimentada (MARQUES, 2012), facilitando o deslocamento entre as duas cidades.

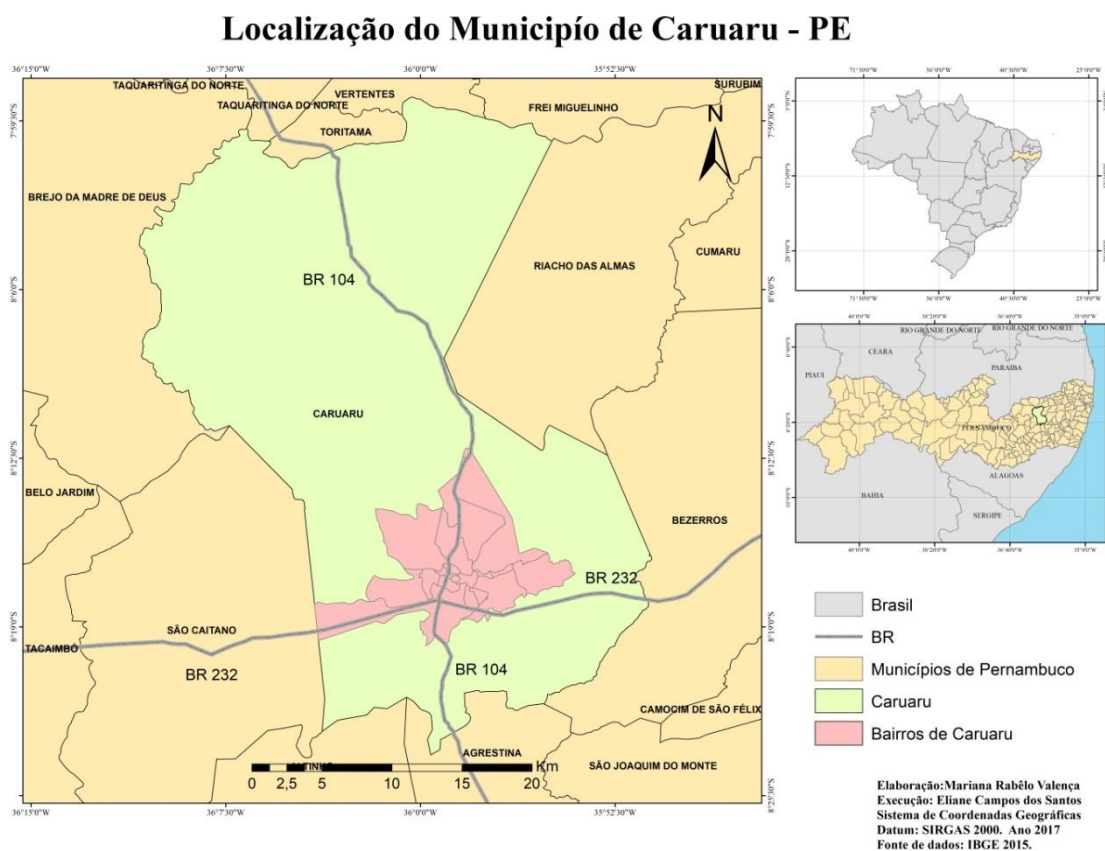
Na década de 1960, já possuía importantes eixos de circulação rodoviários e ferroviário, que ligava cidades importantes (Figura 6). Atualmente, localiza-se no entroncamento da BR-232 com a BR-104 (Figura 7), além da BR-423, que tem início no município, e algumas rodovias estaduais, proporcionando a comunicação com outras cidades e até com outros estados. Além disso, está no meio do caminho entre Recife e Arcoverde, a porta do Sertão, conectando Zona da Mata ao Sertão.

Figura 6: Caruaru – Posição Geográfica



Fonte: Cardoso (1965)

Figura 7: Localização do Município de Caruaru-PE, com destaque para a área urbana



Organização: Eliane Campos dos Santos, 2017.

A posição estratégica atrai um enorme leque de atividades que lhe permitiram ser um importante entreposto comercial, econômico e cultural da região (FERREIRA, 2002, p. 44). Portanto, o crescimento e expansão do núcleo urbano de Caruaru deram-se na articulação de um mercado regional.

De acordo com Ferreira (2001), já na segunda metade do século XIX, Caruaru era um polo urbano de grande influência na região, apoiado numa economia rural, escravista e familiar, assim como Pernambuco e como o Brasil. Sua posição geográfica estratégica facilitava a distribuição da produção agrícola, que era voltada para uma demanda externa. Na primeira metade do século XX, crescia o número de pequenas e médias indústrias, ampliando sua capacidade de produção industrial (FERREIRA, 2002).

A produção de algodão, couro, sisal e, até mesmo, café proporcionou o surgimento de pequenas e médias empresas relativas a essas produções que deram impulso a economia de Caruaru, despertando o interesse de mercados e de

profissionais liberais (FERREIRA, 2001). Os três primeiros produtos estavam ligados a uma demanda externa, tanto para abastecer a indústria do Sul e Sudeste do país, quanto para atender ao próprio mercado internacional. Nos anos 1960, aqueles três primeiros produtos já não mais representavam a força da economia de Caruaru (FERREIRA, 2002).

Ao longo do séc. XX, Caruaru foi assumindo o *status* de “Capital do Agreste” na medida em que ia aos poucos concentrando maior quantidade de atividades econômicas. A agropecuária, como já fazia parte da realidade do seu entorno e de municípios circunvizinhos, encontrou na cidade de Caruaru o lugar de venda e distribuição a outras regiões e municípios que demandavam produtos primários essenciais (SILVA, 2007, p. 76).

A ocasião do centenário da cidade, em 18 de maio de 1957, de acordo com os relatos, contou com a presença do então presidente da República Juscelino Kubitschek, assim como de notáveis escritores, acadêmicos e intelectuais reconhecidos no país, bem como jornalistas, atraindo a atenção da imprensa nacional, devido a sua produção intelectual e cultural (FRANÇA, 2007), o que demonstra a notoriedade da cidade e a articulação política de suas elites.

Entre as décadas de 1950 e 1980, Caruaru vivenciou transformações que eram reflexo das mudanças pelas quais o Brasil passava, com a sua inserção no capitalismo industrial, com forte articulação com a urbanização do país e com as mudanças na estrutura demográfica (SILVA, 2010b). Todas essas mudanças pela qual Caruaru passava exigia novas qualificações profissionais, fundamentais ao próprio modo de vida urbano.

Além disso, esse período também favoreceu o desenvolvimento/fortalecimento do comércio e dos serviços, fora do circuito das grandes cidades ligadas a industrialização. Caruaru, já na década de 1960, vivenciava um crescimento urbano-comercial significativo, “devido ao seu comércio, sua indústria, seus hospitais, faculdades e opções de lazer” (SILVA, 2010b, p. 27). No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, o serviço de ensino superior chega à cidade, por meio das Faculdades de Direito e Odontologia e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (MARQUES, 2012).

[...] pode-se afirmar, portanto, que a cidade de Caruaru se consolidou, ao longo do século XX, como o centro urbano mais importante do Agreste Pernambucano. Isso se deu em decorrência da formação histórica de um

“espaço de mercado” representado, sobretudo por sua Grande Feira e pelo chamado “mercado formal” tradicional (indústria, comércio e serviços em geral) que atendessem à demanda de seu entorno e que contou com a concomitante concentração populacional. (SILVA, 2007, p. 99).

Sua população apresentou franco crescimento entre as décadas de 1920 e 1970, seguindo a tendência da população brasileira, com implicações socioeconômicas e espaciais. A população era de aproximadamente 61.636 habitantes, em 1920 (MARQUES, 2012), 102.877 em 1950 (IBGE, 1958), chegou a 144.646, em 1970 (IBGE, Séries Históricas), um crescimento de quase 135% em 50 anos.

O crescimento da cidade dava-se de modo desigual, uma vez que as melhorias para atender a população não aconteciam na mesma velocidade das bruscas transformações. Deste modo, as contradições e as desigualdades socioespaciais começaram a ficar cada vez mais evidentes no seu espaço urbano.

O aumento da população sempre refletiu na expansão urbana de Caruaru, tanto no que diz respeito à estruturação do seu espaço, quanto na sua relação com outras cidades. No caso da área urbana de Caruaru, os limites físicos que a enquadravam foram sendo transpostos, com uma expansão periférica descontínua, através de loteamentos que direcionam as expansões futuras e a consolidação dessas áreas dava-se pela força de equipamentos urbanos e serviços e conjuntos habitacionais promovidos pelo Banco Nacional de Habitação – BNH (OLIVEIRA, 2016) e a estruturação da cidade foi adquirindo um padrão centro-periferia.

Sua centralidade interna sempre esteve ligada a localização da feira, que precisou ser transferida de lugar, em 1966, por não ter espaço para expandir. Em razão dos conflitos gerados com a mudança, retorna ao lugar anterior, agravando os problemas infraestruturais gerados pelo seu crescimento. Por isso, em 1983, as feiras de artesanato, calçado e confecções foram transferidas para fora do centro, dando origem a Feira da Sulanca⁷. E em 1992, a feira é definitivamente transferida para fora do centro da cidade, para o Parque 18 de maio (SILVA, 2007). Pela primeira vez, a feira foi colocada fora dos limites físicos do que conformou a área urbana inicialmente, ficando ao sul do rio Ipojuca. Desde então, a feira continua se

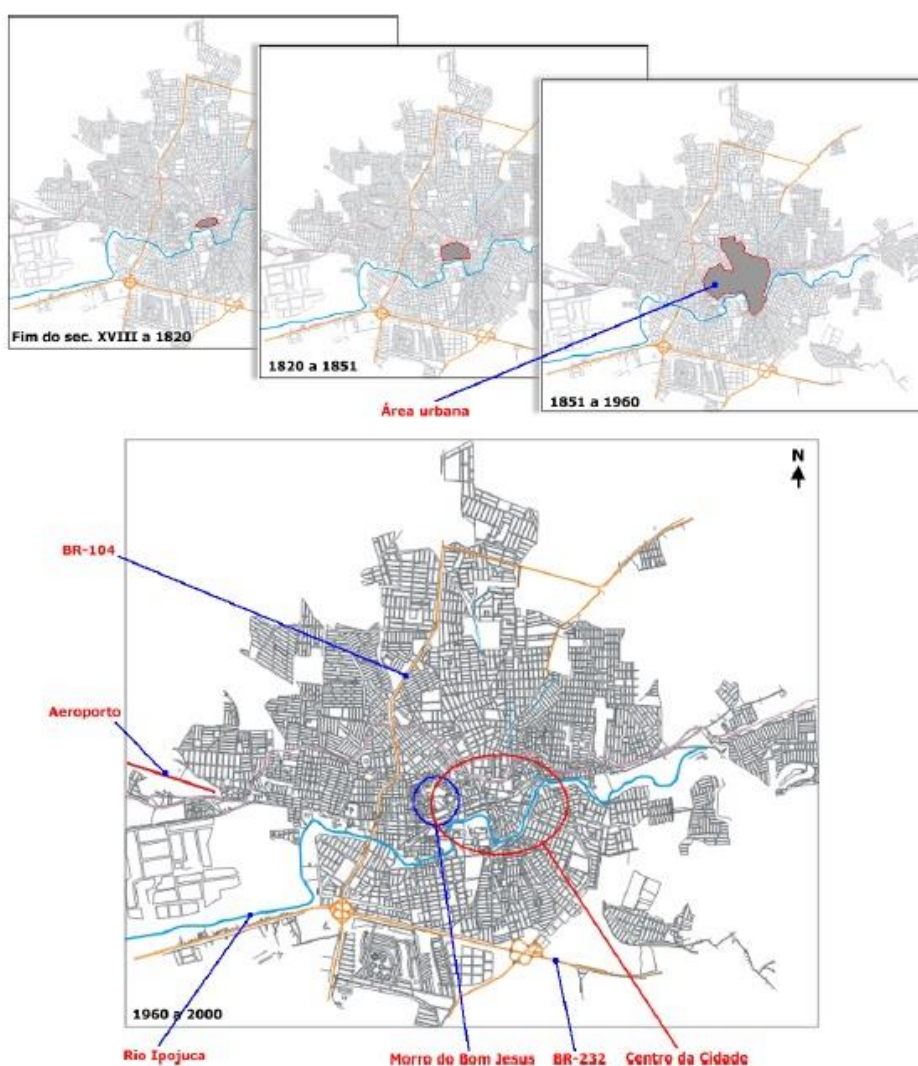
⁷ Mercado de produtos populares de baixo custo, feito do reaproveitamento de *helanca*, restos de tecido de malha vindo das indústrias do Sul do país, e que, mais tarde, vai dar origem a especialização produtiva e ao Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste.

expandindo pelas ruas do entorno e divide-se em diversos setores de acordo com o tipo de produto predominante.

Essas mudanças vão interferindo na produção do espaço da cidade, sobretudo na sua área central, com o surgimento ou, até mesmo, a repulsão de determinadas atividades, devido aos problemas de mobilidade gerados.

Nas imagens a seguir, podemos observar a evolução urbana de Caruaru desde o final do século XVIII até o final do século XX (Figura 8).

Figura 8: Evolução urbana de Caruaru do final do séc. XVIII a 2000



Fonte: SILVA, 2007.

O crescimento da cidade, com a ampliação de bairros antigos e o surgimento de novos conjuntos habitacionais que se expandiam por áreas desocupadas, seguindo a dinâmica da economia do país, os projetos de ajuda econômica (a

exemplo da SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), a influência da elite da cidade, faziam de Caruaru o centro urbano mais importante do Agreste (SILVA, 2010b).

Em 1965, Cardoso tratou da centralidade urbana de Caruaru no Agreste Pernambucano e até mesmo no Nordeste, no que diz respeito a oferta de comércio e serviços, inclusive já com a oferta da educação superior por duas faculdades particulares. “[...] depois de Recife, Caruaru é o centro comercial mais importante do estado [...]” (CARDOSO, 1965, p. 597). A autora ainda diz mais:

Essa cidade é realmente um centro regional de primeira ordem. Centro sócio-educacional, com escolas secundárias e superiores, com serviço de atendimento médico-hospitalar e, também, com vida social mais intensa que os núcleos menores da redondeza [...]. Caruaru desempenha ainda uma certa centralidade no que diz respeito à concentração de produtos a serem comercializados e industrializados. (CARDOSO, 1965, pp. 599 – 600).

Ademais, possuía duas festas de destaque, a do Comércio, anteriormente “Festa da Conceição”, e a de Carnaval, que depois foram perdendo importância até a completa não realização, em razão aos fortes investimentos nas festas juninas, a partir dos anos 1960 (SILVA, 2010b).

De acordo com Silva (2010b), as mudanças de natureza econômica, social, política e espaciais refletiram no âmbito cultural, ressignificando a “tradição” das festas locais, financiadas pelas elites, ligadas a produção de couro e ao comércio, inicialmente, e a produção de algodão.

As festas juninas, em homenagem a Santo Antônio, São João e São Pedro, apesar da forte associação ao nome da cidade, são, portanto, uma criação recente no que diz respeito ao seu caráter de espetáculo urbano. Mas segundo Barbalho (1980, p. 83), têm uma forte tradição desde o século XIX, quando “começava a ganhar fama de terra muito sociável e de ‘festas sem fim’”.

A questão do discurso “inventor de tradição”

diz muito da relação da própria cidade com a modernidade, sendo fundamental para se entenderem as representações culturais que foram instituídas no embate dos diversos grupos sociais que, na arena citadina, concorreram para estabelecer os elementos de coesão e coerção social com os quais pudessem se afirmar no espaço urbano (SANTOS, 2006, p. 13).

A cidade foi se estruturando a partir de diferentes práticas e atividades sociais. Suas atividades produtivas agrícolas, num primeiro momento aliadas ao comércio e a atividade religiosa e mais tarde a produção industrial, influenciaram no processo de urbanização da cidade. As elites que foram se formando e operando no processo de produção do espaço urbano, como *locus* do “progresso” e da “civilização”, passam a lutar, segundo Santos (2006), no âmbito dos discursos e imagens, a fim de construir símbolos e signos que constituam a identidade.

Portanto, as condições de centralidade regional de Caruaru foram se articulando, principalmente, às atividades ligadas ao setor terciário, ao comércio e aos serviços, sobretudo àqueles que apresentavam certa complexidade, que não eram encontrados nas cidades de porte menor, como é o caso da oferta de ensino superior.

Caruaru foi concentrando atividades, papéis e funções urbanas, que, historicamente, diversificaram-se e complexificaram-se, ampliando suas relações em escalas geográficas mais amplas e reforçando a sua atuação como centro regional.

Agora, no capítulo seguinte, vamos analisar como Caruaru foi se inserindo no âmbito da rede urbana de Pernambuco e do Nordeste, numa temporalidade mais recente, focando suas atividades econômicas, seus papéis e suas interações espaciais com cidades de outros estratos sociodemográficos.

CAPÍTULO 2

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, URBANA E DA CIDADE: ALTERAÇÃO DOS PAPÉIS E FUNÇÕES DAS CIDADES MÉDIAS

“La ciudad intermedia es aquella que media entre extremos (entre el pequeño y el grande; entre el próximo y el lejano), la que desarrolla funciones de intermediación entre espacios/escalas muy diversas (locales-territoriales-regionales-nacionales-globales); un nudo en el que convergen y se distribuyen flujos muy diversos (de información, ideas, bienes y servicios); una ciudad-espacio de transición entre los territorios de lo concreto (la escala local/regional) y el carácter etéreo y fugaz de lo global (Bellet, Llop, 2004)” (BELLET SANFELIU, 2009, p. 36).

As mudanças nas formas de assentamento humano reverberam em novos papéis ou conteúdos do espaço urbano, trazendo um conjunto significativo de novos aportes no plano teórico-metodológico, na abordagem do processo de urbanização (SPOSITO, 2010a). No entanto, o inverso também é verdadeiro: mudanças nos conteúdos que implicam também em mudanças nas formas. A urbanização brasileira vem passando por transformações em seus conteúdos que refletem também nas formas. O par forma-conteúdo nos ajuda a compreender as novas centralidades que se constituem na rede urbana, as cidades médias, reconhecidas no âmbito da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias. Mudanças sociais, produtivas e espaciais que refletem na rede e ajudam a pensar a heterarquia urbana.

Neste trabalho, nosso olhar sobre a produção do espaço incide sobre as cidades médias, no movimento da urbanização e de sua inserção e condição na rede urbana, na conjuntura da globalização. Aqui, essas cidades serão tomadas por seus papéis e funções, resultantes da articulação de escalas geográficas, que alteram os padrões da estruturação e articulação na rede urbana e reforçam sua intermediação regional através das relações que se estabelecem nas dimensões nacional e global, do ponto de vista econômico. Assim, em virtude da centralidade que essas cidades exercem, não podem ser pensadas fora da rede urbana. É preciso dar *conteúdo teórico-conceitual* (SPOSITO 2001, p. 609) e *conteúdo histórico* (CORRÊA, 2007) à noção de “cidades médias”.

A cidade de Caruaru, na condição de cidade média, foi escolhida como nosso recorte territorial, onde realizamos nossa pesquisa empírica, com levantamento de dados e informações que nos deram uma noção do seu contexto espacial.

Este capítulo ganha uma conotação mais teórica, porque são questões que despertam algum nível de interesse a partir do capítulo anterior, em que tratamos da estruturação de Caruaru ao longo do tempo como centro regional. Portanto, deve-se pensar Caruaru na sua articulação com as diferentes escalas geográficas, a fim de compreender o movimento mais amplo da produção do espaço.

É necessário compreender as transformações, multi e interestelares, nas estruturas produtiva, social e espacial, que incidem sobre o processo de urbanização e as interações espaciais, conformando e/ou consolidando novas centralidades na rede urbana. A reestruturação produtiva não corresponde apenas a uma mudança na produção, mas, sobretudo, no espaço, com implicações tanto territoriais quanto sociais. Assim, buscaremos entender seus rebatimentos na urbanização brasileira,

através da expressividade das cidades médias, como reflexo da terciarização da economia. Isso nos ajudará a compreender Caruaru e sua condição e posição na rede urbana, que passa por uma modernização, com o crescimento de alguns setores econômicos, aprofundando problemas historicamente criados.

Nas zonas onde a divisão do trabalho é menos densa, em vez de especializações urbanas, há acumulação de funções numa mesma cidade e, conseqüentemente, as localidades do mesmo nível, incluindo as cidades médias, são mais distantes umas das outras. Este é, por exemplo, o caso geral do Nordeste brasileiro (SANTOS, 2009, p. 58).

Como a rede urbana nordestina é pouco densa, há uma concentração maior de atividades em poucas cidades. Como há poucas cidades médias, determinadas atividades, mediadas pelo avanço tecnológico, acabam se concentrando nos espaços que trazem respostas mais rápidas às dinâmicas econômicas dentro de uma escala nacional e até mesmo global, o que acaba alterando/reforçando os papéis e as funções dessas cidades, já que comandam regiões. Essa reestruturação produtiva influencia também no processo de segregação e fragmentação espacial, como consequências da precarização do trabalho, ampliando o que Santos (2008b) chamou de “circuito inferior da economia urbana”.

O caráter universal da urbanização capitalista, em termos espaço-temporais, corresponde à manifestação concreta de processos sociais que refletem as características da sociedade, que são viabilizados mediante a ação de agentes produtores do espaço urbano e permitem localizações, realocações e permanências de atividades e população sobre a cidade. São os processos espaciais de que Corrêa (1979, p. 100-101) trata: centralização, descentralização, coesão, segregação, invasão-sucessão e inércia. Alguns destes podem ser verificados em Caruaru como uma condição para a reprodução capitalista.

Para desenvolver e consolidar o raciocínio à elaboração da tese através dessa perspectiva analítica, trataremos uma discussão teórico-conceitual que terá como foco a reestruturação produtiva e a reestruturação urbana e da cidade. Esse aspecto é importante pelo fato de ser a globalização capaz de dar sentido às articulações multiescalares no período contemporâneo, sendo, por isso mesmo, um dos importantes vetores do processo de urbanização. Globalização e reestruturação são processos que se retroalimentam no âmbito da produção do espaço.

A partir disso, acreditamos ser possível uma aproximação do nosso objeto empírico e apreensão das lógicas presentes na produção do espaço urbano em Caruaru, que interferem não só na sua dinâmica social, econômica, política e cultural, mas também de toda a região por ela polarizada, num movimento dialético, sem, contudo, deixar de ser refletir esses aspectos em escalas mais amplas.

2.1 A RELAÇÃO ENTRE URBANIZAÇÃO E TERCIARIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NA REDE URBANA: O CRESCIMENTO DAS CIDADES MÉDIAS

No contexto da reestruturação produtiva global, o comércio e, sobretudo, os serviços são centrais no processo de produção do espaço urbano, como maiores dinamizadores da economia, assim cresce o papel do consumo já que essas atividades estarão em contato direto com o consumidor. Neste cenário, um aspecto relevante corresponde ao peso destas atividades, em especial dos serviços especializados, na centralidade exercida por extratos inferiores da rede urbana, através da atuação de agentes públicos e privados na produção do espaço. Deste modo, cabe aqui dedicarmos atenção também às repercussões da terciarização nesse grupo de cidades.

No atual período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008a), a reestruturação produtiva alia-se a outras questões igualmente importantes, que irão desencadear novos processos e formas urbanas: a ampliação da circulação, seja material, seja imaterial, e as mudanças no consumo, que requerem expansão dos mercados, afetando a estruturação da rede urbana e da cidade.

2.1.1 Globalização e reestruturação produtiva – terciarização e urbanização

Como nosso foco recai sobre as cidades médias, faz-se indispensável situá-las no contexto da *globalização*, da reestruturação produtiva, que provoca profundas mudanças na natureza das relações, em escalas múltiplas, agora mais complexas, e na produção do espaço. A globalização corresponde ao período atual do capitalismo e diz respeito às bruscas transformações na *espacialização* dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais.

Essas transformações têm refletido, ainda que de modo desigual, na alteração e, em alguns casos até, na substituição, das formas, funções e agentes sociais, reestruturando o espaço, revelando-se na (re)criação das diferenças entre cidades e entre regiões, assim como na articulação entre espaços (CORRÊA, 1999).

Portanto, a globalização é um processo que também se manifesta espacialmente. O meio geográfico do período atual conformou o que Milton Santos chamou de meio técnico-científico-informacional,

[...] onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção (SANTOS, 2008a, p. 235).

De acordo com Bellet Sanfeliu e Sposito (2009), trata-se da formação de um mercado global crescente, de produção e consumo de bens e serviços, em escalas cada vez mais amplas, alterando, por sua vez, as funções urbanas e interferindo na relação entre cidades e, portanto, na rede urbana, reconfigurando suas estruturas tradicionais hierárquicas.

A revolução técnico-científica que marcou esse período teve início no fim da Segunda Guerra Mundial, lançando a semente de dominação do mundo pelas multinacionais, que frutificou, na escala global, somente 30 anos mais tarde. Esse processo foi possível através da disseminação da ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento, como instrumento político para a remodelação dos espaços nacionais (SANTOS & SILVEIRA, 2000).

Fica evidente a dimensão espacial da fase atual do capitalismo. Ao transpor escalas cada vez mais amplas e estreitar as relações entre lugares, embora essas relações sejam desiguais no que diz respeito à direção e à intensidade, o processo da globalização altera ou reforça o papel e as funções de determinados centros urbanos e põe num movimento contínuo e acelerado o mapa urbano mundial.

“Embora o capitalismo há muito diferencia-se em hierarquias escalares, o atual período de reestruturação global induzida pela crise é marcado por transformações particularmente profundas da organização escalar” (BRENNER, 2013, p. 216). A reestruturação produtiva implica em novos papéis e novas funções

desempenhadas pelas cidades e regiões, que, por sua vez, vão repercutir em novas interações espaciais.

Para Santos (2008c, p. 45), “a globalização constitui o estágio supremo da internacionalização, a amplificação em ‘sistema-mundo’ de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos. [...] assiste-se a uma refundição da ‘totalidade-Terra’”.

Na constituição do meio técnico-científico-informacional, também aconteceram mudanças estruturais no modo de produzir, alavancadas pela crise do capital e em oposição à rigidez fordista. Os anos 1970 e 1980 passaram por um processo de “reestruturação econômica e de reajustamento social e político. [...] uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma” (HARVEY, 2012, p. 140). Foi a passagem do regime de acumulação fordista para o regime de *acumulação flexível*, que se configura pela inovação tecnológica e organizacional nos diversos setores produtivos e pela emergência de novos setores, bem como pela flexibilização do trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo (HARVEY, 2012).

Essas mudanças de que estamos tratando não dizem respeito apenas ao âmbito da produção industrial. As transformações na economia global do regime de acumulação fordista para um modelo flexível, desde o terceiro quartel do século XX, trouxeram também mudanças significativas para outros ramos da vida social, econômica, política e, até mesmo, cultural (SOJA, 1993).

Em meio a essas mudanças, há um ressignificação das noções de espaço e de tempo, que Harvey (2012) chamou de compressão do espaço-tempo, ou seja, a superação do espaço pelo tempo, através de meios de circulação e comunicação mais eficientes. “A instantaneidade e a simultaneidade [...] é o resultado desse progresso técnico motivado pela demanda de comunicação das grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas” (CORRÊA, 1997, p. 284).

O capitalismo em sua nova roupagem passa invadir os diversos âmbitos da sociedade de modo a assegurar sua reprodução a escalas cada vez mais amplas.

A adaptação ao modelo capitalista internacional torna-se mais requintada e a respectiva ideologia de racionalidade e modernização, a qualquer preço, ultrapassa o domínio industrial, impõe-se ao setor público e invade áreas até então não tocadas ou alcançadas só indiretamente como, por exemplo, a manipulação da mídia, a organização e o conteúdo do ensino em todos os seus graus, a vida religiosa, a profissionalização, as relações de trabalho

etc (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p. 26).

No Brasil, a globalização manifesta-se de diversas formas e por meio de agentes diversos, ainda que de modo desigual no espaço e no tempo: da industrialização, com a ampliação da produção; da urbanização, não só por meio da expansão do tecido urbano, mas também com o crescimento da população urbana em detrimento da rural, que repercute nos padrões de consumo; maior estratificação social, que também incidindo sobre o consumo; ampliação e melhoria da circulação de pessoas, mercadorias e informação; industrialização do campo/reestruturação da produção do campo; refuncionalização de algumas áreas e incorporação de novas; mudanças na organização empresarial, associadas ao modelo de flexibilidade produtiva e mudanças no padrão de localização – da localização às estratégias de localização; mudanças nos setores de distribuição atacadista e varejista, que alteram, entre outras coisas, os padrões de deslocamento para consumo (CORRÊA, 2006). Todos esses aspectos contribuirão para a constituição de novas formas urbanas e para uma maior integração econômica e espacial da sociedade, não só na escala nacional, mas a uma escala global.

Houve uma transformação da ocupação da população por setores. O setor terciário ganhou tanto com uma maior participação do percentual de população ocupada, quanto com o surgimento de novos ramos de serviços e o aprimoramento de outros já existentes. De acordo com Kon (1997, p. 50), a terciarização “[...] é resultado do processo de reestruturação produtiva que se iniciou na década de sessenta nos países industrializados, com o objetivo do ajustamento das economias aos custos crescentes e às novas condições tecnológicas e de mercado”.

Nesse contexto, há uma tendência da urbanização mundial que acompanha e é acompanhada pela terciarização da economia. Segundo Castilho (1998, p. 29), o terciário, mais precisamente os serviços, no final do século passado ganhava cada vez mais espaço nas economias urbanas, diante da globalização, preenchendo os vazios deixados pela “desindustrialização”, enquanto mecanismo mais flexível nas crises de mercado de trabalho. Portanto, em virtude do crescente papel dos serviços na organização do espaço urbano, cresce também a perspectiva da análise geográfica. No entanto, diante das mudanças ocorridas no último meio século, já discutidas aqui, é incoerente pensar o setor terciário ainda com as ideias provindas

do início do século XX (LIMA; ROCHA, 2009), uma vez que o enquadramento de atividades tão diversas num único setor mascara sua heterogeneidade (SANTOS, 2014) e acaba dificultando a apreensão da sua dimensão espacial.

Voltando a relação entre o terciário e o urbano, para Castilho (*op. cit.*), não tem nada de recente: muitas cidades, inclusive ainda na Antiguidade, tiveram sua origem nesse setor da economia, “seguindo sempre o desenvolvimento das funções e da demanda social inerente a cada espaço urbano” (CASTILHO, 1998, p. 35). O que caracteriza o fenômeno na atualidade é a velocidade e a dimensão com que os processos econômicos vêm ocorrendo no seio das cidades, tanto no nível do intraurbano, quanto no nível da rede.

Tais processos em curso estão atrelados a três aspectos fundamentais: a reestruturação produtiva; a diversificação e expansão da circulação de bens, pessoas e informação; e as alterações nos padrões de consumo com crescimento dos mercados (ANJOS, 2009).

Com a expansão da urbanização, serviços cada vez mais especializados vêm atender ao surgimento de novas necessidades da população. Santos (2009) aponta para a expansão do consumo da saúde, da educação e do lazer, paralelamente ao consumo material e imaterial, levando a uma ampliação do fenômeno da urbanização.

Essa nova urbanização, no Brasil, pode ser explicada também pelo aumento exponencial de trabalho intelectual: houve um maior letramento da sociedade brasileira em razão da ciência e da técnica estarem presentes em todas as atividades humanas, exigindo, assim, uma maior demanda por trabalho intelectual e, conseqüentemente, conduzindo a uma terciarização, que, no Brasil, também quer dizer urbanização (SANTOS, 2009).

Em virtude da incorporação da ciência e da técnica, o território nacional passou por profundas mudanças nas bases materiais e sociais que exigiam novas qualificações profissionais, sendo assim um período marcado pela expansão do ensino superior no país, crescendo 15 vezes o número de matrículas universitárias entre 1960 e 1980 (SANTOS & SILVEIRA, 2000).

Portanto, as questões ora colocadas que vêm reestruturando a produção têm repercutido intensamente na espacialização dos processos sociais e econômicos e na relação que se estabelece entre os lugares. Os territórios que vão concentrar uma maior oferta de serviços, sobretudo os especializados, como é o caso da

educação superior, correspondem aos que já desempenham uma centralidade econômica, assegurando os interesses do capital. A concentração de serviços é atraída pela centralidade, ao mesmo tempo em que reforça a centralidade.

Essas novas formas de (re)produção espacial, que refletem um novo contexto socioeconômico global, trazem mudanças significativas não apenas de ordem físicas, mas sociais, econômicas, políticas e culturais, que devem ser analisadas e refletidas. Ademais, é necessário considerar que não se limitam aos espaços metropolitanos, chegando às cidades não-metropolitanas e, por meio destas, às suas regiões e ao espaço rural. Logo, é preciso entender a natureza e como se dão as novas articulações que se estabelecem entre esses espaços, reconfigurando a rede urbana.

2.1.2 Globalização e reestruturação da rede urbana

Nenhuma cidade, por menor que seja, está absolutamente isolada da troca de bens e de informações com outros lugares. Ao contrário, não seriam cidades (SOUZA, 2013). No cenário da globalização, as mais diversas cidades articulam-se, ainda que de modo desigual, em uma economia global, que permitem a efetiva realização da produção, através dos fluxos, da circulação e do consumo entre aquelas, e que só é possível a partir, principalmente, de um amplo sistema de transporte, de uma rede de comunicações.

Os fluxos necessitam da existência das redes, que tem como propriedade primeira a conexidade, conectando os nós das redes, os lugares de poder e referência (DIAS, 2006). Esses fluxos não acontecem de modo aleatório, eles dão-se através da ação planejada dos diferentes agentes econômicos.

Entre cidades, a conexidade configura a rede urbana, que, segundo Corrêa (2001), é um produto social e histórico, na qual centros urbanos dotados de funções urbanas articulam-se entre si através dos fluxos, garantindo a existência e reprodução da sociedade, ou seja, articula toda a sociedade através de interações espaciais. Todas as cidades estão ligadas entre si no interior de uma rede, ainda que em maior ou menor intensidade dos fluxos (SOUZA, 2013).

No bojo do fenômeno urbano, a rede urbana reflete e condiciona a divisão territorial do trabalho. É reflexo na medida em que a divisão territorial do trabalho

diferencia centros urbanos, que oferecem vantagens locais distintas, constituindo uma hierarquia entre eles; e é condição ao passo que viabiliza a produção a circulação e consumo. “É via rede urbana que o mundo pode tornar-se simultânea e desigualmente dividido e integrado” (CORRÊA, 1994, p. 50).

As redes integram/articulam os territórios desigualmente, através dos agentes e do peso das atividades econômicas. Assim, ao invés de abrir os canais, a rede urbana “[...] pode favorecer a rigidez e o peso de antigas solidariedades” (DIAS, 2006, p. 158).

Nesse sentido, a rede urbana também tem sentidos diferentes para os indivíduos de acordo com sua condição financeira, na medida em que podem ter seus deslocamentos na rede, em busca de bens e serviços, limitados por questões econômicas, ficando restritos aos lugares de origem e às suas carências, sendo a rede urbana uma “realidade onírica” (SANTOS, 2007, p. 140).

A rede urbana, enquanto “expressão fenomênica particular de processos sociais que se realizam em um amplo território envolvendo mediações diversas que se verificam nas cidades” (CORRÊA, 2006, p. 37), manifesta-se de formas distintas e complexas funcionalidades. Corrêa (2006) propõe a compreensão das singularidades de cada rede urbana que compõe uma mesma totalidade social, através da gênese, evolução e presente de alguns aspectos, num conjunto de relações cidade-região, para além dos espaços metropolitanos, indicando inclusive o estudo de algumas capitais regionais e suas redes urbanas, sem com isso exaurir as possibilidades de seleção, por suas especificidades na atuação na rede urbana. A cidade de Caruaru, com seu papel de intermediação regional, aparece nos seus apontamentos como possibilidades de estudos.

Em 1940, o Brasil tinha uma população de 41 milhões de habitantes, dos quais 31% viviam nas cidades, passando, nos anos 1980, para 120 milhões de habitantes, a uma taxa de urbanização de 65% (ROCHEFORT, 1998). O processo de urbanização teve forte impulso nos anos 50 do século passado, com o desenvolvimento da indústria nacional, sobretudo na região Sudeste, e, segundo Dias (2006), associou-se ao processo de integração do mercado nacional. De acordo com Corrêa (2001), foi só a partir daí, que a rede urbana nacional foi efetivamente integrada, embora de modo desigual, ao integrar parte da população ao sistema social, ao passo que importante parcela da população é mal integrada, pondo em relevo as diferenças entre os segmentos diversos da rede e anunciando

os resultados do desenvolvimento capitalista. Antes, a rede brasileira caracterizava-se pela baixa complexidade funcional dos centros urbanos, pelo baixo grau de articulação entre eles, que eram muitos mais regionais (CORRÊA, 2006).

Para reforçar essa ideia, Sposito (2013, p. 45) detalha:

Este país resulta da articulação, historicamente recente, entre economias regionais que se desenvolveram nos períodos colonial e imperial (séculos XVI a XIX), o que explica em grande parte as diferenças que marcam suas formas de relação com o capitalismo e estão no âmago dos valores de sua sociedade. Assim, podemos afirmar, num esforço de síntese, que só haveria Brasil, compondo uma totalidade ainda que sempre relativa, no século XX. Seu sistema urbano foi composto pela articulação entre redes urbanas de alcance regional, constituídas em períodos diferentes, numa mescla de condicionantes em que prevaleceram ora os papéis políticos, ora os econômicos. Entre tais redes, algumas se conformaram pelas relações com a metrópole portuguesa e, por isso, foram mais orientadas pelas conexões ultramarinas e pela penetração no território por meio dos rios ou caminhos abertos no período colonial. Outras se originaram com a instalação do sistema ferroviário, na segunda metade do século XIX e na primeira do XX, sob influência do crescimento da participação do país na divisão internacional do trabalho. Por fim, a maior parte das cidades apareceu ou se adaptou ao sistema conformado pelas rodovias, priorizado desde a década de 1950, ele próprio responsável pela amarração de várias redes, formando um sistema urbano que é, ao mesmo tempo, muito recente e muito diverso.

No primeiro momento, no contexto do capitalismo industrial, de integração urbana ou formação de um sistema urbano, foi forte a concentração econômica e, consequentemente, populacional nas metrópoles, conhecida como metropolização. O consumo era mais restrito nestes estratos da hierarquia urbana. Assim, grandes empresas comerciais e de serviços concentravam-se nesses espaços (SPOSITO, 2009). Essa centralização (CORRÊA, 1979) visava a maximização de lucros, ao mesmo tempo em que ampliava as relações entre a cidade e o mundo externo a ela, o que levou a uma maior competição pelo uso da terra e, consequentemente, a uma elevação dos preços da terra urbana. Outrossim, o crescimento acelerado da população dos grandes centros urbanos aliado à pobreza de boa parte traduz-se no espaço pelas insuficiências de infraestruturas, moradias, serviços básicos, empregos, com suas implicações sociais e econômicas (ROCHEFORT, 1998).

A partir da década de 1970, passam a haver políticas públicas federais voltadas para uma desconcentração econômica das grandes cidades e, assim, novos fatores locacionais, a fim de promover, um desenvolvimento regional. Houve uma reestruturação da cadeia produtiva. Com isso, uma desaceleração do

crescimento metropolitano, a desmetropolização, que, para Santos (2009, p. 91), nada tem a ver com o fenômeno de desurbanização que ocorre nos países de Primeiro Mundo, mas é “definida como a repartição, com outros grandes núcleos, de novos contingentes de população urbana”. Assiste-se, ao mesmo tempo, aos fenômenos da metropolização e da desmetropolização, em que cidades grandes e as cidades de porte médio apresentam um notável incremento demográfico (SANTOS & SILVEIRA, 2000).

Esse processo corresponde ao que Corrêa (1979) chamou descentralização, como uma resposta às deseconomias de aglomeração, também associada ao crescimento espacial e demográfico da cidade, agora mais distante da área central. Ou seja, também se insere no contexto da acumulação capitalista, ao minimizar a competição, garante a reprodução do capital, e reproduz, na cidade, a expansão e a hegemonia capitalista global. Mas para que a descentralização aconteça é necessário que as áreas não centrais sejam atrativas, criando réplicas em escala reduzida da área central, reproduzindo a centralização. É nesse contexto que diferentes estratos da rede urbana manifestam-se.

Logo, diante dos processos complexos de criação e evolução dos centros urbanos brasileiros, marcados por uma desigualdade espaço-temporal, para Corrêa (2001), a rede urbana brasileira ainda está em processo de conformação, não havendo padrão e densidade únicos para caracterizá-la.

Desde o final da década de 80 do século passado, no contexto da globalização, a constituição e a expansão do meio técnico-científico-informacional têm trazido mudanças ainda mais profundas ao processo de urbanização brasileira, ainda que constituído especialmente no Sul e Sudeste do país. O avanço da ciência e as inovações técnicas permitiram uma aproximação, uma redução das barreiras entre lugares distantes e o mapa do mundo pôde ser reconfigurado, com uma maior circulação de mercadorias, de pessoas e de informação. “[...] a redução do lapso do tempo permitiu instalar uma ponte entre lugares distantes: doravante eles serão virtualmente aproximados” (DIAS, 2006, p. 141).

Verifica-se o crescimento da população urbana e o do número de cidades, a partir dos anos 1950, inicialmente das cidades com mais de 20 mil habitantes, em seguida com a multiplicação das cidades de porte intermediário (tratando-se apenas do número de habitantes), para depois chegar ao estágio da metropolização (SANTOS & SILVEIRA, 2000).

No Nordeste, criou-se uma estratégia urbana de dinamização dos núcleos urbanos regionais, mediante o apoio de atividades produtivas e investimentos em equipamentos sociais e infraestrutura urbana, a fim de conter a migração e apoiar as atividades agropecuárias e agroindustriais (PONTES, 2006) e algumas cidades tiveram sua centralidade reforçada.

Nesse cenário, podemos tratar da reestruturação da rede urbana ou, simplesmente, reestruturação urbana. Sposito (2004) baseia-se em Soja (1993) para tratar do termo reestruturação, que deve ser usado para tratar dos “períodos em que é amplo e profundo o conjunto das mudanças que orienta os processos de estruturação urbana e das cidades” (SPOSITO, 2004, p. 312).

Para Soja (1993, p. 193),

A reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma “freada”, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos. A antiga ordem está suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural (SOJA, 1993, p. 193).

Sendo assim, no contexto da globalização, a cidade reinventa-se a fim de criar mecanismos de reproduzir-se. Isso tem acontecido de um jeito novo, mas seguindo a mesma lógica: a do capital. Ademais, com a reestruturação produtiva, a rede urbana passa de um padrão hierárquico a um muito mais flexível.

Ao compreendermos o processo de urbanização e a conformação da rede urbana brasileira, no contexto do período técnico-científico-informacional, fica claro que é preciso ir além do estudo dos espaços metropolitanos. Diferentes extratos da rede urbana, cidades não metropolitanas, também podem se colocar como nós da rede urbana nacional e devem ser compreendidas em sua complexidade e no lugar que ocupam dentro da totalidade que compõem. Neste sentido, buscaremos entender as atividades, os papéis e as funcionalidades específicas das cidades médias e a centralidade que exercem na rede, que a colocam na condição de intermediação com outros espaços, inclusive o rural.

2.1.3 Cidades médias: centralidade e intermediação na rede urbana

Segundo Branco (2006), no Brasil, os esforços para compreender as cidades médias datam da década de 1970, quando da elaboração das políticas e programas que visavam difundir o processo de desenvolvimento, com base nos nós da rede urbana. Nesse sentido, na operacionalização dos conceitos considerados mais relevantes, atualmente, são considerados os seguintes aspectos definidores do patamar de cidades médias no território brasileiro: tamanho populacional e econômico, grau de urbanização, centralidade e qualidade de vida (BRANCO, 2006).

Com as alterações nos padrões locacionais em decorrência da reestruturação produtiva, houve uma desconcentração econômica das grandes cidades e outros estratos da rede urbana passaram a ter maior participação no sistema urbano. As cidades médias, e até pequenas, começam a crescer em termos demográficos e econômicos, permitindo “outras perspectivas de análise das redes urbanas para além da tradicional visão a partir da metrópole” (ANJOS, 2009, p. 161).

A década de 1980 ficou marcada por uma mudança no processo de urbanização brasileira, fundada em novas lógicas de estruturação do espaço urbano, em que ocorreu o processo de desmetropolização, aliado a uma maior participação demográfica e funcional das cidades médias (SANTOS, 2009).

Esse foi um processo induzido, também, pelo Estado e planejamento urbano-regional, na década de 1970, por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que instituiu a primeira política urbana do país. O intuito era promover a interiorização e a desconcentração regional do Sudeste, ordenar o sistema urbano do Sul, dinamizar a base econômica das metrópoles do Nordeste e promover áreas de urbanização recente nas demais regiões, contendo a vertiginosa metropolização em curso, a partir de polos secundários. Ou seja, cidades médias desempenhariam funções estratégicas, dando suporte a sua hinterlândia, mediante a instalação de equipamentos terciários de abrangência regional (MOTTA & MATA, 2008).

O Programa de Cidades de Porte Médio integrava a política Nacional de Desenvolvimento Urbano e voltava-se para o fortalecimento das cidades médias, de modo que atraíssem parte do crescimento econômico e industrial e, conseqüentemente, de empregos, com vistas à retenção de parte dos migrantes rurais e a criação de um quadro social melhor do que o dos grandes centros urbanos inchados, no entanto, as críticas apresentadas ao Programa demonstram suas

fragilidades (ROCHEFORT, 1998).

Foram selecionadas, em 1974, 37 cidades das 95 que eram consideradas como médias, naquele contexto em que o porte populacional (50 mil a 250 mil) era o critério definidor, de acordo com alguns fatores, tais como localização nas diversas regiões brasileiras, situação quanto ao sistema de transporte e articulação interna dos poderes locais – o que gerou reações políticas que levaram a ampliação para 112 cidades selecionadas para receber os investimentos a partir de 1978 (ROCHEFORT, 1998). O Programa já incluía, de 1977 a 1980, Caruaru dentro das cidades selecionadas para receberem a atenção e os investimentos das políticas de urbanização, assim como Garanhuns, Petrolina, Vitória de Santo Antão e Salgueiro, no estado de Pernambuco (STEINBERGER & BRUNA, 2001).

Precisamos deixar claro que aqui estamos tratando de cidades médias e não de cidades de porte médio. Há uma diferença metodológica entre essas duas nomenclaturas. Diferentemente do segundo caso, o conceito de cidades médias não se limita ao quantitativo populacional, mas tem a ver com suas atividades, funções e com o papel desempenhado na rede urbana (SPOSITO, 2007). Uma cidade pode ser de porte médio sem exercer um papel de intermediação da rede urbana.

Os papéis e as funções que as cidades médias desempenham, a centralidade que exercem e as relações que mantém em outras escalas têm um peso muito maior que o quantitativo populacional para entendermos uma cidade média (BELLET SANFELIU, 2009, p. 29). Cidades com mesmo porte demográfico podem exercer papéis que se distinguem em sua natureza e relevância (SPOSITO, 2001, p. 614), de acordo com a combinação com outros fatores espaço-temporais.

Maia (2010) esclarece que

No Brasil, o contingente populacional é um dado significativo — embora não suficiente — da dimensão e da importância das cidades no contexto regional e nacional. Como afirmado anteriormente e também expresso por vários autores, uma cidade de 10 mil habitantes no Brasil é diferente, a depender de onde esteja localizada, se no Norte, no Nordeste ou no Sudeste. Da mesma forma, se com o mesmo tamanho populacional, estiver situada em um país europeu, para citar um exemplo. A concentração de capitais, a dinâmica econômica, a oferta de serviços, entre outros, compõem o conjunto das diferenças. (MAIA, 2010, p. 38)

A particularidade da cidade média recai sobre uma combinação entre demografia, funções urbanas e organização de seu espaço interno, resultante de um

processo de urbanização em contextos econômicos, políticos e sociais diversos e sua noção decorre do contexto de constituição da moderna rede urbana (CORRÊA, 2007), resultante das mudanças na divisão regional do trabalho e dos novos papéis do Brasil na divisão internacional do trabalho (SPOSITO, 2001), quando há o estabelecimento de uma nova estrutura e há uma nova articulação de seus pontos nodais. Deste modo, apesar de tratar-se de localidades centrais antes da década de 1970, a discussão fazendo uso da terminologia cidades médias é mais recente.

Não pretendemos fazer aqui um levantamento do que já vem sendo discutido e debatido acerca do assunto no meio acadêmico, sobretudo pela ReCiMe, mas apenas qualificar essas cidades para que possamos compreender melhor a importância de analisá-las dentro da rede urbana e as relações que estabelecem, para entender a condição de intermediação de Caruaru e justificar o nosso olhar sobre os processos que acontecem nesta cidade e nas articulações que estabelece.

Para começar, Corrêa (2007, p. 25-26) enumera três dificuldades na conceituação dessas cidades. A primeira seria o tamanho demográfico, que deve ser relativizado, de acordo com o contexto histórico e geográfico em que se encontra. Os números terão peso diferente de acordo com o contexto e com o nível de complexidade socioeconômica em que se situa; a segunda diz respeito à escala espacial de referência, ou seja, a escala espacial na qual pode adquirir sentido. Isso se dá por meio das articulações que estabelece dentro da rede; e a terceira corresponde à dimensão temporal, isto é, é preciso qualificar em cada momento histórico o que se entende por cidade média.

Deste modo, é preciso estar atento a essas questões ao se adotar essa perspectiva metodológica para o estudo das cidades e do fenômeno urbano, na medida em que pode haver diferenças significativas espaço-temporais dentro dessa tipologia de cidades que dificultem o seu entendimento enquanto tal. As pesquisas que vem sendo desenvolvidas no âmbito da ReCiMe já revelam muitas diferenças existentes entre essas cidades, no que se refere à região na qual estão inseridas, ao tamanho populacional, à sua estruturação interna e regional.

Classificar uma cidade como média não implica em homogeneidade funcional entre seus pares, mas por outro lado, é importante buscar o que há de comum entre elas (SPOSITO, 2001). Bellet Sanfeliu coloca de maneira muito clara a condição de intermediária desse grupo de cidades, que é seu principal atributo:

La ciudad intermedia es aquella que media entre extremos (entre el pequeño y el grande; entre el próximo y el lejano), la que desarrolla funciones de intermediación entre espacios/escalas muy diversas (locales-territoriales-regionales-nacionales-globales); un nudo en el que convergen y se distribuyen flujos muy diversos (de información, ideas, bienes y servicios); una ciudad-espacio de transición entre los territorios de lo concreto (la escala local/regional) y el carácter etéreo y fugaz de lo global (Bellet, Llop, 2004) (BELLET SANFELIU, 2009, p. 36).

Ademais, outro aspecto que as identificam entre si, para Sposito (2001) diz respeito a uma situação geográfica favorável. Uma das condições para que se conceba uma cidade média é não fazer parte de áreas urbanas de grande porte; outra questão é que os papéis urbanos de uma cidade poderão ser mais relevantes, quanto maiores forem as distâncias de outras cidades hierarquicamente superior, que ofereçam mais bens e serviços – o que não significa dizer que a distância de um grande centro urbano implique na existência de uma cidade média, uma vez que, como já foi apontado anteriormente, que é a sua relação com outros espaços (SPOSITO, 2001).

É preciso repensar o conceito de situação geográfica no contexto da contração espaço-tempo, na medida em que a proximidade e a contiguidade não são mais determinantes para relações que se estabelecem, relativizando o peso das distâncias dos grandes centros, como um dos motores dos papéis e funções a serem exercidos por uma cidade média, logo, essa é uma questão que emerge da indissociabilidade do espaço-tempo (SPOSITO, 2001).

As relações espaciais que se estabelecem a partir da situação geográfica podem ser medidas nas escalas das distâncias espaciais e da conectividade, permitida pelas redes de comunicação (SPOSITO, 2010b). A primeira delas seria a distância real entre os lugares, que tem a ver com a contiguidade; a segunda, virtual, em que a distância real é superada pelo tempo, pela instantaneidade da comunicação, da circulação da informação.

Sposito (2001) aponta alguns aspectos para se compreender o peso dessas escalas na definição dos papéis das cidades médias, conforme o consumo: 1) A separação do lugar da produção do lugar da decisão, permitido pelo avanço das redes de comunicação, gerando deslocalização industrial para cidades menores que reúnam situação geográfica favorável aliada a qualidade de vida para receber os profissionais das empresas. Ao passar a ser local de moradia para segmentos

sociais de maior poder aquisitivo, amplia-se a capacidade de consumo; 2) com a queda nos custos de transporte, cresceram as possibilidades de cidades médias captarem consumidores de cidades do entorno e dos espaços rurais para suas esferas econômicas, de acordo com a infraestrutura de circulação; 3) A organização espacial das atividades comerciais e de serviços, com suas novas formas, também pesa na definição dos papéis dessas cidades. A chegada de grandes empresas favorece a polarização de consumidores da região; 4) No contexto do crescente consumo de bens e serviços ligados a modernização do campo, muitas cidades médias, por serem local de moradia dos proprietários de terra, passam a ser centros de realização desses negócios.

Essas cidades passam a acolher um crescente contingente de classe média, pessoas mais letradas, fundamentais ao consumo, cada vez mais intelectualizado, de uma produção material, industrial e agrícola (SANTOS & SILVEIRA, 2000).

Nessa conjuntura, fica evidente o peso do consumo, muito mais do que a produção, na definição dos papéis das cidades médias e das suas articulações, posto que desempenham o papel de polo para onde convergem consumidores de cidades vizinhas. E com o crescimento do consumo, inclusive pelos grupos de menor poder de compra, grandes grupos econômicos comerciais e de serviços viram, em extratos inferiores da rede urbana, fatores locais vantajosos (SPOSITO, 2009).

Corrêa (2007) chama ainda a atenção para três elementos fundamentais que devem ser levados em consideração na elaboração de um quadro teórico sobre a cidade média. São eles: a presença de uma elite empreendedora, uma vez que é ela que estabelece relativa autonomia econômica e política e cria interesses locais e regionais, para competir com as grandes cidades e centros metropolitanos, em alguns ramos econômicos; a sua localização relativa, como nó de articulação e tráfego, abarcando pessoas, capitais, informações e significativa variedade e quantidade de mercadorias e serviços; e as interações espaciais, que são intensas, complexas, multidirecionais e marcadas pela multiescalaridade, que dependem das articulações estabelecidas pela elite local.

Portanto, para aprofundarmos a discussão em torno do entendimento da noção de cidade média, faz-se necessário entender os elementos que influenciam a estruturação do seu espaço interno e, mais do que isso, como esses elementos interferem nas relações que mantém com outros espaços e a multiescalaridade

dessas relações. Ademais, Sposito (2010b) salienta a questão de sua noção priorizar a dimensão econômica da realidade.

Para Bellet Sanfeliu (2009), a relação da cidade média com sua região se expressa nos seguintes níveis: político-administrativo – essas cidades geralmente concentram determinados níveis de governo e administração, numa escala mais próxima dos cidadãos; dispõem de equipamentos socioculturais especializado, a exemplo das universidades, que são centros dinâmicos de interação social, cultural e econômica; geralmente oferecem serviços especializados para os habitantes do entorno, gerando uma circulação de pessoas, bens e ideias; e concentram atividades de distribuição e troca, uma vez que s cidades-mercado.

Sposito (2009) enfatiza a dimensão regional que essas cidades apresentam.

[...] o papel de intermediação entre as pequenas e as grandes, então são cidades que comandam uma região, que polarizam uma região, que crescem em detrimento da sua própria região ou crescem em função da sua própria região, as duas coisas acontecem. Cidades médias que ampliam seus papéis, porque diminuem os papéis das cidades pequenas a partir de uma série de mecanismos econômicos, ou cidades que, em função do tipo de atividade que têm, das lideranças que ali se encontram, são capazes de crescer e propor um projeto ou desempenhar um papel político, econômico e social de crescimento para toda uma região (SPOSITO, 2009, p. 19).

Entretanto, em meio ampliação e diversificação das relações entre os lugares num mundo globalizado, o papel das cidades médias não se restringe apenas ao de centro regional. A condição de intermediação que essas cidades realizam na rede urbana demonstra a substancialidade das articulações que estabelecem com diferentes cidades, nos seus diferentes estratos, tanto com cidades do entorno que apresentam menor densidade de atividades econômicas, quanto com cidades maiores, desde a escala regional até a global. Ou seja, nessa nova conjuntura urbana global, pode-se dizer que são cidades que articulam o local e o global.

Es a través de estas ciudades medias que un importante número de población del planeta, sea urbana o rural, puede acceder a servicios y equipamientos más o menos básicos. Las ciudades medias contribuyen de manera significativa a la integración y cohesión territorial de las regiones, que a través de las funciones de intermediación articulan el sistema de flujos con el sistema espacial de los lugares (BELLET; LLOP, 2017, p. 9).

No geral, seus papéis e suas funções são definidos por uma ordem global. E a centralidade que essas cidades desempenham é um reflexo direto das atividades que são por ela ofertadas. De acordo com isso, elas irão exercer uma maior ou menor centralidade na rede urbana.

Sposito (1998) apresenta as duas escalas de abordagem da centralidade: a intraurbana, que toma como referência o território da cidade/aglomeração urbana, com base no seu centro ou centros; e a da rede urbana, tomando como referência a cidade/aglomeração urbana em relação a uma rede de cidades.

Concentraremos nossos esforços sobre a centralidade exercida no segundo nível, ou seja, a condição de centro que se articula nas diferentes escalas na rede urbana. Embora também iremos tratar, ainda que no plano secundário, das “novas centralidades” ou “expressões de centralidade”, constituídas pelo surgimento de novos equipamentos e de atividades de consumo em outras áreas da cidade fora do seu centro tradicional, que as concentrava anteriormente, e que podem repercutir na reestruturação da cidade, ao passo que há uma redefinição e redistribuição dos usos do solo da cidade, bem como a necessidade de uma maior ligação entre as diferentes áreas da cidade.

[...] a estruturação da cidade orienta-se pela divisão social e técnica do trabalho, em múltiplas escalas, desde o nível do espaço das fábricas, das universidades, dos *shoppings centers*, passando pelos bairros, pela cidade e considerando os fluxos que a partir dela se estabelecem com outros espaços. Por essa razão, se admitimos que o capitalismo está passando por um período de ajustes profundos, é razoável se aplicar o conceito de reestruturação das cidades, como propusemos, para se fazer referência ao conjunto de mudanças pelas quais passam os espaços urbanos atuais. (SPOSITO, 2004, p. 315)

Mas, mesmo no caso da centralidade interna da cidade, buscamos as relações existentes dessa dimensão escalar com a centralidade interurbana, na medida em que a localização de novos equipamentos de comércio e serviços na proximidade das grandes vias de circulação amplia a possibilidade de consumo de pessoas de outras cidades do entorno, que se deslocam a procura de consumir bens e serviços que não são disponibilizados em suas cidades de origem.

Como já dito anteriormente, a ampliação do consumo é um dos vetores da centralidade regional das cidades médias. Com base nisso, Sposito (2009) articula as duas escalas de análise, o intraurbano e o interurbano, respectivamente

reestruturação da cidade e reestruturação urbana, através das mudanças dos fatores locais de grandes grupos econômicos, que passaram a ver nas cidades médias um reforço para as condições de produção e/ou consumo.

Essas novas escolhas locais repercutem numa multiplicidade de novas formas de produção do urbano, incluindo tanto a incorporação de espaços rurais ao tecido urbano, quanto a refuncionalização de espaços dentro da cidade, cabendo o esforço de articular novas formas a novos conteúdos (SPOSITO, 2010a).

Buscando articular as reestruturações produtiva, urbana e da cidade, Savério Sposito (2007) refere-se ao estado de São Paulo para tratar das mudanças no âmbito da produção e nos padrões de localização industrial (reestruturação produtiva) que refletiram na alteração dos papéis desempenhados por cidades na rede urbana, redefinindo as relações entre as cidades nas diferentes escalas (reestruturação urbana) e alterando a lógica de organização interna das cidades (reestruturação das cidades). Embora trate de apenas um estado da federação, suas reflexões ajudam a explicar as mudanças na rede urbana de modo mais amplo, ainda que haja diferenças regionais na intensidade desse processo. A constituição de eixos de desenvolvimento em São Paulo – formados pela associação de vias expressas e infraestrutura logística de comunicação por internet e fibra ótica – favorece a localização industrial ao longo desses eixos, ou seja, as novas lógicas instigadas pela reestruturação produtiva induzem não só a uma reestruturação das cidades, como a uma reestruturação urbana (SPOSITO, 2007). Centralidades são formadas ao longo do eixo.

Mas no caso das cidades médias, não é a indústria que será responsável direta pelas mudanças em curso. O comércio e os serviços são determinantes para a formação e/ou consolidação da centralidade de uma cidade média, estruturando uma região. Desta forma, cabe destacar que na escala global, a industrialização foi o vetor principal da redefinição da urbanização, em virtude de sua centralidade no estabelecimento do modo de produção capitalista (SPOSITO, 2001). Na escala nacional, a industrialização também foi condicionante para a conformação de um Brasil urbano e para a estruturação da rede urbana do país, o que de certa forma foi determinante para a emergência das cidades médias. Mas, no geral, ao tratarmos da urbanização das cidades médias, da ampliação de suas tramas, dos seus fluxos na rede, da reestruturação dessas cidades e da reestruturação da rede que comandam, é preciso conferir papel ao setor terciário nesse processo.

Os nós das redes urbanas exercem uma centralidade sobre uma região de influência. E “a regionalização refere-se ao desenvolvimento e à concentração desses serviços num certo número de cidades ‘regionais’ ou ‘secundárias’ em termos de hierarquia urbana de centros de sedes sociais e de serviços avançados [...]” (NOYELLE, 1994, p. 219-238 *apud* CASTILHO, 1998, p. 41). Mas a escala dessa centralidade não é homogênea. Depende da dimensão que se está olhando. Atividades econômicas diferentes irão gerar centralidades diferentes e até mesmo seletivas. Ou seja, a centralidade é multiescalar, variando de acordo com a atividade econômica e com a distância de outros centros urbanos e as atividades que ofertam.

Nesse sentido, é preciso pensar a complexidade da inserção de uma cidade dentro da rede, uma vez que sua conexidade pode dar-se em múltiplas escalas, em múltiplas redes, sobretudo com advento da expansão e ampliação das tecnologias de comunicação, das redes de transportes e da circulação em geral, na atual conjuntura econômica. Assim, segundo Sposito (2006), há um vasto conjunto de possibilidades de articulações que extrapolam o padrão hierárquico, na qual os fluxos dão-se não somente com cidades maiores ou menores, mas também com cidades que exercem papel e função semelhante na rede, que se constituem em relações de complementaridade.

Partimos do pressuposto de que a reestruturação da cidade de Caruaru – enquanto cidade média que tem o papel de intermediar lugares –, ou seja, a reorganização do seu espaço interno, por meio da expansão do comércio e dos serviços e dos usos do solo e da articulação centro-periferia, vem reverberando na reestruturação da rede urbana, na medida em que colabora para a ampliação e complexificação das articulações com outras cidades. Mas o inverso também é verdadeiro: as próprias transformações ocorridas no âmbito do processo de urbanização, nas suas múltiplas escalas, também irão repercutir na estrutura da cidade e na sua região de influência.

2.2 CARUARU E SUA CONDIÇÃO DE CIDADE MÉDIA: ENTRE A REDE E A CIDADE

A reestruturação produtiva do capitalismo teve efeitos sobre a rede urbana, sobre seus os extratos inferiores, cidades pequenas e médias, alterando seus

papéis e funções, através da incorporação do meio técnico-científico-informacional ao território. Se a totalidade muda, a rede urbana, na condição de dimensão espacial dessa totalidade, também passará por transformações.

No capítulo anterior, ao tratarmos da estruturação urbana de Caruaru, ficou evidente a constituição da sua centralidade. Dinâmica econômica e centralidade nos permitem compreender os processos urbanos aqui estudados, bem como a articulação de diferentes escalas de atuação dos agentes e da espacialidade de suas ações. É possível notar a presença de agentes econômicos externos, ao longo de sua história, nos mais diversos setores, como comércio, construção civil, educação, coexistindo com as forças locais e regionais.

O seu desenvolvimento ao longo da história e a sua estruturação espacial revelam a conformação dessa centralidade, através das funções que vem desempenhando desde a sua origem, a partir da fazenda, da capela e da feira, inicialmente, e que foram se modificando ou ressignificando (Quadro 1), inclusive não só através da articulação dos agentes locais, mas esse processo foi também induzido pelo Estado, nas diferentes instâncias.

Quadro 1: Atividades Centrais de Caruaru ao longo de sua história

SITUAÇÃO DE CARUARU	ATIVIDADES CENTRAIS
Fazenda	Policultura, Gado, Hospedagem, Comércio e Serviços
Povoado	Feira (comércio), Atividades religiosas
Vila	Serviços político-administrativos
Cidade	Comércio, produção de algodão, de couro e de cisal, Transporte ferroviário, Indústrias, Serviços de Educação, Serviços de saúde, Feira da Sulanca, lazer e turismo

Fonte: Adaptado de Almeida (2014)

Diferentes aspectos, sobretudo econômicos, são reveladores do lugar em que a cidade ocupa na rede urbana, que se constituiu historicamente como principal centro urbano na zona de transição do Agreste Pernambucano, conferindo-lhe destaque regional e desempenhando o papel de intermediação de cidade média.

Além disso, Caruaru apresenta o quinto maior PIB do estado (R\$6,2 bilhões – 4% do PIB do estado), ficando atrás apenas de Recife, Jaboatão dos Guararapes, Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, todos da Região Metropolitana do Recife - RMR, ficando em primeiro lugar entre os municípios do interior, seguido por Petrolina (IBGE, 2010). Caruaru e Petrolina são os únicos que aparecem entre os 10 maiores

PIB do estado fora da RMR. O crescimento de Caruaru é superior ao crescimento de Pernambuco e do Brasil, como reflexo também do crescimento do número de empresas e de empregos formais (CARUARU, 2017).

É importante lembrar que apesar de ter-se manifestado enquanto centralidade desde cedo, os processos mais recentes oriundos do contexto da reestruturação produtiva e da globalização reforçaram e ressignificaram seus papéis e funções nas últimas décadas, através do que Corrêa (1979) chamou descentralização (das metrópoles) para compartilhar a centralização com outros nós da rede urbana.

Neste trabalho, debruçar-nos-emos, mais adiante, sobre o serviço de educação superior como variável que reforça a centralidade urbana de Caruaru, expande as escalas das interações espaciais, e as instituições de ensino superior como agentes desse processo, não apenas com a incorporação de conhecimento a produção de bens e serviços, mas também através dos mecanismos de sua reprodução que seguem a lógica capitalista.

Nesta seção do capítulo, buscaremos articular nosso referencial teórico a (re)estruturação urbana de Caruaru, apresentando os elementos que fazem de Caruaru uma cidade média, bem como pontuar alguns marcos que afetaram a estrutura urbana vigente. A intenção é verificar a dimensão espacial dos processos econômicos, o que significa refletir, conforme Sposito (2007), na sua condição relativa e transitória de cidade média e os papéis que desempenha nas relações com outras cidades e com o campo.

Papéis regionais sempre estiveram associados às cidades médias, às vezes denominadas cidades regionais. Assim pensada, cada cidade média associava-se à área ou à região que comandava, o que pressupunha relações diretas com um número de cidades pequenas e o desempenho de funções de intermediação destas com a cidade maior de que eram todas tributárias, tanto a cidade média como as pequenas (SPOSITO, 2007, p. 234).

Como levantado por Corrêa (2007) e já mencionado anteriormente, há algumas dificuldades na conceituação dessas cidades: o tamanho demográfico, que deve ser relativizado, histórica e geograficamente; a escala espacial de referência, na qual essa cidade adquire sentido; e a dimensão temporal do que se convém chamar de cidade média.

No caso de Caruaru, ela sempre esteve entre as maiores cidades do estado em termos demográficos. De acordo com Neves (2003), foi a primeira localidade elevada a categoria de cidade do Agreste pernambucano, o que lhe conferia um destaque na região. E de acordo com Cardoso (1965), em 1960 concentrava o maior contingente populacional do Agreste. Seu crescimento devia-se, até a década de 1960, ao fluxo migratório e não ao crescimento natural da população, constatando o seu papel polarizador. Em geral, os migrantes vinham de municípios próximos a Caruaru, em que as condições ambientais eram mais deficientes e estrutura agrária mais arcaica.

Tabela 1: Evolução da População do estado de Pernambuco, de Recife e de Caruaru – 1920-2017

Ano	Pernambuco	Recife	Caruaru
1920	2.154.835	238.843	61.636
1940	2.681.032	348.424	73.455
1950	3.395.099	524.682	102.877
1970	5.160.640	1.060.701	142.653
1980	6.141.993	1.203.887	172.532
1991	7.127.855	1.298.229	212.938
2000	7.918.344	1.422.905	252.987
2010	8.796.448	1.537.704	314.912
2017	9.473.266	1.633.697	356.128

Fonte: IBGE – Censos Demográficos. Estimativa da População 2017. Organização: Mariana Valença.

De acordo com os dados da tabela, de 1920 a 1970, Caruaru teve um aumento de 81.017 habitantes, o que representa o crescimento de mais de 130%, ao passo que, no mesmo período, Recife cresceu 344% e Pernambuco, 139%. Esses dados corroboram com o crescimento vertiginoso das metrópoles nesse período, em que Recife cresce demograficamente a passos muito mais largos do que Caruaru, que está bem próximo ao crescimento do estado.

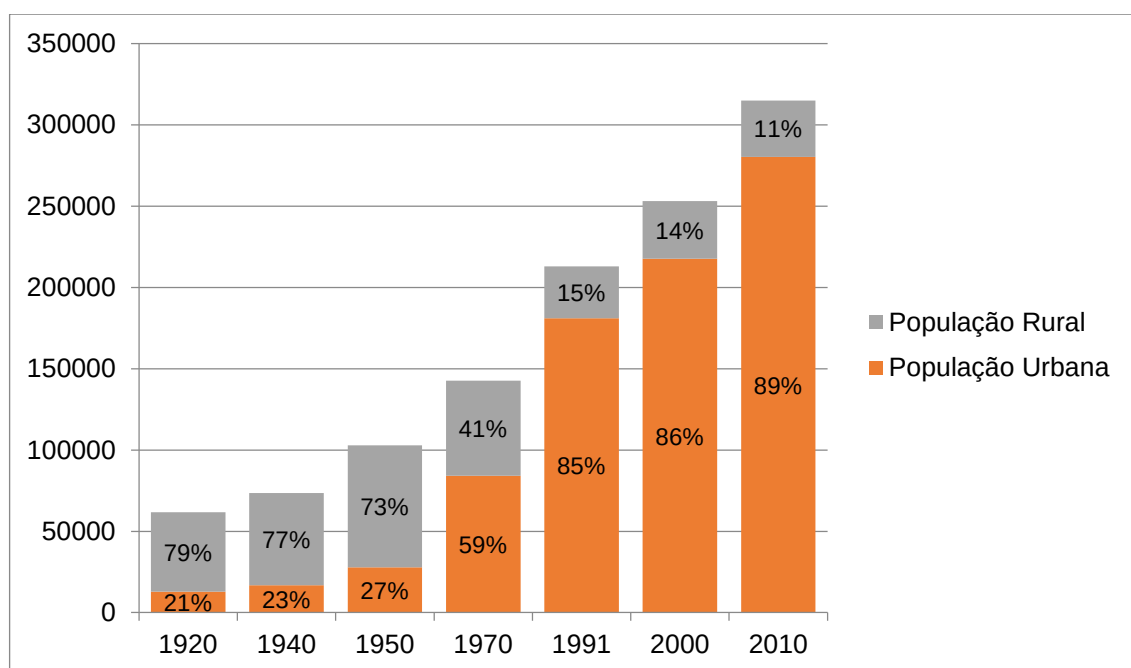
No entanto, de 1970 a 2017 Caruaru cresceu 150%, Recife cresceu 54% e Pernambuco, 84%, confirmando a ideia de Santos (2009) de desmetropolização e uma maior participação das cidades médias no processo de urbanização brasileira, ou seja, um maior crescimento demográfico de cidades não metropolitanas. Atualmente, a população de Caruaru corresponde a 3,7% da população estadual.

Além disso, a reportagem de Duarte (2017) mostra que 28 municípios de

Pernambuco apresentaram números negativos de crescimento em relação ao ano anterior da referida publicação, dos quais 18 têm uma população de até 20.000 habitantes e 14 estão no Agreste do estado, o que reflete uma reorganização populacional dentro do estado, na medida em que há uma tendência da migração de pessoas de municípios sem muita expressividade econômica para cidades maiores, em busca de melhores condições de vida. É muito provável que não somente Recife seja o polo atrativo para essa população migrante. Certamente Caruaru e outras cidades do polo de confecções do Agreste são também ponto de convergência para a população que deixa seus lugares de origem, como discutiremos mais a frente.

Ademais, Caruaru destaca-se historicamente dentro do quadro urbano de Pernambuco e do Nordeste, por ser a maior cidade no estado fora da Região Metropolitana do Recife. De acordo com o Perfil Municipal (CONDEPE/FIDEM, 2015), sua taxa de urbanização é superior a do estado de Pernambuco (Gráfico 1).

Gráfico 1: Evolução da População Urbana de Caruaru – 1920-2010



Fonte: IBGE – Caruaru *apud* SILVA, 20--

Essas mudanças no quadro populacional, tanto o seu aumento exponencial, quanto na sua distribuição espacial entre ambientes rurais e urbanos refletem diretamente no crescimento da cidade, através da urbanização de espaços antes desocupados, aumentando as áreas construídas da cidade, as ruas e os bairros, e

as necessidades de locomoção, bem como as necessidades por serviços públicos. E o crescimento da população urbana em detrimento da rural altera hábitos, perfil econômico e perfis de consumo, a exemplo do aumento do consumo de energia, que é muito maior em áreas urbanas. Caruaru seguiu uma tendência observada no Nordeste, em que as cidades médias passaram a crescer com mais intensidade, com aumento do peso relativo na população total do país (ARAÚJO, 2014).

Mas, embora historicamente a cidade tenha desempenhado um papel de intermediação regional, articulando lugares, e Cardoso (1965) já tratasse da sua projeção urbana, através da oferta do setor terciário, há um descompasso conceitual em tratar Caruaru como cidade média anteriormente à década de 1950, quando o termo foi adotado e passou a haver a preocupação com o estudo desse grupo de cidades na Europa e, no Brasil, nos anos 1970.

Centro urbano de grande projeção, e um dos mais importantes em toda a região nordestina, Caruaru apresenta um desenvolvimento bem acentuado do setor terciário, traços característicos, aliás, das cidades que se desenvolveram como centros regionais nessa Região, onde a atividade industrial ocupa ainda posição secundária. A esta sua função de centro comercial e de serviços, Caruaru deve sua projeção numa área bem extensa do estado, como, também, a forte atração que exerce nas populações agrestinas e sertanejas (CARDOSO, 1965, p. 588).

A projeção urbana de Caruaru, a qual Cardoso referiu-se, dizia respeito a sua escala de referência, da dimensão regional em que a cidade exercia o papel de intermediação, ou seja, a rede urbana em que se articulava. Ainda que próximo a Recife, 130Km apenas, não foi incorporada por sua área de influência imediata. De certa forma, ao longo da sua história, destacou-se por fazer a mediação da região com a capital pernambucana e entre a “civilização canavieira” e a “civilização do couro” (LACERDA, 19??).

Podemos destacar ainda a presença de outros três elementos fundamentais para a estruturação da cidade de Caruaru que devem ser levados em consideração no estudo das cidades médias, conforme Corrêa (2007) chamou a atenção: a elite empreendedora, a localização relativa e as interações espaciais que estabelece, este último será tratado no capítulo seguinte.

Vimos, no capítulo anterior, como as elites locais foram importantes ao longo da história e da constituição da centralidade em Caruaru, criando interesses econômicos e políticos, locais e regionais. A elite agrária, formada por descendentes

dos primeiros fazendeiros, ligados a produção ao ciclo do couro e do algodão, sobretudo; e a elite comercial, que foi se firmando e fortalecendo, a partir da feira, o que fez de Caruaru, mais tarde, um importante centro de comércio varejista e atacadista do interior do estado.

É preciso também articular o movimento dos atores locais, que buscam atuar, conquistando mercado consumidor em escalas mais abrangentes e dos atores externos, que buscam vantagens locacionais para seus empreendimentos ou apenas buscam essas cidades para consumir bens e serviços (SPOSITO, 2007).

A situação geográfica de Caruaru foi fator importante para que exercesse uma intermediação entre lugares. E uma questão que chama atenção é o fato de Caruaru estar a apenas 130 Km da capital pernambucana. O IBGE tem uma série de estudos sobre a rede urbana, que apresenta o conjunto de centros urbanos hierarquicamente organizados na condição de localidades centrais de Christaller, com suas respectivas áreas de influência, que possibilitam compreender as estruturas territoriais geradas pelos processos que ocorrem na sociedade e a tomada de decisão quanto à localização de investimentos em equipamentos e atividades econômicas de produção, consumo privado e coletivo⁸. Vamos analisar, a seguir, a condição de Caruaru na rede urbana pernambucana ao longo desses estudos.

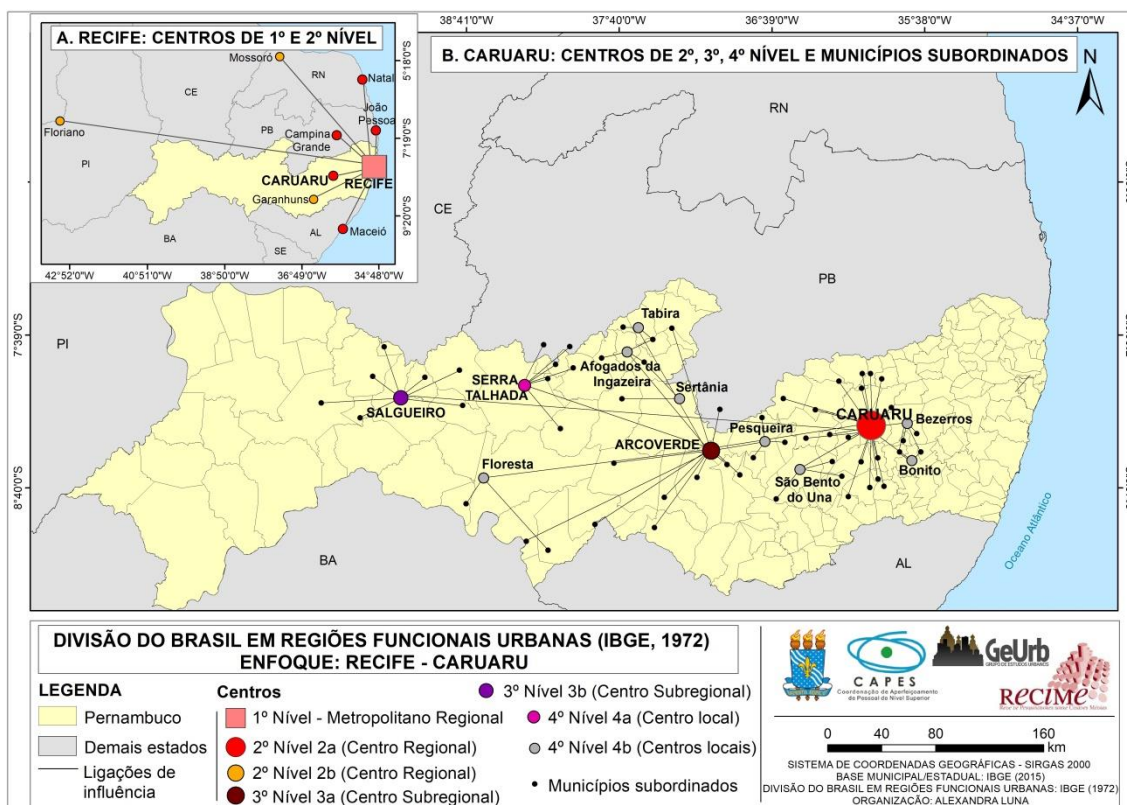
O primeiro deles foi a Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas (1972), com dados de 1966. O segundo foi Regiões de Influência das Cidades (1987) com dados de 1978. Um novo estudo de 1993 das Regiões de Influência das Cidades foi publicado no mesmo ano e mais tarde em 2008, com dados de 2007. Em 2013, o IBGE lançou os resultados da Divisão Urbano-Regional, que integrou e correspondeu ao produto final do estudo de 2007. E em 2017, a partir do trabalho de 2013, o IBGE apresentou uma nova divisão regional do Brasil.

No primeiro estudo, foram considerados os indicadores de relacionamentos urbanos, obtidos através da rede viária e dos movimentos de passageiros e através de pesquisa direta, a respeito das relações entre os diversos núcleos urbanos, por meio de distribuição de bens e serviços.

⁸ Há diferenças de caráter metodológico entre os estudos, ao adotar variáveis distintas, que interferiram nos resultados e na própria forma de classificação das cidades, de acordo com o próprio contexto histórico de cada momento da elaboração de cada estudo. Até 1993 todos os estudos foram baseados na aplicação de questionários com vistas a mensurar os fluxos de consumidores em busca de bens e serviços. Mudanças nas redes técnicas e a complexificação dos processos que acontecem na sociedade implicaram em profundas mudanças territoriais. Essas novas dinâmicas afetaram a rede urbana depois da realização do primeiro estudo citado.

Antes mesmo dos incentivos da política urbana nacional, Caruaru já era caracterizada como Centro regional de nível 2a (Figura 9), ou seja, estava ligado diretamente a centros de nível 1, fazendo a intermediação entre Recife e o Sertão, e destacava-se na distribuição de bens e serviços, diferenciando-se do centro 2b por sua atuação extrarregional e comandando uma área com estruturação urbana definida, abrangendo centros de níveis inferiores (IBGE, 1972).

Figura 9: Regiões Funcionais Urbanas – Recife e Caruaru, 1972



Fonte: IBGE, 1972. Organização: Alexandra Luna.

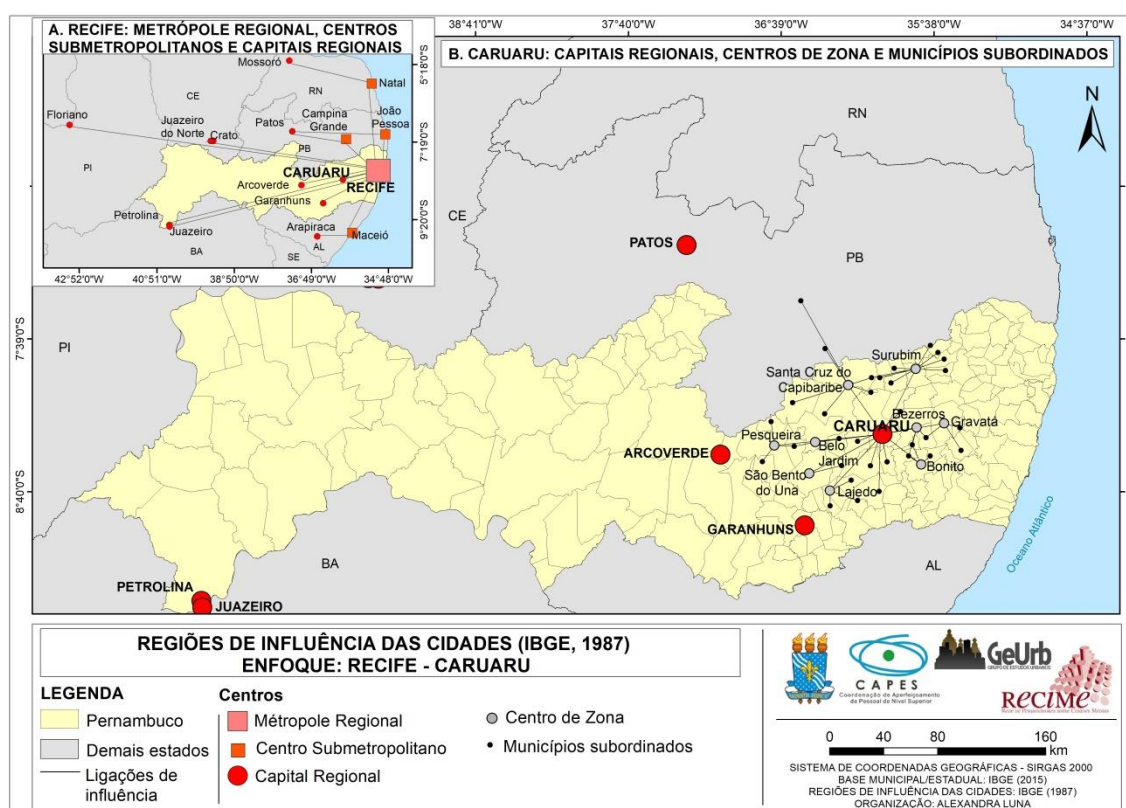
No mapa tem dois recortes: o primeiro (A) demonstra a ligação de Recife (Nível 1) até o nível em que Caruaru se encontra (Nível 2); o segundo (B) demonstra a regiões funcionais que têm Caruaru como nível principal. Note-se que Caruaru estava no mesmo nível hierárquico (2a) de João Pessoa, Campina Grande, Maceió, Natal. Já no segundo recorte, Arcoverde aparecia subordinado a Caruaru e a influência de Caruaru se estendia até Salgueiro, no Sertão.

No segundo estudo, realizado em 1978 e publicado em 1987, Regiões de Influência das Cidades, a teoria das localidades centrais de Christaller passa a

nortear o trabalho do IBGE. A rede urbana passa a ser considerada a partir, somente, da centralidade dos centros urbanos, por meio da distribuição de bens e serviços e de sua área de abrangência.

Caruaru aparece como capital regional, por se situar, numa determinada rede regional de distribuição, numa condição imediatamente inferior à da metrópole regional (Figura 10). Entre os bens e serviços necessários à classificação como capital regional estavam: móveis para escritório, material para dentista, oxigênio para hospitais, material para indústria gráfica, jornais diários, médicos oftalmologista, cardiologista e neurologista e determinados cursos superiores.

Figura 10 – Regiões de Influência das Cidades – Recife e Caruaru, 1978

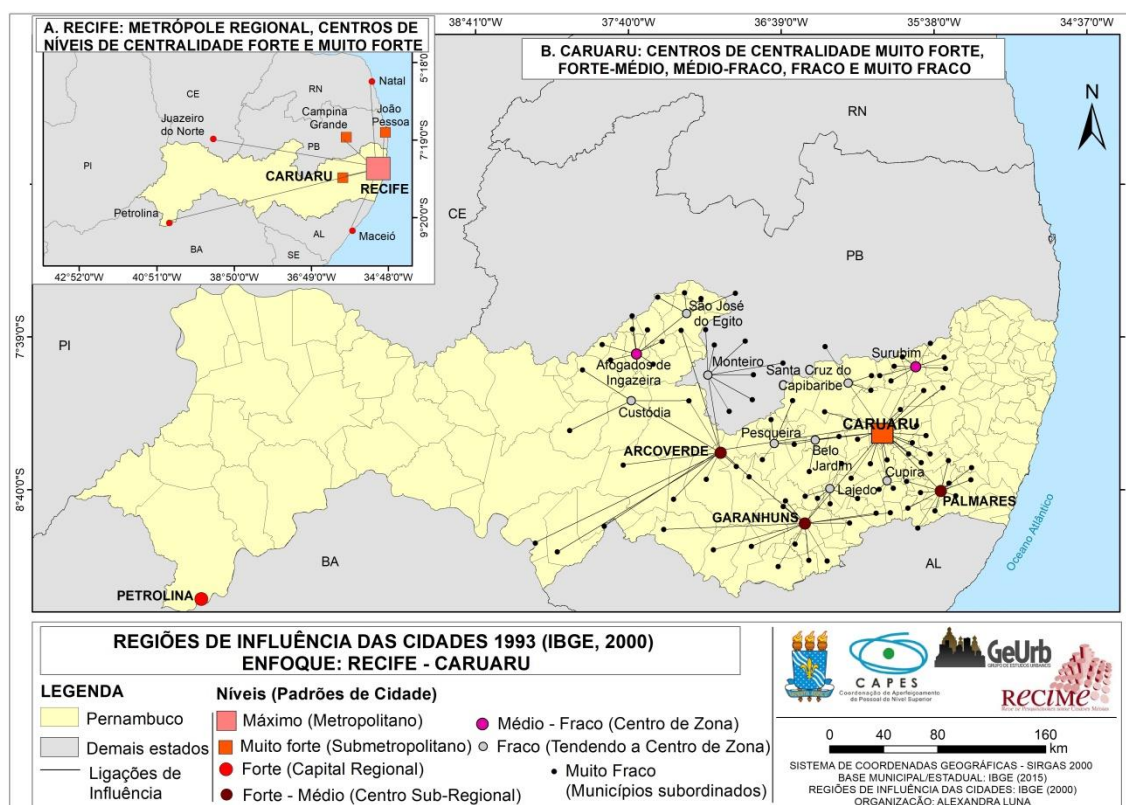


Fonte: IBGE, 1987. Organização: Alexandra Luna.

No primeiro recorte, aparecem a Metrópole Regional Recife, os Centros Submetropolitanos e as Capitais Regionais. Nesta ocasião, Caruaru fica num nível hierárquico abaixo de Campina Grande, João Pessoa, Natal e Maceió, que, no estudo de 1972, estavam no seu nível; e Garanhuns e Arcoverde, que estavam abaixo de Caruaru, emergem, juntamente com Petrolina e Juazeiro, para o mesmo nível, na condição de capital regional.

No estudo de 1993, as cidades foram classificadas pelo seu nível de centralidade. Caruaru foi classificada com nível de centralidade muito forte, ampliando seu nível de centralidade e estabelecendo interações espaciais com um número bem maior de cidades tributárias (Figura 11).

Figura 11: Regiões de Influência das Cidades – Recife e Caruaru, 1993



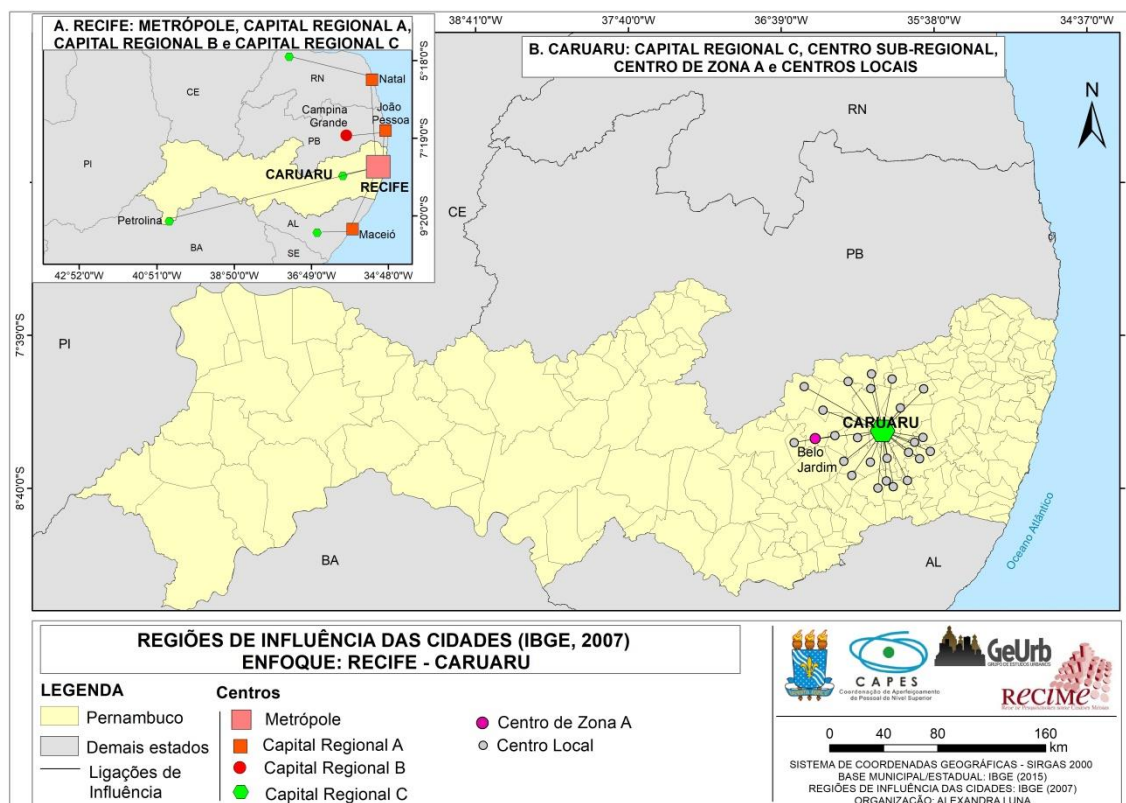
Fonte: IBGE, 1993. Organização: Alexandra Luna.

Neste estudo, como vemos no primeiro recorte, Caruaru volta a se equiparar a Campina Grande e a João Pessoa e Petrolina, Natal, Maceió passam para um nível abaixo de Caruaru. Garanhuns e Arcoverde, assim como Palmares, subordinam-se a Caruaru.

A REGIC de 2007 considerou a coexistência de redes urbanas hierárquicas e redes não-hierárquicas, em que essas últimas mantêm relações horizontais de complementaridade, um grande salto do IBGE. Caruaru é classificada como uma Capital Regional C (Figura 12), ou seja, uma cidade que se relaciona com os estratos superiores da hierarquia urbana, mas com nível de gestão inferior ao das metrópoles, e possui uma região de influência de 26 municípios no que diz respeito

à oferta de um conjunto de atividades, no terceiro nível por ter porte menor e padrão de localização regionalizado (IBGE, 2008). É a partir dos anos 2000, então, que podemos considerar mudanças nos padrões hierárquicos.

Figura 12: Regiões de Influência das Cidades – Recife e Caruaru, 2007



Fonte: IBGE, 2008. Organização: Alexandra Luna.

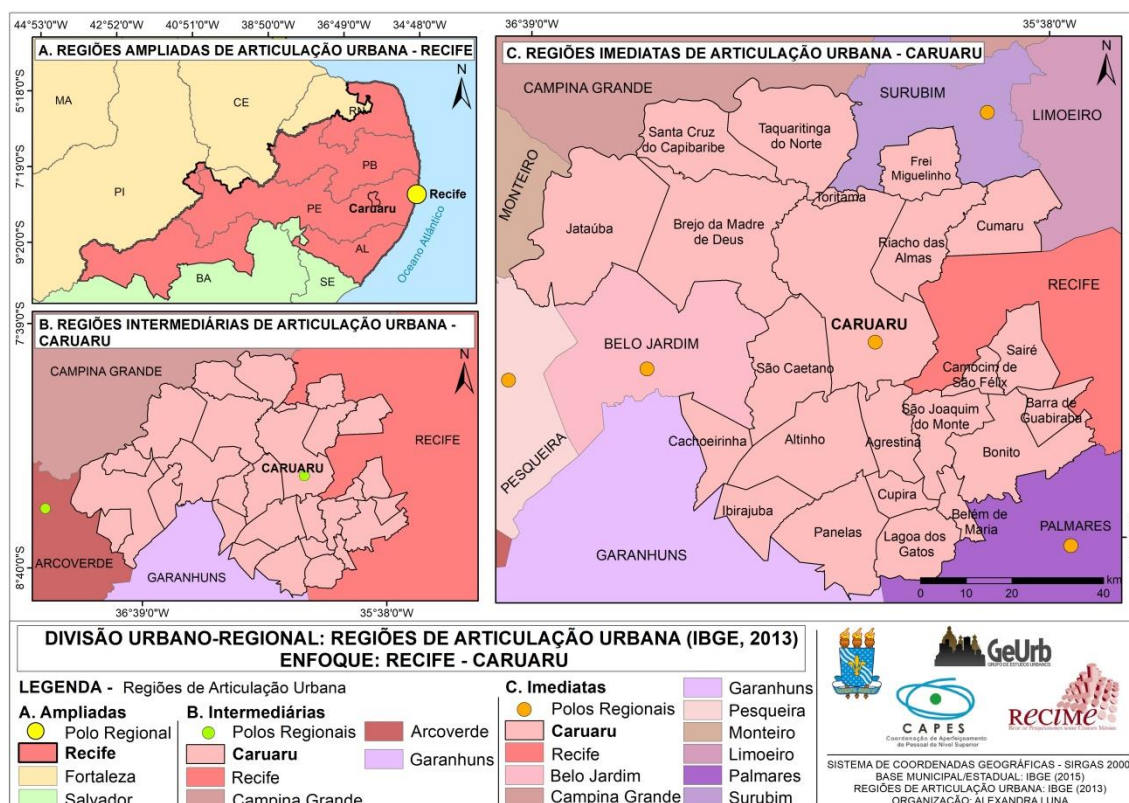
Nota-se que Caruaru ocupa uma posição central dentro de sua rede, num raio que não ultrapassa 100 Km, em razão da proximidade de Recife a 130 Km, que tem uma influência bastante significativa na região Nordeste por ser uma metrópole regional. Entretanto, Bezerros e Gravatá, cidades localizadas dentro do seu alcance, possuem ligação direta com a capital pernambucana, dada as facilidades de deslocamento pela BR-232. Assim, a demanda por comércio e serviços em Caruaru, em geral, dá-se pelos habitantes dos municípios do entorno.

Entretanto, acreditamos que uma atualização desse estudo, incorporando a recente expansão do ensino superior na cidade e, portanto, da incorporação da ciência e da tecnologia a produção, mostraria um aumento no seu raio de influência, sobretudo na direção oeste, visto que a leste, norte e sul, Recife, Campina Grande-

PB e Maceió-AL possuem uma oferta abrangente de educação de nível superior.

Em 2013, o IBGE lançou os resultados da Divisão Urbano-Regional, que integrou e correspondeu ao produto final do projeto REGIC, 2008 (Figura 13). Este estudo apresenta uma divisão regional, através dos fluxos da rede urbana (IBGE, 2013).

Figura 13: Regiões de Articulação Urbana – Recife e Caruaru, 2013



Fonte: IBGE, 2013. Organização: Alexandra Luna.

A divisão regional foi elaborada em três escalas de referência, sendo todas de dimensão regional: Regiões Ampliadas de Articulação Urbana, Regiões Intermediárias de Articulação Urbana e Regiões Imediatas de Articulação Urbana. Recife comanda uma Região Ampliada de Articulação Urbana, que incorpora Caruaru e quase que a totalidade do estado de Pernambuco, devido a sua condição de metrópole regional, tendo um peso considerável na região Nordeste.

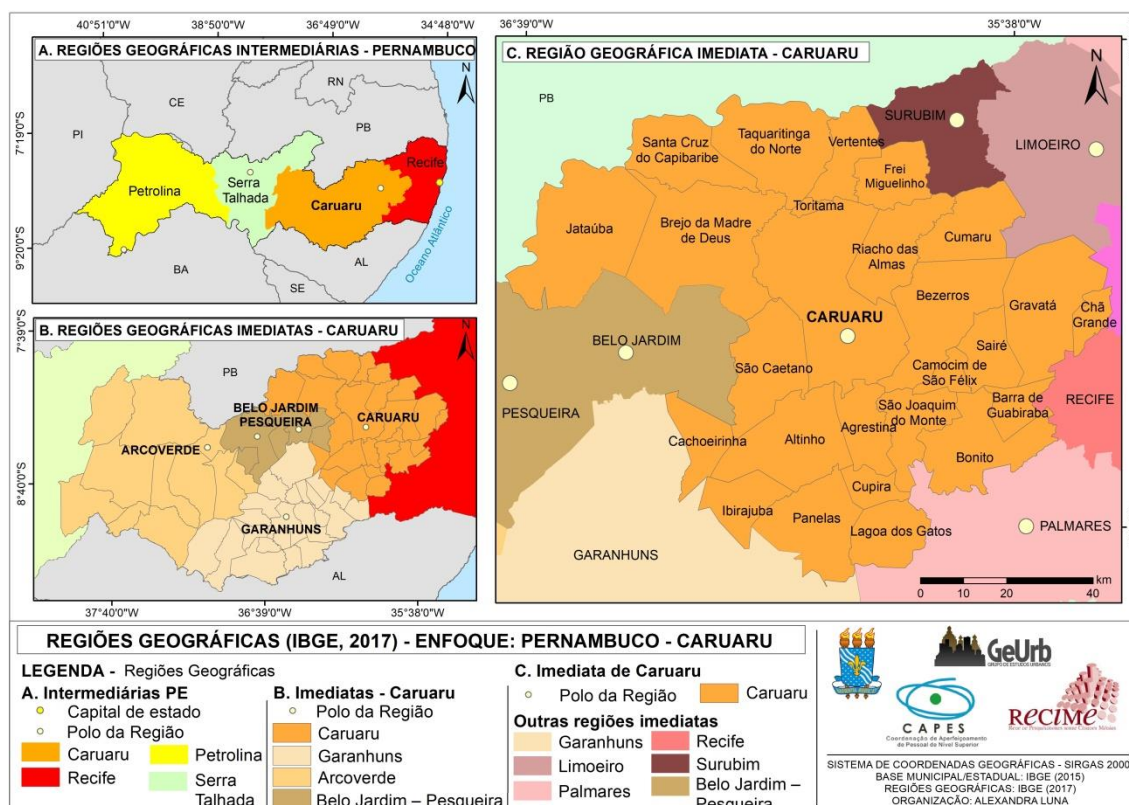
Já Caruaru, na condição de Capital Regional C, comanda uma Região Intermediária de Articulação Urbana, como uma subdivisão da escala anterior. Exerce uma centralidade mediana por sua capacidade de concentrar bens e

serviços de alta complexidade, atividades de gestão pública e privada, e articular órgãos e empresas privadas, a nível regional, polarizando um número grande de municípios (IBGE, 2013). A configuração dessa região corresponde à área de influência de Caruaru identificada pela última REGIC mais os municípios de Poção, Pesqueira e Alagoinha, ou seja, é formada por 29 municípios.

Já as Regiões Imediatas correspondem aos espaços vividos pelas populações e aos deslocamentos cotidianos destas, para ofertar ou buscar bens e serviços mais usuais (IBGE, 2013). A Região Imediata de Caruaru, como subdivisão da Intermediária, é composta por 23 municípios, ao passo em que três municípios vão formar a Região Imediata de Belo Jardim e outros três vão incorporar a Região Imediata de Pesqueira, sendo as cidades de comando Centro de Zona A e Centro Sub-Regional B, respectivamente.

Em 2017, a partir do trabalho de 2013, o IBGE apresentou uma nova divisão regional do Brasil, substituindo as mesorregiões e as microrregiões por regiões intermediárias e regiões imediatas, respectivamente. O novo estudo incorporou as transformações socioespaciais ocorridas no Brasil nas últimas décadas, tendo nas questões relativas à rede e à hierarquia urbana seu elemento central (Figura 14).

Figura 14: Regiões Geográficas Intermediária de Pernambuco e Imediata de Caruaru, 2017



Fonte: IBGE, 2017. Organização: Alexandra Luna.

Diferentemente dos estudos anteriores, há um entrave quanto aos limites das Unidades da Federação. As Regiões Geográficas Imediatas foram estruturadas a partir da centralidade urbana de algumas cidades quanto à oferta e o consumo de determinados bens, serviços e atividades urbanas de caráter mais corriqueiro. As Regiões Geográficas Intermediárias articulam as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um centro urbano de hierarquia superior de funções urbanas de maior complexidade, sendo delimitadas, preferencialmente, com a inclusão de metrópoles ou capitais regionais (IBGE, 2017), como é o caso de Caruaru.

A Região Intermediária de Caruaru abrange as Regiões Geográficas Imediatas de Caruaru, Garanhuns, Arcoverde e Belo Jardim-Pesqueira, somando ao todo 66 municípios, que buscam bens e serviços mais complexos. Ao mesmo tempo em que a rede tornou-se mais desconcentrada, tornou-se também mais concentrada.

Posto isso, fica evidente a posição que Caruaru ocupa na rede urbana de

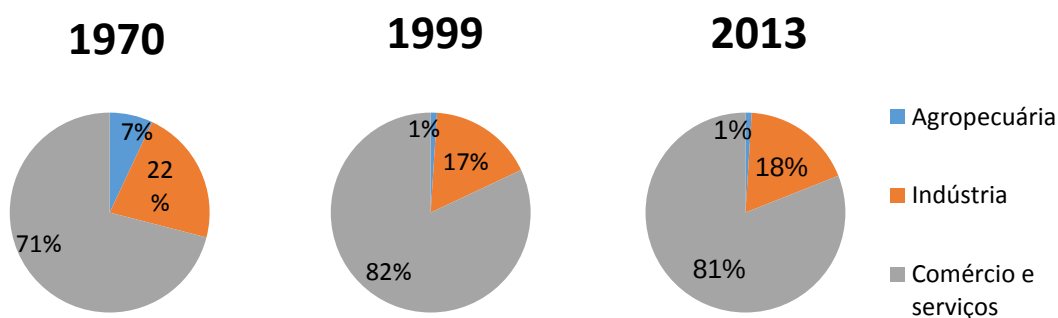
Pernambuco, ao centralizar a oferta de serviços especializados, como educação e saúde, e a comercialização de determinados bens, mais diversificados e sofisticados, que reproduzem o mercado global, com representantes da rede comercial nacional e internacional. Seu papel de intermediação na rede urbana foi se definindo por condições históricas, articulando lugares, por meio dos agentes locais e pela ação do Estado.

O movimento da História e as alterações na estrutura produtiva e espacial, complexificaram a natureza dos processos espaciais, ao implicarem em transformações econômicas e sociais que dão novo significado às interações que estabelecem, agora numa escala bem mais ampla, diante do cenário urbano global.

Essas transformações ecoam as recentes tendências da produção capitalista do espaço das escalas estadual, nacional e até mesmo global, a partir das reestruturações produtivas, urbana, sem, contudo, deixar de apresentar as particularidades das cidades médias e as suas singularidades locais, interferindo na sua dinâmica econômica, social e política.

Há também, nesse sentido, uma maior participação do setor terciário nas atividades econômicas do município (Gráfico 2), com a expansão de funções urbanas centrais e o aparecimento e reforço de especializações produtivas e novas funcionalidades ligadas ao setor de confecções. Em 2012, seus serviços já compunham mais de 80% do seu Produto Interno Bruto (PIB). Em 2007, por exemplo, Silva (2007) constatou que Caruaru assumia a segunda posição, depois do Recife, na rede de oferta de serviços de referência em Saúde dentro do estado.

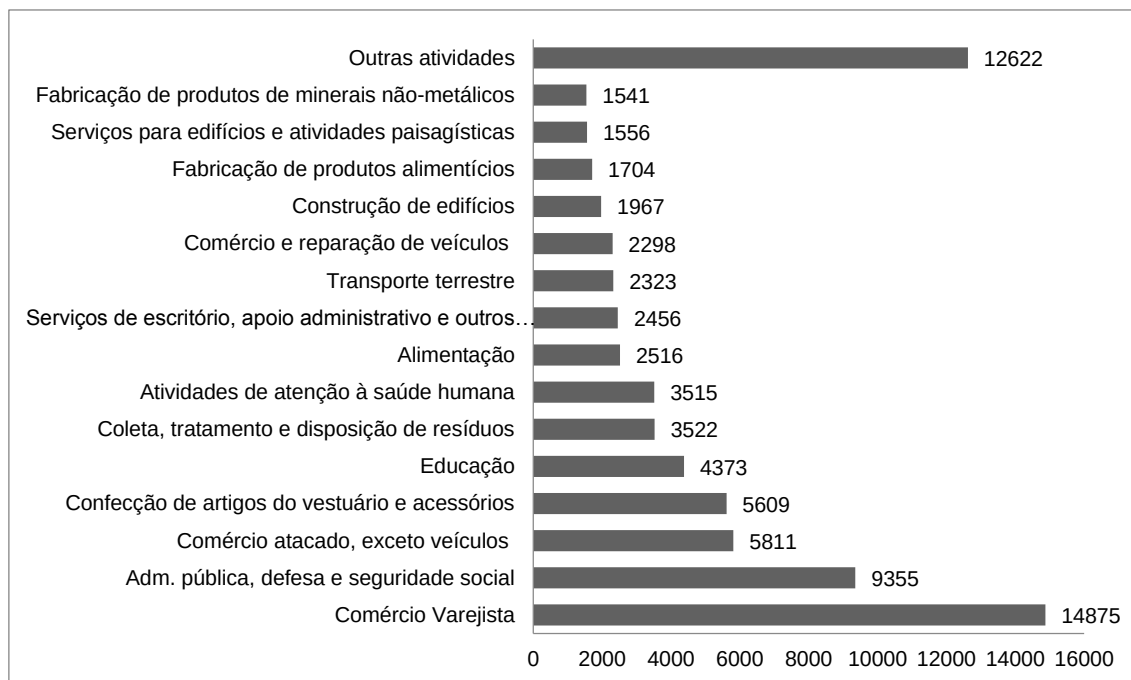
Gráfico 2: Mudança no PIB de Caruaru por Setores – 1970-2013



Fonte: Caruaru (1977, vol I) e IBGE *apud* Oliveira, 2016.

Os dados do número de vínculos empregatícios por atividades econômicas (Gráfico 3) corroboram com a importância do terciário para a economia caruaruense, na medida em que há um maior vínculo empregatício neste setor da economia.

Gráfico 3: Vínculos empregatícios por tipo de atividade, 2015



Fonte: MTPS, RAIS 2015 *apud* BNDES, 2017a

Atualmente, sua situação geográfica permite-lhe medir as relações interurbanas que estabelece nas duas dimensões: a das distâncias, para o consumo que exige a presença física do consumidor, inclusive do serviço de educação superior na modalidade presencial; e a da conectividade, que a incorporação da ciência e da tecnologia ao território tem possibilitado, inclusive com a presença de cursos superiores para atender essa exigência do período. A própria educação superior na modalidade a distância entra nessa segunda escala, uma vez que não exige a presença física do consumidor, superada pela presença da tecnologia da informação. A localização espacial, por seu conteúdo diferenciado, é dotada de um valor estratégico de caráter seletivo, ao fornecer vantagens locais (DIAS, 2006).

Além disso, o deslocamento pendular por motivo de trabalho também é um dado relevante no que diz respeito a relações interurbanas. Caruaru recebe diariamente 8.535 pessoas para trabalhar de outras cidades ao passo que saem

2.384 pessoas, o que significa um saldo positivo de 6.151 (IBGE, 2010 *apud* XAVIER, 2018). Essa informação também reforça a centralidade que Caruaru exerce na reunião e a sua diversificação econômica, que repercute na oferta de empregos, maior do que nos municípios vizinhos.

A situação geográfica de cidades médias influencia na centralidade e nos papéis regionais que vão exercer, sobretudo no que diz respeito ao consumo moderno que espelha a expansão dos capitais nacionais e transnacionais, impactando também na centralidade interna (SAVÉRIO SPOSITO, 2007).

É fundamental compreender a produção e a apropriação do espaço, a partir das bruscas transformações recentes nas diversas escalas que reverberam na estruturação do espaço urbano de Caruaru. A instalação de novos equipamentos urbanos e grandes obras de infraestrutura, associados ao Programa Minha Casa Minha Vida, a instalação e ampliação de instituições de ensino superior, a grandes estabelecimentos comerciais e de serviços, de grupos nacionais e até internacionais, reforça a centralidade de Caruaru na rede urbana. As pesquisas realizadas no âmbito da ReCiMe, especialmente a contemplada pelo edital do Pró-Integração – em que nosso trabalho insere-se – buscam compreender tais mudanças.

A duplicação da BR 232 no início dos anos 2000 contribuiu para facilitar a ligação com a capital pernambucana e com outras cidades e a recente duplicação da BR 104, iniciada em 2009, melhorou a circulação entre as cidades que fazem parte do Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste⁹. Essas obras contribuem para a reestruturação urbana e da cidade, na medida em que proporcionam o fortalecimento das relações entre cidades na rede urbana e de ponto dentro da própria cidade, tendo em vista que as rodovias de grande circulação também fazem parte do deslocamento interno da cidade.

Atividades econômicas ligadas ao comércio varejista e atacadista e a prestação de serviços têm chamado a atenção quanto a produção de novas expressões de centralidade dentro da cidade, como o *shopping center*, o Polo Comercial, espaços que concentram atividades econômicas no espaço urbano e atraem um fluxo de pessoas/consumidores.

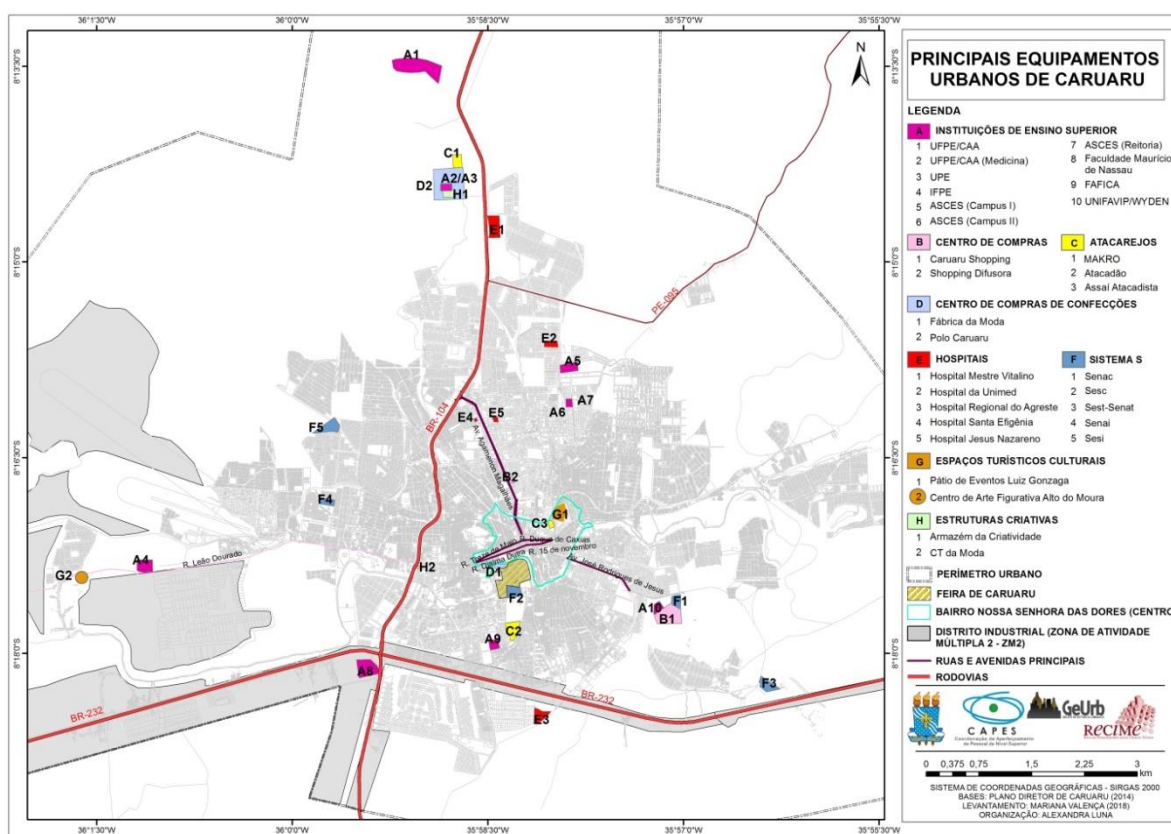
A cidade hoje conta com importantes equipamentos urbanos para atender não

⁹ Dentro da Região de Desenvolvimento Agreste Central existe um alto grau de deslocamentos para Caruaru. 79% deslocamentos desta RD, por transporte coletivo, são dentro da própria região, 15% para outras regiões e 6% para a RMR. O Agreste Central é a região que mais concentra deslocamentos intermunicipais internos (CONDEPE/FIDEM, 2015, *apud* CARUARU, 2017).

apenas a sua população, mas também de toda a sua região influência, como instituições de ensino superior, hospitais, centros de gestão pública estaduais e até federais, diversos bancos e instituições financeiras, centros tecnológicos, unidades do “Sistema S” – Sebrae, Sesi, Sesc, Senac e Senai (CONDEPE/FIDEM, 2012). A própria Feira de Caruaru, que atrai gente de várias partes do país, e a tradição do artesanato de barro, eternizado na obra de Mestre Vitalino, no Alto do Moura, também colocam Caruaru numa condição de destaque no que se refere às questões culturais e turísticas.

A localização desses equipamentos (Figura 15) além de interferir na centralidade na cidade, pode interferir nas relações que esta cidade estabelece com as cidades do entorno, ampliando as possibilidades de deslocamento e de consumo.

Figura 15: Equipamentos urbanos de Caruaru, 2018



Organização: Alexandra Luna, 2018. Fonte: Trabalho de campo.

Nota-se que a maior parte desses equipamentos estão localizados fora do centro principal, que correspondia anteriormente ao núcleo urbano do município. É possível observar também a presença de equipamentos em áreas descontínuas a

mancha urbana, embora dentro do limite do perímetro urbano estabelecido pelas Leis Complementares do Plano Diretor.

A estruturação do seu espaço urbano que era marcada pela presença de um único centro começa a se transformar, com a instalação desses novos empreendimentos e equipamentos urbanos de comércio e de serviços, complexificando sua estrutura espacial, além de possibilitar uma ampliação da articulação em múltiplas escalas, atendendo a demandas que não são mais somente regionais, colocando-as na condição de “cidades médias em globalização” como Sposito (2013, p. 53) já chamava a atenção, no caso das cidades médias.

Ademais, no contexto atual, a cidade vai se transformando para acompanhar as exigências do mercado global. A própria feira, que inicialmente oferecia produtos locais e regionais produzidos no campo, vai incorporando produtos e elementos ligados à economia capitalista global, a exemplo dos industrializados e eletrônicos, sobretudo os produzidos em países da Ásia. Assim, a dimensão regional das cidades médias é reforçada com o aumento das interações em múltiplas escalas.

2.2.1 Caruaru no contexto do Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste

A posição de Caruaru na rede urbana pernambucana tem sido revalorizado pelo *boom* do consumo e pelas mudanças no perfil dos consumidores, explicado pelo crescimento regional, gerado, sobretudo, através do crescimento da produção de confeções e de atividades correlatas. Assim, não é possível falar de reestruturação urbano de Caruaru sem tratar do setor de confecção, que já existe há algumas décadas, mas que tem recebido crescentes investimentos em inovação e tecnologia na última década.

A confecção no Agreste teve início como atividade artesanal com retalhos, a partir da década de 40 do século passado, e surgiu da necessidade de buscar alternativas econômicas para a população desta região que sofria com as condições precárias no campo (LIRA, 2006). Inicialmente, a produção era de baixo custo, mas atualmente há uma maior diversificação e qualificação dos produtos, agregando-lhes valor, promovendo uma especialização produtiva da região, que começou a ganhar notoriedade a partir de 2002 – numa parceria do Sindicato do Vestuário do Estado

de Pernambuco (SINDIVEST), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Governo de Pernambuco e outras associações – com o aumento da divulgação da região e com o investimento em grandes projetos para o setor (XAVIER, 2018).

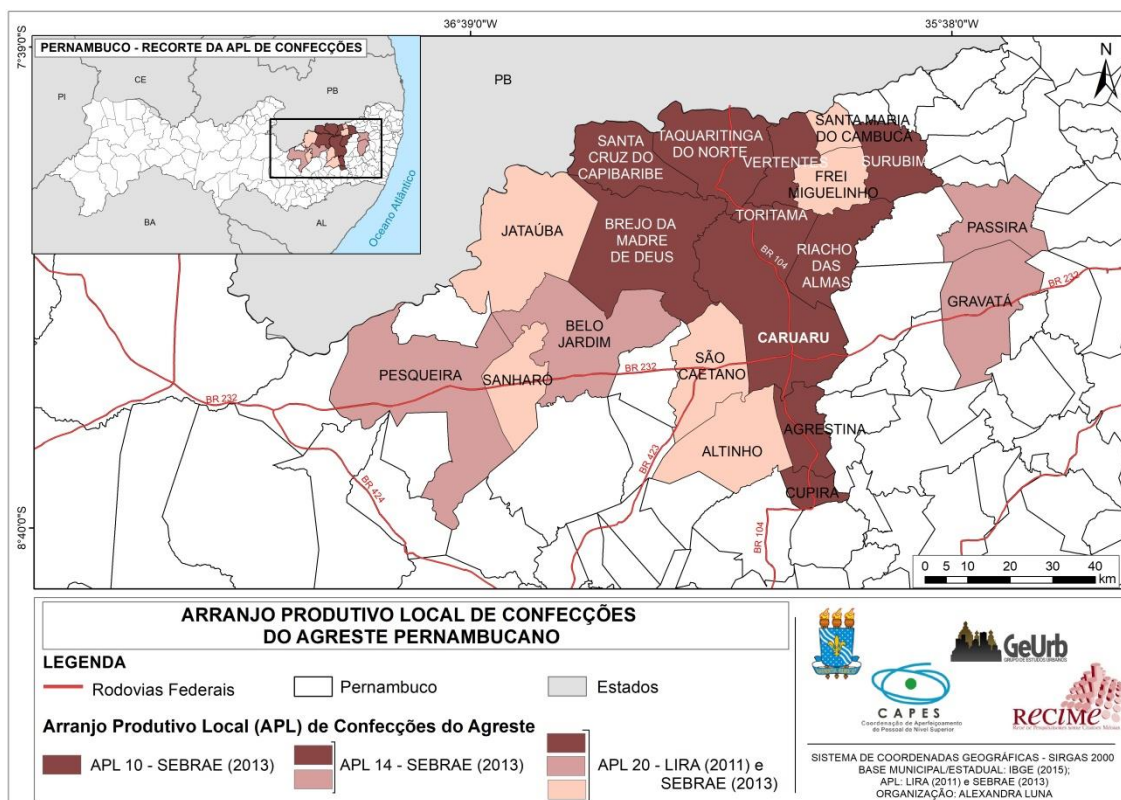
O Polo de Confeções do Agreste foi considerado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Governo de Pernambuco e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) como Arranjo Produtivo Local para facilitar os incentivos governamentais (XAVIER, 2018). Mas há controvérsias quanto ao uso do termo (LIRA, 2011; SEBRAE, 2013; XAVIER, 2018), pela quantidade de empresas informais atuando no setor.

Essa política de promoção e apoio aos APL, fomentada pelo MDIC e com o envolvimento de vários organismos federais – inclusive o Ministério da Ciência e Tecnologia –, teve uma forte base territorial (ARAÚJO, 2013), consistindo num amplo investimento em infraestrutura e equipamentos urbanos nessas áreas.

O Estado de Pernambuco seguiu essa tendência e estabeleceu uma política de desenvolvimento regional a partir da criação de APL. Caruaru é o centro do APL de Confeções do Agreste, que contempla 20 municípios (Figura 16), entre eles Santa Cruz do Capibaribe e Toritama¹⁰, e contava, em 2012, com 3.831 empresas formais e 15.826 informais no ramo de confeções (SEBRAE-PE, 2013).

¹⁰ O estudo realizado pelo SEBRAE (2013) considerou apenas 10 municípios (Caruaru, Toritama, Santa Cruz do Capibaribe, Surubim, Cupira, Agrestina, Brejo da Madre de Deus, Riacho das Almas, Vertentes e Taquaritinga do Norte), embora reconhecesse outros quatro municípios com significativa atividade confeccionista (Belo Jardim, Gravatá, Passira e Pesqueira). Além disso, o estudo faz menção ao trabalho desenvolvido na tese de doutorado em Geografia de Sônia Maria de Lira (2011), que enumera mais seis municípios: Altinho, Frei Miguelinho, Jataúba, Sanharó, Santa Maria do Cambucá e São Caetano. Mas o relatório reforçou sua escolha pelo aprofundamento em apenas dez municípios, porque estes concentram 95,5% das empresas formais e informais.

Figura 16: Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste Pernambucano



Fonte: SEBRAE, 2013; LIRA, 2011. Organização: Alexandra Luna.

De acordo com o ITEP,

Arranjos Produtivos Locais (APL) são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. O objetivo principal de um Arranjo Produtivo Local é dinamizar as estruturas empresariais gerando renda e emprego.

O desenvolvimento de APL é incentivado por diversos programas, como também pelas estratégias dos fóruns de competitividade do Governo Federal, ancorados em uma dinâmica interativa de trabalho nas cadeias produtivas em plena escala. Em Pernambuco, cabe à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) a realização de ações voltadas ao aumento da competitividade da economia por meio da inovação tecnológica. Nessa direção, o PROAPL busca a inovação e o desenvolvimento tecnológico de quatro APL de Pernambuco através da articulação e integração entre os setores industriais, governamentais, educacionais e de pesquisa e desenvolvimento.

Sobre o APL de Confeções especificamente

Pernambucano pode ser definido como o de “confeções de produtos de vestuário que atendam ao mercado regional, em evolução para fornecimento ao mercado de moda e qualidade em âmbito regional, nacional e internacional”. É importante ressaltar que essa definição representa um estágio na evolução do APL, uma fase de transição entre o negócio original de confeções de baixo custo, nitidamente para um mercado regional, apontando para a consolidação e desenvolvimento no mercado de moda e qualidade em âmbito não apenas regional, como nacional e também internacional, através de um movimento de exportação de produtos já em curso (Site do ITEP).

Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama concentram as atividades do APL e por isso são considerados os núcleos. Os três municípios apresentaram crescimento significativo de sua população nas últimas décadas (Tabela 2). A população de Caruaru teve uma variação de 18,7% de 1991 a 2000, enquanto que Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, de 46,2% e 54%, respectivamente. Já no decênio seguinte, essa variação foi ainda maior para Caruaru, 24,2%, e para Toritama, 63,1%, enquanto Santa Cruz do Capibaribe teve uma variação inferior de 48,3%, mas todos bem acima de Pernambuco, do Nordeste e do Brasil (SEBRAE, 2013).

Tabela 2: Evolução da População dos três municípios centrais do APL – 1991-2017

MUNICÍPIOS	População em 1991	População em 2000	População em 2010	População em 2017
Santa Cruz do Capibaribe	38.332	59.048	87.582	105.761
Toritama	14.907	21.800	35.554	44.189
Caruaru	212.938	252.987	314.912	356.128

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991; IBGE, Estimativa da População 2017; BNDES, 2017a e 2017b.

De acordo com SEBRAE (2013), esse crescimento demográfico, muito acima das médias estadual, regional e nacional, deu-se em decorrência do forte fluxo migratório em direção às cidades do APL, reforçando o papel econômico desses municípios, uma vez que, em geral, a migração dá-se em busca de oportunidades de trabalho. Os dados de deslocamento pendular por motivos de trabalho reforçam a essa questão (Tabela 3).

Tabela 3: Descolamento pendular para trabalho – 2010

DESLOCAMENTO PENDULAR PARA TRABALHO - 2010			
MUNICÍPIOS	Ingressos	Egressos	SalDOS
Santa Cruz do Capibaribe	2475	599	1876
Toritama	2879	247	2632
Caruaru	8535	2384	6151

Fonte: IBGE, 2017. Organização: Xavier, 2018.

Nesse contexto de crescimento econômico, insere-se a necessidade de incorporação de ciência e tecnologia a produção como condição para reproduzir as condições de produção do arranjo produtivo, que articula diferentes interesses e proporciona novos mercados. A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação de Pernambuco (Secti), em parceria com o Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP), o SEBRAE e a Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE), encabeça o Programa de Produção e Difusão de Inovações para a Competitividade de Arranjos Produtivos Locais – PROAPL, que é financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (XAVIER, 2018). Entram nesse cenário, o Centro Tecnológico da Moda e o Armazém da Criatividade, estruturas de incentivo à inovação e ao empreendedorismo, que se apresentam como uma extensão do ITEP e do Porto Digital, respectivamente.

Com a expansão das atividades produtivas ou de suporte à confecção, os municípios que fazem parte do APL passaram por modificações estruturais nítidas na configuração espacial e na dinâmica socioeconômica (XAVIER, 2018), alguns de modo mais intenso, outros de modo menos intenso.

De acordo com SEBRAE-PE (2013), existe uma parcela significativa da produção desenvolvida na zona rural destes municípios, através de pequenas facções, embora as sedes desses municípios concentrem majoritariamente a produção e atividades fundamentais a realização da produção. O espaço urbano vai expandindo em função disso para atender o capital produtivo, ainda que a informalidade seja bastante emblemática neste setor, conferindo novos papéis e funções a estas cidades. São processos que modificam a acumulação e consumo, produção e expansão na e da cidade.

Mais até do que em Caruaru, as economias de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe são marcadas em sua maior parte pelo setor de confecções, incluindo a

comercialização da produção e outros serviços correlatos. Em Caruaru, o peso dessas atividades no universo total não é tão grande, em razão de sua maior diversificação econômica, até mesmo por seu papel de intermediação na rede urbana. Dentro do APL, apenas Caruaru exerce o papel de cidade média, as demais não apresentam o mesmo nível de centralidade.

Como identificado por Xavier (2018) há um incremento demográfico dos três principais municípios do APL, assim como há um deslocamento pendular de pessoas de municípios do entorno para trabalhar nesses três. Assim como a autora observou também a expansão da mancha urbana de Santa Cruz do Capibaribe. O crescimento demográfico, já tratado anteriormente especificamente para Caruaru, pode ser pensado como um indicador de desempenho econômico, na medida em que se deve também ao movimento migratório aos municípios inseridos na APL, em busca de oportunidades de emprego e melhores condições de vida.

Em 2012, eram 100 mil pessoas ocupadas na produção têxtil, correspondendo à metade de toda a mão de obra da indústria pernambucana (SEBRAE-PE, 2013). Nos três principais municípios do arranjo, Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, têm seis grandes espaços de comercialização dessa produção, dos quais o Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe era o maior shopping atacadista de confecções da América Latina, numa área coberta de 120 mil m² (SEBRAE-PE, 2013).

De acordo com Araújo (2018), a taxa de variação média anual do PIB em Pernambuco foi maior na região de desenvolvimento do Agreste Setentrional, 6%, que incluem as cidades de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, e na Agreste Central, 5,5%, onde Caruaru localiza-se, ficando muito acima da RMR, com 3,9%, e de Pernambuco, com 4,1%.

O crescimento acentuado do Produto Interno Bruto (PIB) dos três núcleos do APL, assim como a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal nos dão uma dimensão do expressivo crescimento econômico e da melhoria de aspectos da vida social a partir da especialização produtiva na região (Tabela 4).

Tabela 4: PIB e IDHM dos três principais municípios do APL – 1999-2010

MUNICÍPIOS	PIB 1999	PIB 2010	IDHM - 2000	IDHM - 2010
	R\$			
Caruaru	R\$ 736.887	3.872.947	0,558	0,677
Santa Cruz do Capibaribe	R\$ 114.228	R\$ 766.084	0,520	0,648
Toritama	R\$ 33.697	R\$ 387.474	0,481	0,618

Fonte: IBGE, 2015. Organização: Twane Xavier, 2018.

No entanto, é preciso destacar que apesar do crescimento econômico, com uma mudança produtiva, deixando de ser uma economia eminentemente rural, e do próprio IDH, as questões sociais que envolvem o ramo de confecções podem ser escamoteadas, a exemplo da jornada e das condições de trabalho.

Ainda assim, fica evidente que o processo de urbanização da região tem relação com a ampliação do setor produtivo de confecções e de atividades correlatas. E embora o peso deste setor não seja tão grande em Caruaru, em razão da sua diversidade de atividades, esta cidade, na condição de cidade média, vai atrair recursos e investimentos, através de equipamentos e infraestruturas que dão suporte a estas atividades do APL. A própria educação superior, como lugar da formação profissional e do desenvolvimento de ciência e tecnologia que poderá ser incorporada a produção, entra neste segmento.

CAPÍTULO 3

AS INTERAÇÕES ESPACIAIS INTERESCALARES COMO PERSPECTIVA ANALÍTICA PARA ENTENDER OS PAPÉIS E FUNÇÕES DAS CIDADES MÉDIAS

“A educação é um bem a ser consumido, e esse consumo é cada vez mais produtivo. A educação e as atividades que lhe são ligadas, direta ou indiretamente, desempenham um papel na geração da riqueza local, justificando, de um ponto de vista econômico e não apenas cívico ou cultural, o legítimo interesse das administrações municipais em sua instalação e desenvolvimento. Este é, porém, um capítulo ainda pouco estudado, na guerra dos lugares” (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p. 60).

Em geral, o estudo da rede urbana tem privilegiado os atributos fixos – que diferenciam e, portanto, hierarquizam cidades. No entanto, o entendimento das interações espaciais, que apesar de ser um estudo mais difícil, é mais revelador do conteúdo da centralidade dos centros urbanos (CORRÊA, 2006).

Cada centro urbano interage com diferentes estratos da rede urbana em múltiplas escalas, seja “produzindo, distribuindo ou apenas consumindo bens, serviços e informações que crescentemente, circulam por intermédio da efetiva ação de corporações globais [...]” (CORRÊA, 1999, p. 44).

No contexto de reconfiguração da trama que rede urbana brasileira, nas últimas décadas, vem passando, em que há agora uma maior participação também dos estratos inferiores – cidades médias e pequenas –, como espelho das transformações técnico-científico-informacionais, os estudos baseados unicamente na hierarquia urbana já não dão mais conta de compreender a complexidade das relações que se estabelecem entre as diferentes cidades.

No caso das cidades médias, o que lhes confere o papel de intermediação são as atividades e as funções que concentram, fazendo-as, por isso, polarizar uma região, por meio de interações espaciais em múltiplas escalas.

Logo, para dar sentido a nossa perspectiva analítica por meio das interações espaciais em múltiplas escalas, trazemos também uma discussão da noção de heterarquia urbana, baseada em Catelan (2013), sem, com isso, desconsiderar os estudos hierárquicos, mas como uma forma de ampliação da análise através do par hierarquia-heterarquia, como o autor mesmo propõe.

Vimos, até aqui, como a produção do espaço urbano de Caruaru deu-se na relação com outras escalas e a posição que essa cidade ocupa na rede urbana, uma vez que, na condição de cidade média, não pode ser pensada fora da rede regional em que se constitui, a partir das relações que vão se definindo por meio dos papéis e funções que desempenha. Nesse sentido, escalas geográficas diferentes encontram-se na cidade para a realização da reprodução espacial.

Nosso objetivo neste capítulo é apresentar e pensar as interações espaciais interescares como perspectiva analítica que revelam os papéis e as funções das cidades médias, remodelando o espaço geográfico em técnica, ciência e informação, no movimento espaço-temporal da sociedade.

Analisar os papéis e as funções das cidades é analisar as interações nas redes urbanas e técnicas numa combinação de tempos, em determinado espaço

(CATELAN, 2013). Por isso é necessário pensar as diferentes dimensões da reestruturação, produtiva, urbana e da cidade, envolvendo questões não apenas produtivas, mas também social e espacial, em suas diferentes temporalidades, para pensar a heterarquia.

3.1 A NECESSIDADE DA ABORDAGEM INTERESCALAR NO ESTUDO DAS CIDADES MÉDIAS

A articulação de diferentes escalas na discussão da centralidade interurbana exercida por cidades médias exige pensar como essa centralidade produz novas dinâmicas, ou seja, como o espaço condiciona as atividades econômicas e não só como as atividades econômicas produzem espaço e centralidade.

A análise desse movimento requer o estabelecimento de relações entre a cidade e a rede urbana, o que exige a associação de duas escalas geográficas: a da cidade, como materialidade, e a do urbano, caracterizado atualmente por manter conexões de interesses globais do ponto de vista do capital, que urbanizam uma sociedade, no plano das relações que estabelece com outras escalas.

A cidade é um objeto espacial que ocupa um sítio e uma situação e faz a mediação entre uma ordem próxima, a do campo circundante a que domina, e uma ordem distante, a do conjunto da sociedade; sendo assim, é onde as contradições da sociedade manifestam-se. Com a industrialização há a generalização da troca, tudo entra para o mundo da mercadoria, inclusive o espaço, ou seja, tudo que constitui a vitalidade da cidade, neste contexto, desapareceu. No entanto, a realidade urbana generalizou-se. Cidade e urbano são distintos, este se manifestou na explosão da cidade (LEFEBVRE, 2008).

Apesar de falarmos de rede urbana dentro da escala nacional, cidades de um país são interligadas, direta ou indiretamente, à cidades de outros países, através do consumo e da circulação de mercadorias, de informações (SOUZA, 2013). Portanto, a rede urbana, como reflexo e como condição da realização de processos sociais, econômicos e espaciais, deve ser pensada como um fenômeno multiescalar, na medida em que os fluxos variam desde a escala local até a escala global. É preciso superar a dicotomia dos recortes espaciais rede urbana/intraurbano, articulando as diferentes escalas geográficas de produção e estruturação dos espaços urbanos

(SPOSITO, 2004).

Sendo assim, para entendermos as práticas e os processos espaciais em curso, precisamos compreender a articulação da escala da cidade com outras escalas, na medida em que, no contexto atual da reestruturação produtiva, parte dos processos verificados nas escalas local e regional é engendrada na escala nacional e, até, global.

Quais são as escalas dos interesses que permeiam Caruaru? Do ponto de vista da articulação interurbana, Caruaru polariza algumas cidades a sua volta. De que forma o urbano se manifesta nesta cidade? Ou seja, quais são suas conexões globais? É isso que queremos pensar a partir da expansão do ensino superior na cidade, que afeta toda uma dinâmica social e econômica da região, ao responder a uma necessidade que é também global, a de reestruturação produtiva. Queremos pensar como a incorporação do conhecimento e da tecnologia ao território altera a questão escalar.

3.1.1 Horizontalidades e verticalidades – o encontro de diferentes escalas na reprodução espacial

O processo de urbanização atual tem uma multiplicidade lógica e um caráter de reprodução capitalista “de corte neoliberal e abrangência global”, tanto do ponto de vista dos novos produtos imobiliários, quanto das áreas pobres, que carecem do mínimo de infraestruturas e serviços básicos (SOBARZO, 2008, p. 278).

Para compreender as cidades médias nesse contexto da urbanização contemporânea, Sobarzo (2008) toma emprestado de Santos (em *A natureza do espaço*) as expressões horizontalidades e verticalidades, para discutir a cidade média como “encruzilhada das verticalidades e horizontalidades” (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 280).

De acordo com Milton Santos (2008a), o arranjo espacial ocorre na relação de continuidade-descontinuidade territorial com diferenciação na ocorrência das articulações. Há “dois arranjos e duas segmentações”, na medida em que

[...] os arranjos espaciais não se dão apenas através de figuras formadas de pontos contínuos e contíguos. [...] há, também, constelações de pontos

descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores (SANTOS, 2008a, p. 284).

As horizontalidades seriam as extensões constituídas de pontos contínuos, a produção propriamente dita regida por uma engrenagem mais limitada, ou seja, “são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, gerada localmente” (SANTOS, 2008a, p. 286); enquanto as verticalidades seriam os espaços ligados por meio de pontos descontínuos, que são o veículo político e geográfico da sociedade e da economia, através das outras etapas da produção – circulação, distribuição e consumo, isto é, dão funcionamento de uma racionalidade superior hegemônica, ordenando o cotidiano.

Em tese, as cidades são o elo entre essas duas escalas (SANTOS, 2008a), pois promovem tanto o consumo consuptivo, quanto o consumo produtivo¹¹ (SANTOS & SILVEIRA, 2001). Ou seja, reforça-se a ideia de que é na cidade que ocorre a intermediação entre o local e o global. Dentro desse movimento, no contexto da globalização, é que os estratos inferiores da rede urbana, como as cidades pequenas e médias, ganham ou perdem lugar. Santos e Silveira (2001), as cidades médias estão na encruzilhada das horizontalidades e verticalidades, na medida em que abastecem de bens, serviços e aparato técnico/tecnológico e informacional para o campo e seu entorno imediato.

Portanto, as cidades médias pensadas na articulação com sua rede urbana podem ser consideradas por meio das relações de horizontalidades, que, segundo Sobarzo (2008; 2009), estão evidenciadas nos deslocamentos cotidianos da população do entorno em busca de bens e serviços básicos e/ou especializados. E as verticalidades estão presentes nos fluxos externos, hegemônicos, produzidos numa escala mais ampla, que conecta a cidade, ou partes dela¹², com o âmbito global, a fim de atender as necessidades da reprodução capitalista (SOBARZO, 2008; 2009).

Esses processos combinam-se mutuamente, a exemplo de serviços que são ofertados a uma região, mas que podem responder a interesses hegemônicos

¹¹ A primeira forma de consumo seria o consumo final das famílias, seja de bens, seja de serviços. Ao passo que o consumo produtivo serve de motor ao processo produtivo, com máquinas, tratores, sementes, etc., isto é, o consumo para produzir mais.

¹² Na medida em que algumas partes da cidade ficam marginalizadas ou desligadas dessa dinâmica, impactando negativamente na estrutura da cidade, através da polarização social, da pobreza (SOBARZO, 2008, p. 283).

externos, “[...] como acontece claramente no setor dos serviços financeiros e, crescentemente, nos serviços privados de saúde e educação” (SOBARZO, 2009, p. 151), quer dizer: temos atividades que atendem aos interesses locais e regionais, mas que são orientados por uma lógica externa.

Deste modo, fica evidente o lugar da cidade média no processo globalizante de reprodução capitalista, criando possibilidades de articular o local e o global, ao atender às necessidades do campo e de sua região. Diante da globalização, alteram-se ou reforçam-se os papéis e as funções de determinadas cidades médias.

A encruzilhada de horizontalidades e verticalidades enquanto combinação de múltiplas escalas na cidade é, portanto, um caminho para se refletir acerca dos papéis e funções das cidades médias na rede urbana, ao mesmo tempo em que possibilita o entendimento das interações espaciais enquanto articulação de diferentes lugares, seja numa relação de horizontalidade, seja numa relação de verticalidade.

3.2 INTERAÇÕES ESPACIAIS INTERESCALARES: O MOVIMENTO DA SOCIEDADE NO ESPAÇO E NO TEMPO

Embora o curso da globalização coloque o mundo e o seu conjunto de lugares numa totalidade constituída em escalas mais amplas, cada lugar torna-se singular, numa relação dialética.

Isto se deve à espacialização desenfreada dos elementos do espaço – homens, firmas, instituições, meio ambiente –, à dissociação sempre crescente dos processos e subprocessos necessários a uma maior acumulação de capital, à multiplicação das ações que fazem do espaço um campo de forças multidirecionais e multicomplexas, onde **cada lugar é extremamente distinto do outro, mas também claramente ligado a todos os demais por nexos únicos**, dados pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal (SANTOS, 2008d, p. 35, grifo nosso).

Posto isso, temos as interações espaciais que conectam os diversos lugares de acordo com um conjunto de possibilidades nas diferentes em escalas, num processo constante de constituição da totalidade.

Como já dito outrora, as cidades médias devem ser pensadas no contexto da rede urbana, no qual ganham forma e sentido, através das relações que estabelecem, ou seja, onde exercem o seu papel de intermediação, de articulação de lugares e de escalas geográficas diversas. Como o espaço contemporâneo, com todos os seus agentes produtores, está articulado ou potencialmente articulado em rede, as interações espaciais ganham maior significação como perspectiva analítica do espaço em rede e da sociedade em movimento (CATELAN, 2013).

Portanto, é importante compreender a articulação, em mais de uma escala, de agentes econômicos e as dinâmicas específicas do processo contemporâneo de urbanização que obedecem a uma lógica global do capital, articulada a lógica local e regional, que refletem nas interações espaciais, uma vez que se reforçam as funções e papéis das cidades médias na rede urbana tanto mais se ampliam suas escalas de articulação.

As funções e os papéis cujas cidades médias desempenham resultam das interações espaciais que estabelecem, do encontro de uma multiplicidade lógica que partem de e atuam em diferentes escalas. Sendo assim, as interações espaciais são o meio de interpretar o espaço em sua constituição histórica, de fazer uma leitura das transformações e conexões entre os elementos que compõem a realidade espacial, visto que expressam o movimento dado entre sociedade, espaço e tempo, e é através deste movimento que se pode compreender as relações espaço-temporais (CATELAN, 2013).

O espaço contém o movimento da sociedade, e esta só pode ser compreendida nesse movimento, em seu esforço para tornar-se ato, realizando-se através das formas (SANTOS, 2008d). Baseando-se nisso, Catelan (2013) argumenta que é a partir do movimento que as interações espaciais efetivam-se, transformando a base material e as articulações que se constituem no espaço, através das forças econômicas, políticas e culturais, e ligando tempo, espaço e sociedade.

A totalidade é dinâmica e está num movimento dialético, movimento este impulsionado pela contradição, ou seja, a totalidade está em permanente transformação, num processo de totalização (SANTOS, 2014). Assim, é indispensável analisar a noção de interação sob as bases do materialismo histórico dialético, enquanto “causa transformadora” e esclarecendo a adjetivação espacial,

na medida em que as interações espaciais têm sido recorrente e equivocadamente usadas como sinônimo de deslocamentos no espaço (COCCO & SILVEIRA, 2017).

Para Catelan (2013, p. 45), é necessário pensar “a complexidade da qual esse conceito depende para que sejam compreendidas a condição relacional no espaço e as suas resultantes como a rede urbana”, para então compreendermos as interações espaciais a partir da reestruturação pela qual a sociedade tem passado.

Para pensarmos uma perspectiva analítica, conceitual e metodológica das interações espaciais como um caminho que nos leva a articulação escalar, trouxemos algumas reflexões. Ullman (1980) foi um percussor na valorização da questão na Geografia, enfatizando a relevância do conceito para a ciência por favorecer o entendimento de inter-relações em variados setores da sociedade, colocando a própria realidade espacial e seu movimento como interações espaciais, porquanto não é possível compreender a realidade espacial sem considerar o seu movimento permanente.

Sua discussão sugere uma análise baseada em medidas quantitativas de mercadoria e fluxos, em que o espaço é a base para a materialização dos fluxos, das relações e da circulação entre lugares, que tem na diferenciação de áreas e no conceito de “situação” seu fundamento, dando destaque ao papel da base territorial no estabelecimento de tais interações. A situação resulta da ação de uma área sobre outra, isto é, a diferenciação de áreas, fruto da operação de processos, dinâmicas e agentes econômicos, faz com que os lugares inter-relacionem-se (ULLMAN, 1980).

Ullman (1980) sugere ainda que as bases das interações são as noções de complementaridade, oportunidades e distância. A mera diferença de áreas não produz interações: é preciso que haja demanda em uma e oferta na outra, isto é, é preciso que haja complementaridade entre áreas, que irão interagir de acordo com as oportunidades disponíveis em determinado espaço e tempo. A distância influencia as interações espaciais, pois diz respeito à relação entre tempo e custo, acrescida das características do ambiente, que possibilitará ou não a ocorrência das interações.

Já Corrêa (2006) discutiu o conceito a partir de sua aplicação a rede urbana brasileira, como expressão da inter-relação entre os agentes produtores do espaço, contribuindo para a superação de uma visão hierárquica sobre ela.

As interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de

deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção, caracteriza-se por diversos propósitos e se realizar através de diversos meios e velocidades.

As migrações em suas diversas formas (definitivas, sazonais, pendulares etc.), as exportações e importações entre países, a circulação de mercadorias entre fábricas e lojas, o deslocamento de consumidores aos centros de compras, a visita a parentes e amigos, a ida ao culto religioso, praia ou cinema, o fluir de informações destinadas ao consumo de massa ou entre unidades de uma mesma empresa são, entre tantos outros, exemplos correntes de interações espaciais em que, de uma forma ou de outra, estamos todos envolvidos. (CORRÊA, 2006, p. 279)

Mas não são sinônimos apenas de deslocamentos/fluxos no âmbito da rede, que reforçam a base territorial. São também determinadas por processos mais amplos, engendrados em largas escalas, integram a sociedade e o espaço, contribuindo também para a reprodução espacial (CORRÊA, 2006; CATELAN, 2013; COCCO & SILVEIRA, 2017).

Para Corrêa (2006, p. 280), integram a existência e reprodução – na medida em que “refletem as diferenças históricas de lugares face às necessidades historicamente identificadas” – e o processo de transformação social, ao favorecerem (transformando) um lugar em detrimento de outro, ampliando as diferenças existentes.

Trata-se mais do que processos que se estabelecem no espaço. Mas também dos processos que produzem e são o espaço, o que implica no tratamento conectado de interações e espaço material (CATELAN, 2013), espaço e território, ou melhor, o espaço como “realidade relacional” (SANTOS, 2008d), em que os processos, os agentes inter-relacionam-se em múltiplas escalas para garantir a reprodução do modo de produção capitalista.

As interações espaciais são dinâmicas e as mudanças no sistema produtivo, com as crescentes inovações tecnológicas, também lhes trouxeram alterações profundas, tornando-as mais complexas, logo é importante valorizar a dimensão histórica da produção espacial. “Intensificam-se e ampliam-se as interações espaciais que, adicionalmente, tornaram-se mais rápidas e mais complexas. Rompem-se as amarras de horizontes espaciais limitados e fortemente fechado [...]” (CORRÊA, 2006, p. 282).

Além disso, refletem as diferenças entre lugares e ampliam-nas, transformando

esses lugares, aumentando a divisão internacional do trabalho e tornando cidades e as redes mais interdependentes e mais conectadas a economia global, mediante interações.

Nesse sentido, as interações espaciais interescalares contemporâneas concretizam-se mais eficientemente através dos centros urbanos, que articulam sociedade e espaço, em suas múltiplas escalas, permitindo que lugares supostamente alheios à globalização conectem-se a processos engendrados em outras escalas.

As interações são pautadas no ciclo de reprodução do capital que reverberam na urbanização contemporânea, atinente à globalização e que combina dispersão e concentração (BELLET SANFELIU & SPOSITO, 2009), o que implica em que sejam reconfiguradas, de acordo com as lógicas de localizações e as necessárias articulações de fixos socialmente criados, para garantir a realização dos processos produtivos e do consumo – através da oferta e da demanda de produtos e serviços que são variáveis em volume e no tempo, em escalas mais amplas, conferindo regularidades espaço-temporais (CORRÊA, 2006).

Além disso, o notável incremento demográfico das cidades reflete sobre a divisão interurbana e intraurbana do trabalho, em razão de quanto maiores e mais populosas forem as cidades, maiores serão suas capacidades de abrigarem atividades e profissões diversas, ampliando suas interações espaciais do ponto de vista econômico (SANTOS & SILVEIRA, 2000).

A expressão desses processos em territórios diferentes, constituídos em contextos históricos desiguais, resulta na estruturação de um arranjo hierárquico da rede urbana, com estratos de distintas dimensões, de acordo com suas atividades, papéis e funções que exercem na rede, dando significação às noções de metrópoles, cidades médias, cidades locais (CATELAN, 2013).

A rede urbana tem passado por alterações que refletem e são reflexo da divisão territorial do trabalho. Entre elas: a complexificação funcional das cidades, uma progressiva articulação entre elas para além da escala regional, tornando mais denso o padrão espacial da rede urbana (CORRÊA, 2001), portanto as interações espaciais tornam-se mais diversas e difusas, como resposta das funções e dos papéis das cidades, que se estabelecem numa arranjo de lógicas, interesses e dinâmicas atinentes à reprodução capitalista, numa combinação de escalas (CATELAN, 2013).

Visando a reprodução da centralidade dos centros, as elites econômicas locais (re)criam atividades econômicas para dinamizar a região, através do remodelamento e fortalecimento das interações, combinando as interações estabelecidas outrora com os atuais processos sociais e econômicos globais a que temos feito referência.

Embora a análise das interações espaciais contribua para o entendimento da estruturação das relações hierárquicas, cria cenários em que agentes articulam-se em diferentes escalas geográficas, o que Catelan (2013) chamou de interações espaciais interescales, que alteram os papéis e as funções das cidades, reforçando a relevância dessa análise. Portanto, o autor (*op. cit.*) chama a necessidade de discutir as interações num padrão heterárquico, combinados aos arranjos hierárquicos.

Voltando a ideia de que nas cidades médias as horizontalidades e verticalidades se encontram, lembramos que o serviço de educação superior prestado numa cidade para o seu entorno corresponde as horizontalidades, sem deixar de ser uma verticalidade, ao passo que conecta a cidade e a região a processos externos atinentes a reprodução do capital global.

Sendo assim, a circulação intermunicipal de estudantes do ensino superior pode ser um indicador utilizado para captar as interações espaciais, não apenas no que diz respeito ao fluxo ou ao deslocamento desses alunos entre territórios diferentes, com condições diferentes, mas às implicações territoriais e espaciais que isso trará, reformulando os arranjos espaciais que cidade e região inserem-se, isto é, assegurando a estruturação do espaço em rede e contribuindo para a reprodução espacial. É preciso dar ênfase as diversas temporalidades criadas pelos agentes e forças econômicas, além da espacialidade.

Ademais, a escala não é algo dado, fixo ou imutável, mas são produzidas por processos e agentes, ganhando conteúdo social e espacial. Nesse sentido, ocorrem os processos de escalonamento e reescalonamento do Estado, das cidades e regiões, em suas relações com processos mais amplos, definindo e redefinindo suas escalas constantemente (BRENNER, 2013). Assim sendo, as interações espaciais também vão ganhando novas nuances de acordo com o escalonamento e reescalamento¹³, bem como as interações espaciais interferem em ambos os

¹³ Processo de rearranjo das articulações entre escalas geográficas (BRENNER, 2013).

processos.

3.3 HETERARQUIA URBANA: COMBINAÇÃO DE MÚLTIPLAS ESCALAS NA CIDADE

No atual contexto da globalização, com o incremento das técnicas e das tecnologias incorporadas ao território, há uma diversificação das articulações entre cidades que nos permite falar de interações espaciais interescalares que recaem sobre os papéis e as funções das cidades, dando novos conteúdos e sentidos à rede urbana. Estas interações espaciais não se limitam a interações territoriais, de continuidade. São, sobretudo, relações de descontinuidade espacial. Deste modo, faz-se necessário pensar, nesse novo movimento do mundo, as novas condições que as cidades assumem dentro da rede.

“Embora o capitalismo há muito diferencia-se em hierarquias escalares, o atual período de reestruturação global induzida pela crise é marcado por transformações particularmente profundas da organização escalar” (BRENNER, 2013, p. 216). Nesse novo contexto, as escalas só podem ser apreendidas de modo relacional, na sua articulação com outras escalas geográficas situadas no interior de uma configuração interescalar, pois elas não têm coerência em si mesmas, mas as escalas constituem-se mutuamente, mediante processos de estruturação multiescalar (BRENNER, 2013). Portanto, embora aqui tratamos, ao longo deste trabalho, de escala local, regional, nacional e global é impreciso, de acordo com Brenner (2013), adjectiva-las dessa forma, como se fossem constituídas em si mesmas.

Arroyo (2006) busca compreender o papel da circulação na dinâmica territorial que integra, com maior ou menor intensidade, as cidades médias ao movimento do mundo. Para a autora (2006, p. 74), a difusão dos transportes e das comunicações dá condição para a especialização dos lugares, sem que precise produzir tudo para sua reprodução, ficando estabelecida uma crescente divisão do trabalho, na medida em que a economia local deixa de ser autárquica, favorecendo uma intensificação das trocas entre os lugares.

Assim, a produção, a distribuição, a troca e o consumo passam a depender não mais de condições locais, mas da relação entre os diferentes espaços. E a

especialização dos lugares tem consequências: exige o desenvolvimento de outras atividades para além da produção – trata-se da “força criadora da circulação” (SORRE, 1952 *apud* ARROYO, 2006, p. 74); favorece a diferenciação espacial, através da polarização de algumas cidades.

Essa diferenciação entre as cidades que constituem a hierarquia urbana está no seio da sociedade capitalista, pela desigualdade espacial da oferta de bens e serviços, em razão de práticas espaciais que privilegiam determinados espaços em detrimento de outros. Portanto, o estudo da rede urbana está atrelado à hierarquia urbana, tendo na teoria das localidades centrais, do geógrafo alemão Walter Christaller, a abordagem mais conhecida sobre o tema. De acordo com o geógrafo citado (*apud* CORRÊA, 1994), as localidades centrais são dotadas de funções centrais (oferta de bens e serviços para uma *hinterlândia*) e sua centralidade refere-se ao seu grau de alcance na região de influência.

No entanto, o meio técnico-científico-informacional altera as relações do tipo hierárquicas, na medida em que, de acordo com Catelan (2013), qualquer cidade, nesse contexto, pode interagir em diversas escalas, conforme a ação, os interesses e decisões dos agentes econômicos que atuam e se relacionam desde a escala local até a global. Portanto, o estudo da rede urbana numa perspectiva hierárquica já não dá mais conta da realidade, pois não abarca a complexidade das interações espaciais, ou seja, não considera o movimento relacional e imbricado de escalas.

Essa diversidade de articulações possíveis entre cidades, tanto numa mesma rede quanto em redes urbanas diferentes, diz respeito tanto a relações de competitividade, quanto a relações de complementaridade. Ou seja, não se trata da eliminação das relações do tipo hierárquicas, mas da combinação complexa e contraditória de vetores de diferentes naturezas e intensidades, tanto no sentido hierárquico, como no sentido horizontal (SPOSITO, 2010c).

No trabalho, *Heterarquia urbana: interações espaciais interescares e cidades médias*, Catelan (2013), propõe a noção de heterarquia urbana como uma tentativa de superar a visão meramente hierárquica, a partir da análise de interações espaciais numa perspectiva interescalar. Para ele, “[...] o padrão hierárquico continua a existir, no entanto torna-se insuficiente para explicar os conteúdos advindos do aumento das interações espaciais sob a égide da globalização” (CATELAN, 2013, p. 80).

[...] podemos dizer que a heterarquia urbana representa o que é a rede de fato, quais são suas propriedades, como elas se articulam e quais seus atributos que são, dentre outros conteúdos, o espaço, as escalas geográficas, os agentes econômicos e o capital (CATELAN, 2013, p.38).

Se antes as cidades eram tomadas por sua posição/classificação na rede urbana, agora é preciso pensar como lógicas, agentes e instituições que atuam em outras esferas encontram-se também em cidades de estratos inferiores.

Portanto, a perspectiva teórico-metodológica de pensar as cidades médias como encruzilhada entre as horizontalidades e verticalidades preenche uma lacuna nos estudos urbanos contemporâneos. Para Catelan (2013), nesse grupo de cidades, o encontro do local/regional com a reprodução do capital global, através desse cruzamento entre horizontalidades e verticalidades, corresponde a heterarquia urbana.

No cenário da globalização, lógicas externas alteram profundamente a estrutura espacial, interferido na centralidade que cidades exercem na rede urbana. E dentro do novo contexto espaço-temporal, as articulações sócio-espaciais/interações espaciais não precisam se apresentar como continuidade territorial, em razão da relativização dos deslocamentos com as telecomunicações (SPOSITO, 2007). Sposito (1999) aponta que no lugar de aglomerados urbanos, que remetem a contiguidade e condensação de pessoas, infraestrutura e equipamentos, formam-se amplas tramas urbanas fragmentadas espacialmente, porém articuladas pelos sistemas de transportes e comunicações. A atual fase do capitalismo, a globalização, se dá através da relação entre as escalas global e local, tendo seu funcionamento garantido com atividades realizadas nas localidades centrais ou “nós” de uma vasta rede (SASSEN, 1996, *apud* SPOSITO, 2008).

De acordo com os conceitos debatidos por Sposito (2004) e por Lencione (2008), tratando-se de cidades médias, a concentração espacial de atividades econômicas influenciando nos processos de tomada de decisões corrobora para a centralização espacial, ou seja, essas cidades também vão comandar as decisões políticas e econômicas de parte dessas atividades que aí se concentram.

Essas cidades são intermediárias porque concentram atividades, papéis e funções na rede, isto é, exercem uma centralidade, que por sua vez colabora para que essas atividades se concentrem mais, ficando evidente que uma coisa interfere na outra. A concentração espacial e a centralidade são correspondentes.

Mas apesar da emergência das cidades médias, com seus papéis de intermediação na rede urbana, ainda há uma tendência que restringe as pesquisas às metrópoles, que, de acordo com Ribeiro (2006, p. 17), é explicada pela “[...] concentração de recursos e população que caracteriza o fenômeno urbano no país, o comando da economia ainda parcialmente detido pelas metrópoles, além do seu destaque como reais epicentros da crise social”. Além disso, Maia (2010, p. 17) chama a atenção para a “[...] concentração de programas de pós-graduação localizados nas metrópoles [...]”. Mas, como vivenciamos uma nova divisão social e territorial do trabalho, que, ao mesmo tempo em que preserva as funções metropolitanas, impõe novas funções a cidades, sobretudo, de porte médio (RIBEIRO, 2006), faz-se necessário olhar também para esses novos polos da rede urbana, que dão nova complexidade aos fluxos.

Para Maia (2010, p. 18),

[...] sentimos necessidade de compreender as cidades médias e pequenas brasileiras não como um conhecimento à parte do processo de urbanização, ou da totalidade, mas sim como particularidades e singularidades. Para tanto necessitamos dissecá-las, decompô-las e analisá-las, sem perder de vista a forma e o conteúdo. Portanto, o que se pretende é contribuir com o debate e com o conhecimento do Brasil urbano, partindo do que está na outra extremidade desse processo, ou seja, do que se configura como pequenas e médias cidades, ou do que não se configura como grandes aglomerações urbanas.

Segundo Sposito (2010, p. 57), a centralidade interurbana tem “relação direta com o número de cidades pequenas que lhes são tributárias e com a qualidade dos papéis econômicos que elas desempenham [...]”. Para Catelan (2013, p. 138), essa centralidade é reforçada, tanto mais se ampliam as interações espaciais, de acordo com a “diversificação de atividades e funções de conteúdos encontrados somente na lógica das macroescalas”.

A oferta ou não de determinados serviços por uma cidade a sua rede de influência define a sua centralidade e a sua posição na rede urbana. No caso, serviços mais especializados e que corroboram mais intensamente com a lógica de reprodução capitalista são importantes nesse sentido. É o caso do ensino superior em Caruaru.

Para verificar a ampliação de papéis e a redefinição das cidades médias na rede urbana brasileira, é preciso avaliar a natureza das mudanças que alteram os

papéis e sua posição na **divisão** do trabalho; verificar a dimensão dessas mudanças em relação as permanências, mensurando a força dos novos vetores que alteram a produção do espaço e o uso do território; verificar as relações entre a temporalidade e a espacialidade (SPOSITO, 2007). Que dinâmicas e agentes econômicos vêm alterando os ritmos e papéis dessas cidades?

No nosso caso, acreditamos que os serviços de educação superior vêm contribuindo para uma redinamização, além da expansão da malha urbana que aumenta as periferias urbanas, reestrutura espaços da cidade, com o surgimento de novas centralidades, bem como a especulação imobiliária, mas mais do que isso: reforça sua centralidade regional e complexifica suas interações espaciais interescalares.

3.4 CARUARU DA E EM GLOBALIZAÇÃO: A TENTATIVA DE CRIAR UM SISTEMA TERRITORIAL DE INOVAÇÃO, POR MEIO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA

Como já apresentado no primeiro capítulo desta tese, partimos do princípio de que Caruaru resulta de um processo anterior ao de desconcentração das metrópoles, em que a constituição do seu arranjo espacial deu-se para atender aos interesses locais, desde a sua origem. Com o tempo, Caruaru teve sua centralidade reforçada, à medida que ia articulando lugares.

As interações espaciais interescalares “sempre” estiveram presentes na produção do seu espaço, que manifestavam os interesses das elites locais e, mais tarde, foram reforçadas por programas governamentais de desenvolvimento econômico. Hoje, sua centralidade acentua os processos de concentração econômica e espacial, ao mesmo tempo em que estes reforçam sua centralidade.

Existem fatores que condicionam e são condicionados pela concentração de bens e serviços em determinados espaços. De acordo com Corrêa (2006, p. 35), na organização espacial, um conjunto de práticas é estabelecido pelos diferentes agentes, a partir da consciência da diferenciação espacial, que impactam diretamente nas formas e nas interações espaciais, a fim de “viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade ou de uma empresa, de uma cultura específica, étnica ou religiosa, por exemplo, ou a própria sociedade como um todo”.

Em vista disso, pode-se considerar que a partir do reconhecimento em

determinado espaço de uma propriedade capital para a viabilização de uso/atividade específica, este espaço ganha uma nova dinâmica, tanto no que se refere ao espaço interurbano, quanto ao espaço intraurbano.

Uma dessas práticas discutidas por Corrêa (2006) é a seletividade espacial, na qual a escolha por determinado lugar será motivada pela presença de atributos interessantes. Sobre essa prática, Arroyo (2006, p. 83) aponta que “[...] o processo de diferenciação espacial torna-se cada vez mais concentrador e hierárquico. Criam-se e recriam-se processos de seletividade espacial que reforçam a tendência histórica de desenvolvimento desigual e combinado”. Isto é, reforça-se, assim, os processos de concentração econômica e espacial. Esses processos espacialmente seletivos são constituídos pela articulação de agentes, arranjos institucionais e políticos.

É fundamental compreender tais processos e a atuação escalar do Estado como expressão, meio e produto de estratégias políticas, que promove processos de rearranjo dos vínculos entre escalas geográficas (BRENNER, 2013), ao mesmo tempo em que há, também, um reescalonamento espacial do Estado em suas relações com os processos engendrados em escalas mais amplas.

Outra prática espacial é a antecipação espacial, “definida pela localização de uma atividade em um dado local antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas” (CORRÊA, 2006, p. 39). Essa prática é marcante nos espaços que são “invadidos” pelo mercado imobiliário, induzido por uma especulação, e contribui para a valorização de lugares antes desvalorizados pelo mercado.

Outro aspecto apontado por Corrêa (2006, p. 42) é a reprodução da região produtora, que torne viável a manutenção e a reprodução das condições de produção, exigindo a ação localizada do Estado e das empresas interessadas.

Através dessas práticas, a constituição da cidade se materializa em um território hierarquizado e fragmentado, produto de usos e localizações seletivas de atividades econômicas associadas à indústria, ao comércio e aos serviços. Aqui, buscaremos, na oferta de educação superior, elementos para pensar a inserção de Caruaru no contexto da globalização por meio as interações espaciais interescales.

O período atual, denominado globalização, oferece-nos uma nova expressão geográfica. A ciência, hoje associada à técnica e marcada pela

informação, aparece como um complexo de variáveis que comanda o desenvolvimento do período atual (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p. 13).

Diante das transformações sociais, econômicas, produtivas que afetam a sociedade, a educação não fica de fora. Muito pelo contrário, ela insere-se nesse processo como uma exigência para as novas demandas criadas pelo capitalismo, nos diversos âmbitos da sociedade. Mais ainda a educação de nível superior que nos dizeres de Harvey (2012, p. 151),

O acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve importância na luta competitiva; mas, também aqui, podemos ver uma renovação de interesse e de ênfase, já que, num mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades e de sistemas de produção flexíveis (em oposição ao mundo relativamente estável do fordismo padronizado), o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva. O próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas. Universidades e institutos de pesquisa competem ferozmente por pessoal, bem como pela honra de patentear primeiro novas descobertas científicas [...]. A produção organizada de conhecimento passou por notável expansão nas últimas décadas, ao mesmo tempo que assumiu cada vez mais um cunho comercial (como o provam as incômodas transições de muitos sistemas universitários do mundo capitalista avançado de guardiães do conhecimento e da sabedoria para produtores subordinados de conhecimento a soldo do capital corporativo).

O ensino superior, nos tempos atuais, configura nova variável que ajuda a entender a produção do espaço a partir da necessária incorporação da técnica, da ciência e da informação aos processos sociais e econômicos. Nessa perspectiva, a urbanização em curso em seu movimento econômico alia-se a presença de estabelecimentos de ensino e pesquisa.

Destarte, procuramos verificar as influências do processo de modernização econômica, como momento em que a qualificação de pessoas torna-se decisiva e as demandas pelo ensino superior aumentam, na expansão do ensino superior em Caruaru, na medida em que a educação segue uma lógica de mercado e contribui com o aumento da produtividade, para atender tanto a produção quanto criar a necessidade do consumo. Parece-nos evidente esta relação no cenário de consolidação da centralidade urbana da cidade, por meio de determinadas atividades econômicas.

Os processos econômicos têm uma dimensão espacial. As atividades localizam-se, mantêm interações espaciais, criam cadeias produtivas que se revelam em circuitos espaciais da produção, de acordo com o jogo de interesses sociais. Toda atividade econômica tem uma dimensão espacial. Mais que isso: a dimensão espacial altera a natureza da atividade econômica. A centralidade de Caruaru no ensino superior altera a própria capacidade dessas atividades terem alcances maiores ou menores, tem uma via de mão dupla. Não é só a atividade econômica produzindo espaço. Mas também como essa centralidade é uma alavanca para atividades econômicas. Nas cidades médias, tem se visto que essa localização garante para a atividade o mercado necessário para o seu crescimento. Ou seja, a atividade reforça a centralidade, mas também se beneficia dessa centralidade.

A centralidade urbana é reforçada pelo ensino superior, assim como a recíproca é verdadeira: o ensino superior também é produtor de centralidade, que foi reforçada no período recente, em muitas cidades médias, seja pela expansão da educação pública, seja pela privada. Ao mesmo tempo, essa centralidade potencializa essas atividades educacionais, sobretudo na modalidade presencial, que exige deslocamento permanente do estudante.

Com a expansão do ensino superior, seja público, ofertado pelo Estado, ou particular, com a anuência desse mesmo agente, atende-se as exigências da classe política e da sociedade, as articulações, os grupos de interesses, aos interesses paroquiais dos próprios governantes – onde a lógica da maximização política também lhe garante sobrevivência. Destarte, a centralidade política de uma cidade dá visibilidade para as instituições que ali se instalam.

Entender esse processo dentro do movimento global da sociedade é importante para compreendermos a reestruturação urbana e a inserção dos estratos inferiores da rede urbana nesse contexto.

A cidade, como *locus* que favorece a reprodução do capital, constitui-se da articulação de lógicas, agentes e escalas, que recaem sobre os seus papéis e funções. Embora como já falado, os processos econômicos aconteçam de modo mais evidentes nas grandes cidades, uma vez que o avanço do capital produtivo e tecnológico global, em certa medida, alienam as lógicas do local e do regional, as cidades médias também tem atributos funcionais que extrapolam as escalas locais e regionais e colocam-nas em meio ao processo de globalização (CATELAN, 2013).

As interações espaciais que Caruaru mantém, bem como a especialização

produtiva dizem respeito à articulação dessas diferentes lógicas, agentes e escalas. Assim, embora, nem de longe, caracterize-se como uma cidade global, consideraremos Caruaru como cidade em e da globalização. Para Catelan (2013), com base em Sposito (2009),

[...] há uma imposição no processo de interação entre as lógicas de escalas diferentes por parte do capital global, o que justifica dizer que as cidades médias são espaços *da globalização*. [...] devido à profusão e à diversificação das atividades e das articulações geradas, fazem com que as cidades médias sejam colocadas, também, *em globalização* (CATELAN, 2013, p. 205).

As lógicas provenientes das interações entre agentes econômicos são de escalas mais abrangentes. Inicialmente, os agentes locais e regionais inserem-se na ordem global e mais tarde, o mercado global insere-se nesse tipo de cidades, através da chegada de grandes grupos econômicos, interagindo com os agentes locais e regionais. Mas apesar de ser um processo que se origina na lógica global, tem no território, na cidade, no lugar uma razão de ser, através dos agentes das escalas local e regional (SANTOS, 2008a; CATELAN, 2013).

“[...] não há um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização, espaços mundializados reunidos por redes”, redes estas que são globais e transportam o universal ao local, unindo pontos distintos do globo, numa mesma lógica produtiva, através da telecomunicação (SANTOS, 2008a, p. 333). Cada lugar é o encontro de uma razão global e uma local, co-existindo e convivendo dialeticamente (SANTOS, 2008a).

A expansão do serviço de educação superior numa cidade média amplia sua rede e as interações espaciais em múltiplas escalas. As lógicas do mercado e, neste caso, também do Estado, modificam a estrutura urbana, ao alterarem e reforçarem os papéis e as funções destas cidades em múltiplas escalas.

3.4.1 A sociedade urbano-industrial brasileira e a educação superior como necessidade

No cenário atual do capitalismo, a produção científica e tecnológica e

informação são chave que permite a diferentes lugares o estabelecimento de interações espaciais em escalas cada vez mais amplas. Ou seja, a ciência, a técnica e a informação passam a engendrar o processo de produção do espaço geográfico. Dessa forma, é preciso investir no sentido de incorporar ciência e tecnologia ao território, através de ações que vinculem instituições de ensino superior e de pesquisa e instituições de apoio à inovação e ao empreendedorismo com os setores produtivos locais e regionais.

[...] há uma relação biunívoca entre educação e território. A educação, atividade econômica e social de peso, tem, por isso, papel fundamental na caracterização do espaço nacional; este, por sua vez, em função das suas características regionais e locais, influi sobre a natureza da atividade educacional.

A difusão desigual – tanto quantitativa quanto qualitativamente, - das instituições de ensino tem muito a ver com esse jogo de influências entre território e fenômeno educacional (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p. 57).

Nesse contexto, existe no período recente uma grande demanda por educação, o que implica num crescimento expressivo do número de matrículas nas graduações presenciais e do número de instituições de ensino superior pelo território brasileiro, fruto também dos processos de reestruturação produtiva e de reestruturação urbana a que temos tratado neste trabalho. Há também uma expansão dos cursos de pós-graduação, visto que a maior parte do desenvolvimento científico e tecnológico ancora-se neste nível, ampliando os títulos de mestres e doutores (VIEIRA, 2017).

Para Santos & Silveira (2000), o Território brasileiro cria necessidades de qualificação/formação de pessoas nos lugares, impondo sua lógica ao desenvolvimento do ensino e mais ainda do ensino superior. Ao longo do tempo, com uma maior difusão do meio técnico-científico-informacional pelo território brasileiro, vê-se uma crescente demanda por novas áreas de conhecimento e a oferta de educação superior passa a se diversificar para atender as exigências desse movimento. Na era da informação, a circulação dá-se de modo cada vez mais veloz impondo ao território novas demandas socioespaciais, que impulsiona a expansão do ensino superior pelo país.

A educação superior tem origem no Brasil no início do século XIX, com a implantação de cursos voltados a defesa militar do território (AMORIM, 2012) e a

saberes mais universais nas principais cidades do país (SANTOS & SILVEIRA, 2000), sobretudo as áreas litorâneas e de mineração (AMORIM, 2012).

Para Amorim (2012), a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro marcou o desenvolvimento da ciência e da técnica no Brasil, na medida em que, paulatinamente, foram ocorrendo transformações econômicas e políticas no país, criando um espaço público letrado, de formação e circulação de ideias.

Ainda no final do século XIX, há uma possibilidade de crescimento da oferta por meio da autorização do funcionamento das instituições particulares, que nos anos 1930 chegam a corresponder a $\frac{1}{3}$ das instituições (SANTOS & SILVEIRA, 2000).

A urbanização brasileira, impulsionada pelo processo de industrialização, é seguida de um crescimento de demanda educacional, fazendo com que haja a instalação de 180 novas instituições de ensino e aumento de 360% das matrículas universitárias entre os anos 1960 e 1970. Naquele mesmo período, as instituições particulares já representavam $\frac{2}{3}$ das existentes no país. No Nordeste, já havia mais de 74 instituições, marcadamente pela presença do setor privado, distribuídas em todos os estados da região, liderados respectivamente por Pernambuco e Bahia, que já em 1955 concentravam 60,6% do total de cursos regional (SANTOS & SILVEIRA, 2000), estados que historicamente têm um peso econômico e político para o país.

Entre os anos 1970 e 1980, 300 novas instituições são implantadas no país, com um crescimento de quase 224% das matrículas universitárias, como reflexo das transformações das bases materiais e sociais pelas quais o Brasil passava, com a incorporação da ciência e da técnica ao seu território, e da crescente demanda por qualificações específicas em todas as regiões, com ofertas que acompanham as especializações produtivas dos lugares. Nesse período, o setor privado já respondia por mais de $\frac{3}{4}$ das instituições em funcionamento no país. (SANTOS & SILVEIRA, 2000), o que vai implicar num acesso a educação superior imposto pelo poder aquisitivo.

Desde 1975, entrou em vigor o Programa de Crédito Educativo (Creduc) substituído pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior no final do século XX, a fim de financiar os alunos desprovidos de condições financeiras nas instituições particulares, e estes quitariam a dívida ao se formarem (SANTOS & SILVEIRA, 2000).

Em 1908, Pernambuco já respondia por 9,49% das matrículas no ensino superior no país (SANTOS & SILVEIRA, 2000). Em 1985, havia 21 instituições de ensino superior (IES) no estado, distribuídas em 15 municípios, fora da Região Metropolitana do Recife (RMR), sendo nove no Agreste, oito no Sertão e quatro na Zona da Mata (WANDERLEY, 1986 *apud* SOUZA FILHO, 2009).

Em 1996, havia 920 instituições em funcionamento no país, 711 eram do setor privado. Do total de 920, 136 eram classificadas como universidades, das quais 26 estavam no Nordeste. Nesse período, Pernambuco possuía 32 instituições, o estado com o maior número do Nordeste, e era o único estado da região a contar com instituições municipais (10 das 13 públicas) (SANTOS & SILVEIRA, 2000).

No final do século XX, quase metade do total de matrículas estava concentrado nas nove regiões metropolitanas do país, naquele momento – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Recife, Salvador, Fortaleza, Belém e Porto Alegre. Recife concentrava 70% das matrículas de todo estado de Pernambuco (SANTOS & SILVEIRA, 2000).

Com a dispersão pelo país do meio técnico-científico-informacional, cresce a demanda e a oferta por saberes técnicos especializados, no ramo da saúde e relativos ao desenvolvimento da cultura, como um processo que visa atender a uma “nova cultura informacional, informática e organizacional” (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p. 48).

Mas até o final do século XX, Santos e Silveira (2000, p. 49) constataram uma “metropolização da educação”, na medida em que eram as metrópoles que forneciam uma multiplicidade de ofertas de ensino e uma diversidade maior de cursos. Os autores (*op.cit.*) também verificaram duas tendências que definiam a geografia do ensino superior naquele contexto: uma busca pela homogeneização de certos saberes coexistindo com uma busca pela especialização de outros, de acordo com os lugares.

No início do século XXI, a expansão da educação superior brasileira é marcada por alterações na sua configuração territorial, tendo seu processo de interiorização intensificado, sobretudo a partir de políticas públicas e dos programas federais, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das

Universidades Federais (Reuni), o Programa Universidade para Todos (ProUni)¹⁴, Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), Sistema de Seleção Unificada (SiSU), que têm impulsionado a ampliação do número de vagas tanto em instituições públicas, quanto privadas, estas tem recebido notáveis incentivos governamentais, sobretudo através do ProUni e do FIES, permitindo o acesso de uma população mais carente ao ensino privado.

O ProUni é destinado a egressos do ensino médio em situação de pobreza, com comprovações de renda de até um e meio salário-mínimo (para bolsas integrais) e até três salários-mínimos (para bolsas parciais de 50%) e atendeu, até 2012, 1 milhão de estudantes, que contribuiu para democratizar o acesso a instituições que tinham se beneficiado de uma política privatizadora e desregulamentadora do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (GENTILI & OLIVEIRA, 2013).

Além disso, há uma tendência crescente no Brasil da atuação de grupos empresariais vinculados ao capital financeiro na educação, em certa medida, com a anuência do Estado. Atualmente, os 10 maiores grupos atuantes na educação superior no Brasil possuem juntos mais de 40% de todas as matrículas no segmento, fazendo da educação um grande negócio como qualquer outro, controlado por grupos capazes de ditar o ritmo da economia (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2018).

O conjunto dos programas anteriormente citados integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), visando melhorar, ao longo de 15 anos a contar de 2007, os níveis da Educação no Brasil, em todas as suas etapas. Foram criados novos cursos, bem como novos *campi* e ainda novas instituições de ensino superior nas cidades brasileiras e particularmente em cidades pequenas e médias. A figura a seguir, extraída da “Análise sobre a Expansão das Universidades Federais”, revela bem esse avanço na educação brasileira (Figura 17).

¹⁴ Vale ressaltar que não são, necessariamente, todos os cursos que ofertarão vagas para o ProUni. Mas as IES têm autonomia para definir quais serão, o que não garante uma democratização no acesso a determinados cursos, mais concorridos e/ou mais caros.

Figura 17: Expansão da rede federal de educação superior/REUNI

EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/REUNI

	2003	Outubro de 2010	2011
Universidades	45	58 funcionando 1 em implantação (Unilab)	59 (14 novas)
Câmpus e unidades	148	126 novos funcionando Total: 274 funcionando	282 (134 novos)
Municípios atendidos*	114	230 municípios atendidos por câmpus em funcionamento	237

* Municípios atendidos por mais de um câmpus foram contados somente uma vez
Fonte: Sesu/MEC

Fonte: Brasil, 2012.

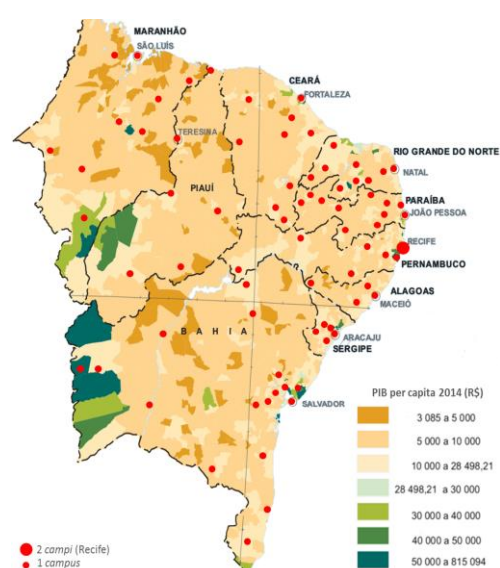
De acordo o Ministério de Educação (BRASIL, 2012), o número de cidades brasileiras com universidades federais dobrou de 2003 a 2011. Entre 2003 e 2006, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva iniciou a primeira etapa do Programa de Expansão da Educação Superior Pública, com a criação e solidificação de dez universidades e 48 campi em cidades do interior (SILVA, *et. al.*, 2012). Em 2007, com a instituição do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, a ampliação do ensino superior no Brasil foi impulsionada com uma maior destinação de verba.

O número de pessoas com ensino superior completo saltou de 5,9 para 13,5 milhões e esses ganhos foram ainda maiores nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte (ARAÚJO, 2013). Os mapas a seguir (Figura 18) mostram que houve uma desconcentração regional, dando a oportunidade a milhares de pessoas que antes não tinham, pelo padrão de localização anterior (ARAÚJO, 2013).

Figura 18: Campi das universidades federais no Brasil e no Nordeste, 2018

**2002:
43 campi**

**2010:
230 campi**



Fonte: Araújo, 2018.

Esse programa do governo federal tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência do discente, com o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país, tornando possível para milhares de pessoas a conquista de um diploma de ensino superior sem a necessidade de migrar para as grandes cidades, o que exigia uma despesa maior com deslocamento diário ou com moradia. Além disso, os cursos ofertados, muitas vezes, são condizentes com a economia dos municípios e da região e contribuem para o desenvolvimento local e regional. Ou seja, este Programa manifesta o papel das IES para o desenvolvimento socioeconômico.

Foram considerados critérios de dimensão social, de dimensão geográfica e de dimensão de desenvolvimento para a escolha dos municípios contemplados pelo

Programa. O atendimento aos municípios populosos e com baixa renda *per capita*, integrantes do G100 (Grupo das 100 cidades brasileiras com mais de 80 mil habitantes e receita *per capita* inferior a R\$ 1 mil), e municípios com percentual de extrema pobreza foi considerado como critério de dimensão social.

Entre os critérios de dimensão geográfica estão: prioridade "aos municípios com mais de 50.000 habitantes ou microrregiões não atendidas"; municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais; "interiorização da oferta pública de Educação Profissional e Ensino Superior e oferta de Educação Superior Federal por estado abaixo da média nacional". De acordo com tais critérios, podemos observar que a escolha dos municípios para a criação de novos campi de Ensino Superior recai sobre um grande número de cidades pequenas e médias.

Ademais, segundo Firmino (2014), a política de expansão e interiorização das IES federais corresponde também a uma política de incentivo e fortalecimento territorial de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, ao instalar campi em municípios integrantes de APL.

Essas políticas emergem como verticalidades normativas (TERAMATSU, 2015), favorecendo, em espacial, as regiões Norte e Nordeste (VIEIRA, 2017), alterando papéis e funções dos lugares e fazendo emergir novas centralidades. O interior de Pernambuco, excluindo-se a RMR, em 2009, tinha 44 IES, das quais a metade pertencia à iniciativa privada, sem contar com as unidades das IES Federais e Estaduais que se expandiram pelo interior, mas que na contabilização do Ministério da Educação só é levada em consideração a sede, na capital (SOUZA FILHO, 2009).

De acordo com Teramatsu (2015, p. 4055-4056), o processo de interiorização do ensino superior deve ser entendido numa abordagem diacrônica-sincrônica, "pois não se pode desprezar sua historicidade, já que os períodos nos revelam contextos sucessivos", ao mesmo tempo que é preciso estabelecer relações com os outros fatos sociais que acontecem na totalidade do país.

As mudanças nos padrões locacionais também se relacionam às mudanças anteriormente discutidas relativas à reestruturação urbana, em que cidades de estratos inferiores da rede urbana também passam a receber equipamentos e infraestruturas antes concentradas nas grandes cidades. São as demandas educacionais que surgem comandadas pela expansão do meio técnico-científico-informacional para lugares que antes eram verdadeiros "vazios educacionais"

(TERAMATSU, 2015).

Assim, em várias regiões do país, sobretudo, naquelas mais distantes dos grandes centros metropolitanos, deu-se início a uma série de processos – construções de novos campi, concursos públicos para contratação de professores e funcionários para as instituições, aumento da oferta do número de vagas para estudantes, ampliação da diversidade de cursos oferecidos, etc. – para atender à expansão e à reestruturação das Universidades Federais e dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. Esses novos campi movimentam as economias locais e regionais, atraindo novos moradores (professores, técnicos e alunos), que por sua vez criam demandas nos setores de habitação, comércio e serviços.

Nesse caso, as cidades médias, pelo papel de intermediação que exercem, acabam sendo privilegiadas, com rápida repercussão na vida cultural e provocando alterações na dinâmica econômica e no papel desempenhado enquanto centralidades regionais pautadas em serviços. Cidades médias por todo país receberam campi de universidades federais novas ou já existentes. Observa-se que a dinâmica regional das cidades estudadas até aqui pela ReCiMe – como Marília e Presidente Prudente-SP, Campina Grande-PB e Campos dos Goitacazes-RJ – foi alterada com a chegada de IES, modificando-se as relações entre estes espaços urbanos e o campo, dada a maior demanda por moradia, por serviços complementares ao ensino, por serviços de saúde e ainda pelo aumento do fluxo de estudantes e professores para estas cidades.

Ao mesmo tempo, em entrevista a Folha de São Paulo, a economista Tânia Bacelar associa a expansão/interiorização das universidades ao vertiginoso crescimento pela qual as cidades médias passaram, na medida em que ampliou o setor imobiliário e outras atividades do setor terciário (BALMANT, 2018). E as políticas sociais e econômicas que impactaram diretamente na renda da população, que por sua vez passou a consumir mais, incluindo bens e serviços mais modernos. Essa crescente demanda pelos setores mais modernos exigiu maiores investimentos em inovação. Para Araújo (2014), as indústrias passaram a se instalar em cidades médias para produzir na região, assim como o setor do comércio ampliou-se por meio de grandes redes de supermercados e de *shopping centers* para disputar os novos consumidores.

Essas IES atuam como agentes de desenvolvimento urbano e regional, na medida em que, segundo Soares et. al. (2010, p. 217).

A presença dessas instituições em cidades médias significa a inserção de uma importante variável na dinâmica socioespacial local e regional, pois criam novas possibilidades de ação, produção e realização nas cidades em que se instalam, visto que são estimuladoras do desenvolvimento regional, por meio da oferta de subsídio e aporte de dados pelas pesquisas, bem como qualificam e especializam a força de trabalho, formando profissionais aptos a atuar em funções específicas. Sendo assim, as IES geram um conhecimento técnico-científico e oferecem cultura à sociedade. Além disso, constituem fatos de atração de atividades modernas, pois tem um forte tributo educacional e tecnológico especializado.

Ao mesmo tempo, ocorreu uma expansão do número de universidades federais, da rede de escolas técnicas e de institutos federais tecnológicos, para regiões menos dinâmicas, com um nível de centralidade menor, e menos privilegiadas por grandes investimentos, abrindo oportunidades de qualificação de mão de obra e a difusão e ampliação da inovação. Ou seja, essas políticas de integração escalar também contribuem para a formação de territórios da cidadania (DANIEL, 2011).

Para Tânia Bacelar (MAZDA, 2018), a interiorização do ensino superior foi uma das coisas mais importantes que aconteceu no Brasil nos anos recentes, uma política educacional e, ao mesmo tempo, regional, que dinamizou a economia de regiões que não tinham universidades, e que trará resultados no longo prazo ainda mais importantes. A formulação da política de educação superior levou em consideração as heranças das desigualdades regionais e buscou minimizá-las, com bons resultados para as regiões mais pobres do país (ARAÚJO, 2013).

Teramatsu (2015) apresenta o estado da arte das pesquisas geográficas sobre a interiorização do ensino superior no Brasil e aponta alguns dos focos das pesquisas existentes na dimensão da produção do espaço urbano, como a reestruturação urbana, o aumento do preço da terra, especulação imobiliária, refuncionalização de equipamentos urbanos e diversificação de serviços ofertados nas cidades, desenvolvimento regional e centralidade urbana.

A expansão do ensino superior, através da abertura de novos campi e da criação de novas instituições, corrobora com as transformações socioespaciais no Brasil. De acordo com Soares, *et. al.* (2010, p. 216-217)

O ensino superior vem se tornando um importante componente no desenvolvimento de diversas atividades produtivas no Brasil. Sua dinâmica

territorial é uma importante variável para a compreensão das remodelações do território a partir da ciência, tecnologia e informação que demanda maior qualificação da sociedade em geral. Nesse contexto, observa-se a necessidade de expansão de Instituições de Ensino Superior (IES) que vem ocorrendo no país através da abertura de novas instituições e ampliação das existentes. Desde a década de 1990, é evidente a intensidade das transformações socioespaciais no território brasileiro e seus efeitos podem ser identificados por meio da expansão da IES, que vem se caracterizando pelo aumento quantitativo e pela difusão de cursos de nível superior, tanto no que diz respeito aos cursos de graduação como de pós-graduação, *lato e stricto sensu*.

De acordo com Bellet Sanfeliu (2011), “Más que una institución alojada en la ciudad, la universidad hoy una parte constituyente de su estructura, forma y funcionamiento”. A presença de instituições de ensino superior em cidades médias amplia as possibilidades do processo produtivo especialmente para a economia local – sem deixar de contribuir para o desenvolvimento regional, pois há, com sua presença, a dinamização econômica local já que alunos e professores alteram as relações de consumo na cidade ao dinamizarem o comércio, o setor imobiliário e possibilitam assim a geração de emprego devido à alteração do consumo citadino (SOARES, 2010).

Para Bellet Sanfeliu (2011) as universidades são “motores económicos, tecnológicos y empresariales, son también un elemento de creación de ciudad, puesto que dinamizan el tejido social local”. Além do mais, as IES também podem ter um caráter político relevante, na medida em que são espaços de debates de ideias e elaboração de pensamentos críticos, contribuindo para a formação de uma sociedade pensante.

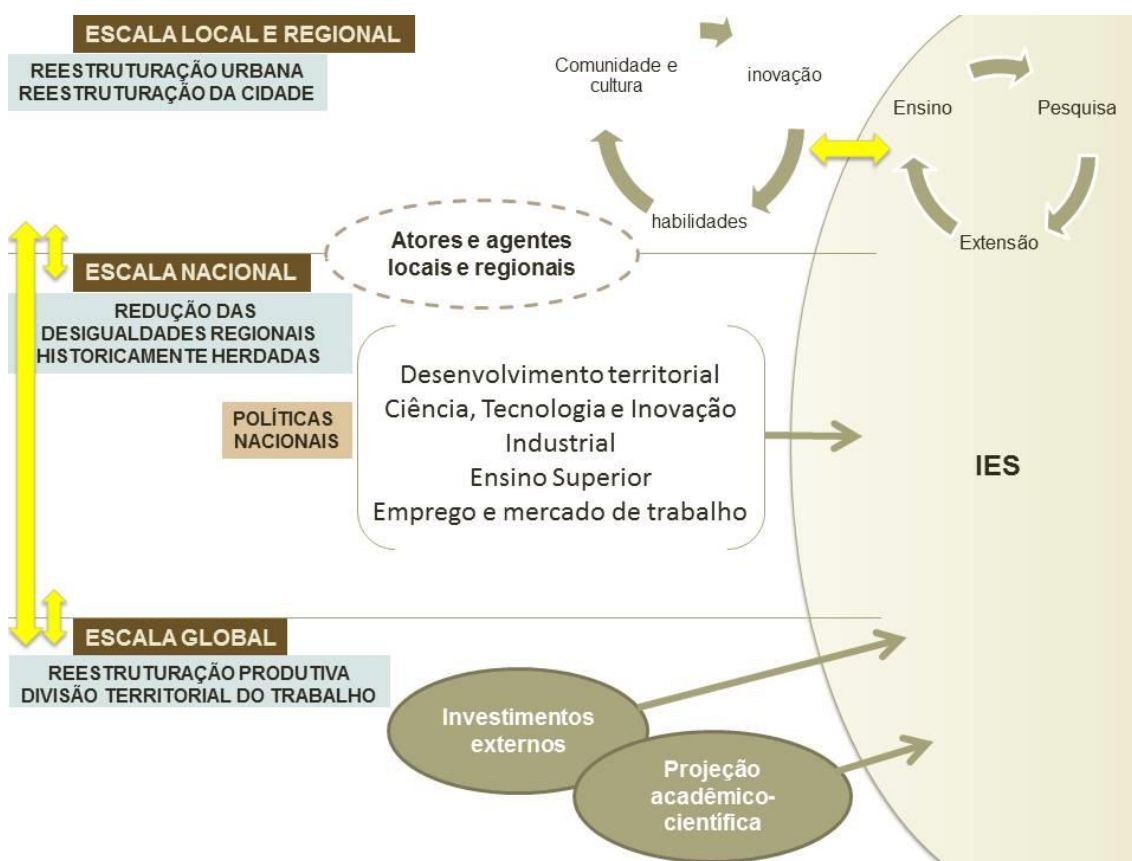
Vieira (2017) traz uma reflexão acerca das implicações para o desenvolvimento regional do país dessas transformações. O autor aponta a emergência de um novo padrão hegemônico de acumulação e reprodução, ancorado na incorporação da ciência e da técnica, em setores estratégicos da economia, em que as IES contribuem para a minimização das desigualdades econômicas regionais.

Nesse contexto político-econômico contemporâneo transformado, as atribuições designadas às IES no processo de desenvolvimento foram revalorizadas, fazendo com que elas passassem a ser devidamente consideradas como atores cruciais dos sistemas de inovação. Suas atividades intrínsecas de pesquisas básicas e aplicadas, de disseminação de conhecimento científico e tecnológico e de formação e qualificação de

recursos humanos incidem de forma decisiva na evolução e na trajetória do progresso técnico e, por consequência, no desempenho das empresas e, em termos mais amplos, da economia em seu conjunto (VIEIRA, 2017, p. 278-279).

O período técnico-científico-informacional requer um novo papel das IES. Estas, agora, têm a capacidade de articular atores, agentes e escalas geográficas, mediando interesses e mobilizando recursos, para desenvolver estratégias com repercussões positivas para o desenvolvimento social e econômico e com mudanças na produção do espaço urbano (Figura 19).

Figura 19: IES multiescalar com engajamento regional



Adaptado de ARBO & BENNEWORTH, 2007

Neste sentido, as IES não são elementos apenas de uma política educacional, mas também de uma política regional, através da incorporação de conhecimento ao território por meio de interações espaciais interescalares. Nas escalas local e regional, as atividades do tripé que fundamentam a universidade, ensino, pesquisa e extensão, relacionam-se às dimensões social e econômica. Em

tese, há impactos na produção, expansão e consumo da/na cidade, com mudanças nos papéis e funções urbanas. Os processos de reestruturação da cidade e de reestruturação urbana, portanto, podem estar imbricados à expansão do ensino superior e à instalação de uma IES.

A instituição desempenha um papel significativo como fonte externa de aprendizado em Sistema Produtivo e Inovativo Local, as interações permanentes e estáveis entre a Universidade e os atores do arranjo produtivo em favor da atividade econômica do APL, tornam-se relevantes para ampliar os conhecimentos das empresas, que aprimoram suas habilidades no processo de produção com aquisição de conhecimentos promovidos por fontes externas. (FIRMINO, 2014, p, 43)

Através dos atores e agentes locais e regionais, as IES conectam a escala local a escala nacional. E é através de políticas nacionais de corte setorial – de desenvolvimento territorial, de ciência, tecnologia e inovação, industrial, de educação e de geração de emprego – que as IES irão organizar e operacionalizar suas atividades, contribuindo para o desenvolvimento regional nas áreas receptoras desses investimentos e, conseqüentemente, reduzindo as desigualdades regionais historicamente criadas.

Os benefícios territoriais trazidos por meio das IES serão categóricos para o estabelecimento de relações em escalas mais amplas, de acordo com a capacidade de atrair investimentos externos que vão projetar ainda mais a IES para outras escalas. Desse modo, fica clara a capacidade que as IES têm de mediar interesses conflitantes ou não e de articular atores, agentes e escalas geográficas.

Sendo assim, como foi apontado em Campina Grande por Araújo (2012), acreditamos que a educação superior é uma variável fundamental para discutir a centralidade regional de Caruaru, redefinindo o seu espaço intraurbano e o seu papel para a sua rede regional de influência e até ampliando os limites desta, pois, ainda segundo o mesmo autor, a educação superior impulsiona a centralidade da cidade em sua região, ao permitir a convergência de um contingente populacional, alterando sua dinâmica urbana.

O papel do ensino superior na promoção de desenvolvimento social e econômico é indiscutível. No entanto, como temos visto, sua oferta é marcada por contradições, uma vez em que é definida segundo duas lógicas: a do Estado e a do Mercado, que podem se combinar entre si. Essa suposta desconcentração da

educação superior dá-se contraditoriamente de modo seletivo, ao escolher lugares que desempenham alguma centralidade regional, reforçando, de certo modo, desigualdades técnicas territoriais.

A acessibilidade imposta pelo poder aquisitivo e pela lógica de mercado podem ser amenizados com ações e políticas públicas que visem o deslocamento, o pagamento da mensalidade, a manutenção e permanência do estudante matriculado na rede privada, em que o número de vagas ofertadas é significativamente maior.

3.4.2 Caruaru do ponto de vista das instituições de ensino superior

Optamos por dar ênfase ao serviço de ensino superior na cidade, por acreditarmos que sua oferta é fundamental à compreensão da rede urbana, sobretudo no contexto atual em que técnica, ciência e informação são elementos fundamentais para o desenvolvimento social e econômico de um lugar e de uma região. Embora, não queremos com isso dizer que Caruaru insere-se na rede urbana a partir da oferta do serviço de educação superior. Mas, como já apresentado, sua centralidade é definida por um conjunto de variáveis.

De acordo com Santos e Silveira (2000), há um imperativo territorial na produção da educação, que possibilita pensar a educação, enquanto atividade econômica e social de peso, indispensável na caracterização do espaço, que, por sua vez, de acordo com suas características, influi sobre a natureza da atividade educacional, refletindo na difusão desigual das instituições. Ou seja, as características socioeconômicas de um lugar ajudam a explicar essa diferenciação territorial da demanda e oferta de ensino superior.

A educação de nível superior chegou a Caruaru através da instalação do Centro Universitário Tabosa de Almeida ASCES – UNITA (antes apenas Associação Caruaruense de Ensino Superior). Este foi pioneiro, no final dos anos 1950, no processo de interiorização da oferta de ensino superior no Norte-Nordeste, visando atender uma demanda econômica da própria sociedade local. Em 1959, deu início as suas atividades com a Faculdade de Direito de Caruaru (Fadica). Durante 43 anos, a instituição só funcionava com dois cursos: Odontologia e Direito, que formaram muitos profissionais da região.

Esta instituição foi instalada num terreno mais afastado do centro da cidade

pertencente ao seu fundador formado em Direito e, na época, Deputado Federal Adalberto Tabosa Almeida (Figura 20), que foi doando terras para a instalação de outros equipamentos, contribuindo para a urbanização da área, que, hoje, corresponde a uma área de intensa ocupação e valorização do mercado imobiliário.

Figura 20: ASCES na década de 1960



Fonte: Acervo da ASCES/UNITA. Autor: Pissica, 196?.

Logo em seguida, em 1960, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru também foi fundada na cidade, pela Diocese de Caruaru, oferecendo alguns cursos voltados, principalmente, à formação de professores. Inicialmente, começou a funcionar no Colégio Diocesano, passando pelo Palácio Episcopal, e chegando em 1973 a sua sede atual (Figura 21), no bairro de Petrópolis.

Figura 21: FAFICA na década de 1970



Fonte: Acervo da FAFICA

É provável que naquele momento, o governo federal não tivesse um planejamento para ampliação e interiorização do ensino superior, mas aproveitou os interesses dos grupos que solicitavam autorização para funcionar e facilitou o andamento do processo (FERREIRA, 2002). Para Ferreira (2002), o governo transferiu, de forma premeditada, naquele momento, a responsabilidade do ensino superior para a iniciativa privada, atendendo às pressões da sociedade e de grupos econômicos.

Durante muitos anos, apenas essas duas instituições atendiam a demanda da região, portanto, tinham um peso relevante para o desenvolvimento social e econômico regional. Para além disso, era necessário deslocar-se para a capital pernambucana em busca de instituições públicas e de um leque maior de cursos.

A terceira IES, também privada, só foi instalada em Caruaru em 2001. Depois disso, mais cinco instituições presenciais foram instaladas, sendo duas privadas e três públicas. O período recente é marcado por uma nova temporalidade que demonstra como a política federal de escala nacional reforça a centralidade na escala local-regional. Por isso a discussão escalar é tão relevante, uma vez que essa expansão do serviço educacional não é um produto da própria cidade.

É importante pensar o novo contexto em que a universidade desempenha um papel importante no processo produtivo e na inovação da produção, contribuindo para o desenvolvimento de “Sistema Produtivo e Inovativo Local”, por meio da qualificação profissional e da produção de conhecimento e de tecnologia, de acordo com as necessidades que emergem das atividades do arranjo produtivo (FIRMINO, 2014).

Atualmente, em Caruaru, funcionam sete IES na modalidade presencial – das quais estudamos seis, que oferecem centenas possibilidades de cursos superiores (nos graus bacharelado, licenciatura e tecnólogo). Há também na cidade uma expansão da oferta de cursos técnicos e profissionalizantes.

A Universidade de Pernambuco (UPE) já havia disposto, há cerca de cinco décadas, de três campi fora da região metropolitana. Em 2006, foi a vez de Caruaru receber uma unidade. No âmbito federal, no mesmo ano, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) também foi inaugurada na cidade; e em 2010, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). Estas duas últimas instituições contaram com recursos financeiros do Reuni, embora o Campus Acadêmico do Agreste da UFPE tenha sido instalado antes da implantação do programa, em parceria com os governos estadual e municipal.

Neste cenário, a ASCES-UNITA ampliou e diversificou a sua oferta de cursos. O surgimento de novos cursos bem como suas escolhas, atendem as demandas atuais e futuras de desenvolvimento da economia caruaruense. E recentemente conseguiu conquistar o título de centro universitário, conferindo-lhe mais autonomia. Isso significa que seu corpo docente tem um número considerável de mestres e doutores, com amplo envolvimento com a comunidade, através da produção de pesquisa científica e de extensão, e oferece cursos nas diversas áreas do conhecimento.

A FAFICA também ampliou seu leque de cursos para ter condição de manter-se competitiva no mercado, passando a ofertar, recentemente, cursos ligados à gestão e a tecnologia, e duas engenharias. Também mantém outras estratégias para não perder a clientela, como visitação e realiza o de vestibular em outras cidades e o preço mais acessível. De acordo com a dire o da institui o, seu forte   a tradi o, por ter um vínculo histórico com o desenvolvimento da sociedade caruaruense.

A Unifavip/Wyden existe desde 2001, inicialmente apenas como Faculdade do

Vale do Ipojuca (FAVIP) pertencente a um grupo local. Em 2012, foi comprada por um grupo internacional DeVry e, em 2014, ganhou o título de Centro Universitário, o primeiro do interior do Nordeste. Em 2018, passou a incorporar o grupo Wyden, que faz parte do grupo Adtalem Global Education e, no Brasil, comanda 12 instituições.

Situa-se ao lado do Shopping Caruaru (Figura 22) e possui significativa infraestrutura, onde oferta 39 cursos de graduação presenciais (UNIFAVIP/WYDEN, 2018) e detém praticamente metade das matrículas no ensino superior na cidade, de acordo com as pesquisas de campo, o que revelam o seu peso no cenário regional.

Figura 22: Unifavip/Wyden



Fonte: Unifavip/Wyden. Disponível em: <https://www.wyden.com.br/unifavip>.

A Universidade de Pernambuco, mantida pelo Governo do Estado, instalou uma unidade na cidade, vinculada ao campus de Garanhuns, para atender a demanda de uma IES pública no local. Funciona dentro do Polo Comercial de Caruaru, por falta de sede própria (Figura 23). Segundo o coordenador do curso de

Sistema da Informação, em entrevista em março de 2017, todo o processo para construção da sede da IES na cidade já está legalizada, aguardando apenas o repasse da verba.

Figura 23: Instalações da UPE dentro do Polo Caruaru



Autoria: Mariana Valença, abril de 2018.

A instituição começou a funcionar apenas com o curso de Sistema da Informação. Somente dois anos depois, o curso de Administração começou a funcionar. A Associação Comercial e Empresarial de Caruaru – ACIC entrevistou no processo de pesquisa para a escolha dos cursos e percebeu que há uma carência muito grande na região em tecnologia da informação.

Em 2005, a UFPE criou o Centro Acadêmico do Agreste – CAA, implantado em Caruaru em 2006, o primeiro campus da instituição no interior do estado, a fim de melhorar o nível educacional da população e desenvolver pesquisas que elevem a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico da região (UFPE, 2005). Para a escolha da cidade de Caruaru foi considerada:

[...] sua relevância no contexto atual da região do Agreste, que possui como principais características: cadeias e arranjos produtivos predominantes nas áreas da confecção e da agroindústria, e principal centro de serviços e negócios e de distribuição de mercadorias.

O CAA vem suprir a necessidade de ensino gratuito e de qualidade na região, visto que há cursos superiores já instalados, em sua maioria oferecidos por instituições privadas. [...] o CAA contribui positivamente no atendimento às demandas da região, interiorizando o conhecimento científico, preparando a população para o desenvolvimento adequado das atividades produtivas por ela assumidas e incentivando iniciativas que venham garantir melhores condições de vida. (CAA, 2007)

Inicialmente, a UFPE também começou suas atividades nas instalações do Polo Caruaru e, desde 2010, conta com sede própria, no bairro Nova Caruaru, numa área com 10 hectares, doada pelos empresários Djalma Cintra Júnior e Alfredo Cunha Neto (Figura 24). Apenas o curso de Medicina continua funcionando no local anterior (Figura 25).

Figura 24: Centro Acadêmico do Agreste – CAA/UFPE



Fonte: Blogspot ADMNEWS-UFPE/CAA. Disponível em: <http://admnews-ufpe.blogspot.com/p/caa-ufpe.html>.

Figura 25: Instalações do Curso de Medicina – CAA/UFPE no Polo Caruaru



Autoria: Mariana Rabêlo Valença, março de 2018.

O IFPE Caruaru é resultante do processo de interiorização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e conta com sede própria no Alto do Moura (Figura 26), construída num terreno de 10 hectare doado pela Prefeitura Municipal.

Figura 26: Campus Caruaru do IFPE



Fonte: IFPE. Disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/campus/caruaru/o-campus/imagens>.

De acordo com o MEC (site), as ações dos institutos federais são alinhadas as necessidades dos APL, para formar mão de obra qualificada para atender as demandas dos empreendimentos. Foram realizadas pesquisas de mercado e audiências públicas para a escolha dos cursos a serem implantados, que atendessem a vocação local e regional. O curso técnico de Edificações refletiu o aquecimento do mercado imobiliário local, assim como o de Segurança do Trabalho também foi importante para atender ao parque industrial local e regional, além de voltar-se para a questão de segurança nas lavanderias de jeans, bastante inspecionadas pelo Ministério do Trabalho. A instituição, que está no pacote das políticas federais de expansão e interiorização da educação federal, conta apenas com um curso de nível superior, que é o de Engenharia Mecânica, também para atender ao parque industrial.

Em 2014, a Faculdade Maurício de Nassau (FMN) começou a funcionar na cidade¹⁵, através da ampliação da UNINASSAU – Centro Universitário Maurício de

¹⁵ Das IES presenciais, a FMN foi a única que não permitiu que realizássemos nossas pesquisas dentro de suas instalações, com seus estudantes e funcionários, tendo sido concedida apenas uma breve entrevista com um coordenador de um curso. Como instituição privada, segue uma lógica mercantil capitalista. Entendemos que o mercado é opaco e a ausência de informação faz parte do funcionamento, permitindo que cada IES use os números que quer para o *marketing* individual ou na disputa interinstitucional.

Nassau que já se faz presente em várias cidades, sobretudo, do Nordeste, inicialmente com cinco cursos, escolhidos através de pesquisa de mercado. A cidade foi escolhida por sua localização central na região, bem como por se apresentar como um polo de educação superior. Esta instituição, por ter sido a mais recente, acabou se beneficiando mais do que as anteriores, por já ter encontrado um ambiente favorável relativamente consolidado e fortalecido pela expansão do consumo e pela dinamização da economia regional.

Com sede própria, instalada onde funcionava um antigo hotel da cidade, situa-se no cruzamento das BR-232 e 104 (Figura 27), facilitando o acesso para os estudantes que vem de fora. É mantida, desde 2008, pelo Grupo Ser Educacional, grupo que controla IES no Norte, Nordeste e Sudeste do país, com um total de 152 mil matrículas.

Figura 27: Faculdade Maurício de Nassau



Autoria: Mariana Rabêlo Valença, março de 2017.

A seguir, elaboramos um quadro-síntese das IES presenciais, com os respectivos cursos ofertados, para buscarmos entender a relação intrínseca que existe o ensino superior e a questão econômica local e regional (Quadro 2).

Quadro 2: IES de Caruaru e cursos ofertados

IES	Graduação	Pós-graduação
ASCES UNITA (Desde 1959)	Administração Pública, Biomedicina, Ciência Política, Comunicação Social – Jornalismo, Direito, Educação Física Bacharelado, Educação Física Licenciatura, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Engenharia de Produção, Engenharia Química, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Odontologia, Relações Internacionais, Saúde Coletiva, Serviço Social.	• <i>Lato Sensu</i> em: Ciências Criminais, Citologia Clínica, Didática do Ensino Superior, Direito Público, Endodontia, Implantodontia, Microbiologia laboratorial, Ortodontia, Políticas Públicas e Gestão em Serviço Social.
Unifavip (Desde 2001)	Administração, Análise e desenvolvimento de sistemas, Arquitetura e urbanismo, Biomedicina, Ciências contábeis, Ciências da Computação, Comunicação Social - Jornalismo e Publicidade e Propaganda, Dança, Design de Interiores, Design de Moda, Design Gráfico, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia ambiental e sanitária, Engenharia civil, Engenharia da Computação, Engenharia de produção, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Estética e Cosmética, Farmácia, Fisioterapia, Gastronomia, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, Gestão de Tecnologia da Informação, Jogos Digitais, Logística, Marketing, Medicina Veterinária, Nutrição, Psicologia, Redes de Computadores, Segurança da Informação, Sistema de Informação.	• <i>Lato Sensu</i> em: Administração e Contabilidade Pública, Auditoria e Controladoria, Coaching, Comunicação Empresarial e Mídias, Cozinha Internacional, Design de Interiores com Ênfase em Inovação, Direito Civil e Processo Civil, Enfermagem em Urgências e Emergências, Gestão Tributária e Contábil, Ginecologia e Obstetrícia, Neuropsicologia, Nutrição Clínica, Nutrição Esportiva, Prescrição de Fitoterápicos, Psicologia Clínica, Psicologia Hospitalar, Psicologia Organizacional, Saúde Pública. • MBA em : Gerenciamento de Projetos, Gestão em Finanças, Gestão de Logística, Gestão de Marketing, Gestão de Pessoas e Relações Trabalhistas, Gestão Empresarial.
UFPE (Desde 2006)	Administração, Ciências Econômica Comunicação Social, Design, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Física – Licenciatura,	• <i>Stricto Sensu</i> em: Economia, Educação Contemporânea, Engenharia Civil e Ambiental, Engenharia de Produção, Educação em Ciências e

	Matemática – Licenciatura, Medicina, Pedagogia – Licenciatura, Química – Licenciatura.	Matemática. Mestrado Profissional em Ensino de Física. • Residência Médica.
IFPE (Desde 2010)	Engenharia Mecânica	
UPE (Desde 2006)	Administração, Sistema de Informação.	Gestão Estratégica com Pessoas.
Fafica (Desde 1960)	Administração, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Bacharelado em Teologia, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Filosofia, Gestão Comercial, História, Letras – Espanhol, Letras – Inglês, Pedagogia, Rede de Computadores.	• <i>Lato Sensu</i> em : Docência do Ensino Técnico e Superior, Educação de Jovens e Adultos, Ensino de Língua Portuguesa e sua Literaturas, Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica, História da Filosofia Moderna e Contemporânea, História do Brasil, Psicopedagogia, Psicopedagogia Clínica, Sociologia. Auditoria e perícia Contábil, Contabilidade e Planejamento Tributário. Engenharia de Software com Foco em Aplicativos Móveis, Segurança da Informação em Redes de Computadores. • MBA em: Gestão Ambiental, Gestão de Qualidade, Gestão Empresarial, Gestão Financeira e Orçamentária, Gestão Pública e Controladoria, Logística Empresarial, Marketing e Vendas, Psicologia Organizacional e Gestão de Recursos Humanos, Segurança Pública.

Faculdade Maurício de Nassau (Desde 2014)	Administração, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Biomedicina, Ciências Contábeis, Construção de Edifícios, Design de Interiores, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Farmácia, Fisioterapia, Gastronomia, Gestão de Recursos Humanos, Marketing, Nutrição, Odontologia, Pedagogia, Psicologia, Redes de Computadores, Segurança no Trabalho, Serviço Social, Sistemas de Informação, Sistemas para Internet	• <i>Lato Sensu</i> em: Direito Civil e Processo Civil, Direito Material e Processual do Trabalho, Docência do Ensino Superior, Educação Especial, Enfermagem Obstétrica, Engenharia de Segurança do Trabalho, Fisioterapia Dermatofuncional, Fisioterapia em Unidade de Terapia Intensiva, Gestão da Educação, Marketing e Publicidade, Micobiologia, Práticas Gastronômicas, Psicopedagogia Escolar. • MBA em: Em Auditoria e Controladoria, em Gestão de Qualidade e Gestão Ambiental, MBA em Gestão de Qualidade e Segurança dos Alimentos, em Gestão de Pessoas, em Gestão Empresarial, em Gestão Hospitalar e Sistemas de Saúde, em Gestão Tributária, em Logística Empresarial.
---	---	---

Fonte: Sites das IES

Nota-se a presença de cursos voltados para reforçar a especialidade produtiva têxtil da região – cursos que antes só eram encontrados na capital como Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção, Design, Moda –, assim como muitos cursos voltados para a realização da vida cotidiana, para a ampliação da oferta de serviços a população da cidade e da região.

A natureza, quantidade e qualidade dos cursos ofertados, simultaneamente, respondem a divisão social do trabalho e aprofundam-na, ao passo que a escolha de um curso é “uma opção social, econômica, política, cultural e territorialmente

condicionada”, resultante da demanda por um dado saber e de uma reivindicação social (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p. 60).

Os atributos sociais e econômicos dos lugares colaboram na definição de suas ofertas educativas, isto é, o território impõe sua lógica aos agentes do ensino superior. Posto isso, nem todos os cursos estão presentes em todos os lugares, contribuindo assim para uma diferenciação espacial através de sua oferta educativa (SANTOS & SILVEIRA, 2000).

A maior parte das vagas é oriunda do setor privado. Mas devemos considerar a importância do ProUni (Tabela 2) e do FIES como políticas que, em certa medida, impulsionam as instituições privadas no país.

Tabela 5: Bolsas ofertadas pelo ProUni em Caruaru

Ano/Regime	Integral	Parcial	Total
2005	201	0	201
2008	263	31	294
2010	321	60	381
2013	350	402	752
2017	390	2976	3366

Fonte: Portal ProUni – MEC.

Nesse contexto, fica evidente que, mesmo no caso das IES privadas, o Estado, através das políticas públicas voltadas ao ensino superior, destaca-se como principal agente. São novas formas com novos conteúdos e uma nova dinâmica conferida as velhas formas.

3.4.3 Estruturas de suporte ao empreendedorismo e a inovação em Caruaru

Durante os governos do Partido dos Trabalhadores, buscou-se superar a ausência de tradição do sistema brasileiro de Ciência, Tecnologia e Inovação, partindo da premissa de que não se alcança desenvolvimento econômico e bem estar social sem investir nesses setores, que são fundamentais para a posição do país no mercado internacional (REZENDE, 2013).

Para Fernandes (2006), é importante fortalecer um sistema territorial de produção de conhecimento e inovação, voltando para o desenvolvimento regional, a partir de agentes econômicos locais, visto que estes são mais comprometidos com o lugar do que os que atuam em escalas mais amplas. Sem isso, a estrutura socioeconômica local fica mais susceptível aos interesses externos.

Sendo sistemas territoriais de inovação primordiais para o desenvolvimento social e a autonomia dos indivíduos, construir infraestruturas de conhecimento se destacam como parte relevante de uma política urbano-regional que qualifique as competências dos indivíduos e as distribua no território (FERNANDES, 2016).

Caruaru apresenta duas estruturas que chamamos de inovativas, que são uma resposta à necessidade abordada por Rezende (2013) e por Fernandes (2016): o Centro Tecnológico da Moda (CT Moda) e o Armazém da Criatividade, ligados ao Instituto Tecnológico de Pernambuco e ao Porto Digital, respectivamente. Ambas beneficiam, principalmente, empreendedores do setor de confecções. As estruturas foram instaladas em Caruaru, por sua centralidade regional e pela presença de IES, mas atendem o APL como um todo, e trabalham de modo integrado às instituições de ensino, ciência e tecnologia e aos setores econômicos.

Além disso, a própria Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Economia Criativa, a SEDEC, e toda a estrutura montada do Sistema S também buscam fomentar essas iniciativas de empreendedorismo criativo. E, de acordo com Caruaru (2017), o município é rico em Economia criativa, com design, moda, desenvolvimento de software e jogos eletrônicos, através dos cursos na área tecnológica e da inovação ofertados pelas IES.

No contexto da globalização, as políticas regionais devem fortalecer as regiões, sobretudo as que ficaram, por muito tempo, relegadas ao atraso, para que cada região seja a solução dos seus próprios problemas. Essas instituições são ferramentas desse tipo de política que promovem a diminuição das desigualdades regionais, ampliando a capacidade tecnológica local e regional e, portanto, dinamizando a economia.

No Estado, existem outras estruturas dessas: CT Cultural Digital, em Olinda; CT Laticínios, em Garanhuns; CT Pajeú, em Serra Talhada; CT Araripe, em Araripina; e outra unidade do Armazém da Criatividade, deve ser instalada em breve

em Petrolina. O que essas localidades têm em comum é que comandam uma região com uma especialidade produtiva. Portanto, esses equipamentos buscam reforçar essa especialidade, através do empreendedorismo e da inovação.

O CT Moda foi implantado em 2003, a fim de atender às necessidades do APL de Confeções do Agreste, através de atividades de suporte à inovação e ao empreendedorismo, por meio do serviço de consultoria, da qualificação profissional e da incubação de empresas.

O Armazém da Criatividade (Figura 28) foi instalado em 2015, com o mesmo objetivo, e funciona dentro do Polo Caruaru pela ligação que este representa entre o mercado e a academia (visto que a UPE também funciona nas instalações do Polo e a UFPE fica muito próxima). A estrutura funciona com base na tríade governo-academia-mercado.

Figura 28: Armazém da Criatividade, 2018



Fonte: Acervo do Armazém da Criatividade, 2018

Em entrevista concedida pelo gerente de operações do Armazém, Adalberto Rodrigues Neto, este enfatizou a importância da presença de um arcabouço institucional maduro e da presença das IES para a implantação do equipamento na cidade. Além disso, a centralidade regional de Caruaru e sua economia entre as dez maiores do estado também foram fundamentais.

Como extensão do Porto Digital, também é gerido pelo Núcleo de Gestão do Porto Digital, entidade privada, sem fins lucrativos, em parceria firmada com a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, SECTI. E como organização social, OS, está habilitada a receber dinheiro público para aplicar em suas atividades. Suas instalações possuem tecnologia de ponta, buscando reduzir a dependência de Recife.

As atividades são realizadas em convênio com algumas IES e com instituições do Sistema S. A maior parte do público alvo dessas estruturas são jovens egressos de cursos técnicos e superiores e empreendedores, que buscam renovar o seu negócio, através de incubadora de negócios, suporte a crédito, dando condições para criar ou fortalecer as bases para empreender, contribuindo, assim, para dinamizar a matriz econômica de Caruaru e da região.

No nosso entendimento, estas estruturas fortalecem as horizontalidades (antes esmagadas pelas verticalidades), no sentido de reforçar a solidariedade no território regional, na medida em que viabilizam um aporte inovativo e tecnológico para espaços que se viam distantes geográfica e economicamente. Portanto, assim como as IES, são elementos fundamentais para o desenvolvimento regional e contribuem para a ampliação de uma massa crítica e, portanto, para a conquista de novos mercados, em novas escalas, ainda que tornem o espaço mais competitivo, capaz de receber empresas com estratégias globais.

CAPÍTULO 4

PRODUÇÃO, EXPANSÃO E CONSUMO NA/DA CIDADE-REGIÃO: CARUARU DA RESPONSABILIDADE TERRITORIAL

“Em nosso país, o acesso aos bens e serviços essenciais, públicos e até mesmo privados é tão diferencial e contrastante, que uma grande maioria dos brasileiros, no campo e na cidade, acaba por ser privada desses bens e serviços. Às vezes, tais bens e serviços simplesmente não existem na área, às vezes não podem ser alcançados por questão de tempo ou de dinheiro” (SANTOS, 2007, p. 139).

“É impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial. Vimos, já, que o valor do indivíduo depende do lugar em que está e que, desse modo, a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe” (SANTOS, 2007, p. 144).

Como já dito anteriormente, as interações espaciais articulam lugares através do deslocamento/fluxo material e imaterial, neste caso, pensamos o ensino superior em Caruaru como elemento que liga outros espaços a esta cidade, por meio do deslocamento de alunos, professores e funcionários de outros municípios para estudar. E é por meio desses deslocamentos que pessoas de áreas antes desprovidas de determinados bens e serviços passam a se conectar ao mundo.

Portanto, há um fortalecimento das horizontalidades dentro da região, de acordo com estas relações espaciais e com uma maior possibilidade de dinamização das economias locais e regional, por meio da ciência, tecnologia e inovação, que o ensino superior dispõe.

Sendo assim, iremos analisar os deslocamentos dos estudantes que vão para Caruaru, bem como sua origem e outros aspectos que nos ajudarão a entender a expansão, produção e consumo da cidade/região, a partir do ensino superior.

Nos anos de 2016 e 2017, realizamos pesquisa de campo em que foi possível fazer o levantamento das cidades de origem de todos os estudantes matriculados em cinco das seis IES pesquisadas. Isso permitiu verificar a centralidade exercida por cada uma das instituições e refletir sobre algumas questões.

O trabalho de campo nesta etapa do trabalho foi determinante, uma vez que os dados oficiais disponibilizados pelo IBGE e pelo MEC nem sempre condizem com a realidade, já que não existem dados específicos do CAA-UFPE, por exemplo, mas dados atribuídos à sede da UFPE em Recife que incluem as informações de todos os campi.

Embora as pesquisas em cada instituição tenham sido realizadas em períodos diferentes, nos dá uma dimensão de como a maior parte dos estudantes vem de outros municípios, revelando desigualdades espaciais, pois esses deslocamentos dão-se, em geral, de locais com baixa densidade de atividades para Caruaru, com alta concentração de oferta de ensino superior na região.

Ao todo, das faculdades ASCES/UNITA, FAFICA, Unifavip/Wyden, UFPE e UPE¹⁶, contabilizamos 19.473 alunos matriculados no ensino superior. É muito provável que essa cifra se aproximaria dos 21.000 alunos acrescentando-se os alunos da Faculdade Maurício de Nassau e do IFPE. É interessante notar que 11.743 são oriundos de outros municípios de Pernambuco, além dos 220 que vêm

¹⁶ A FMN, como já dito outrora, não nos forneceu esse tipo de informação; e o IFPE forneceu dados de todo campi, incluindo os alunos dos cursos técnicos de nível médio, que não é do nosso interesse.

de outros estados, ou seja, os estudantes de fora representam mais da metade dos estudantes. Portanto, é inegável o papel das IES na centralidade caruaruense, embora, veremos que existem singularidades entre elas.

Foram aplicados, ainda, 444 questionários¹⁷ nas IES presenciais de Caruaru, exceto a FMN que não autorizou a realização da nossa pesquisa, dos quais 285 foram aplicados com pessoas do gênero feminino e 159 do masculino. Os cursos escolhidos para aplicação foram pensados, junto à gestão de cada IES, buscando abranger diferentes áreas do conhecimento. Buscamos estudantes do 4º período em diante, por pensarmos que estes podem estar mais consolidados no curso.

Na Unifavip, foram aplicados 161 questionários com estudantes, sendo 38 de Direito, 20 de Farmácia, 52 de Arquitetura e Urbanismo, 19 de Engenharia Civil, 20 de Nutrição e 12 de Enfermagem. Na FAFICA, foram 46 questionários, 15 em Letras, 15 em Administração e 16 em Análise e Desenvolvimento de Sistema. Na ASCES, 35 de Direito, 30 de Odontologia e 8 de Licenciatura em Educação Física, totalizando 73. No IFPE, foi aplicado no seu único curso de graduação, Engenharia Mecânica, com 14 estudantes. Na UFPE, foram 42 alunos de Pedagogia, 43 de Administração e 24 de Medicina, somando 109. Na UPE, foram 34 de Administração e 7 de Sistema da Informação.

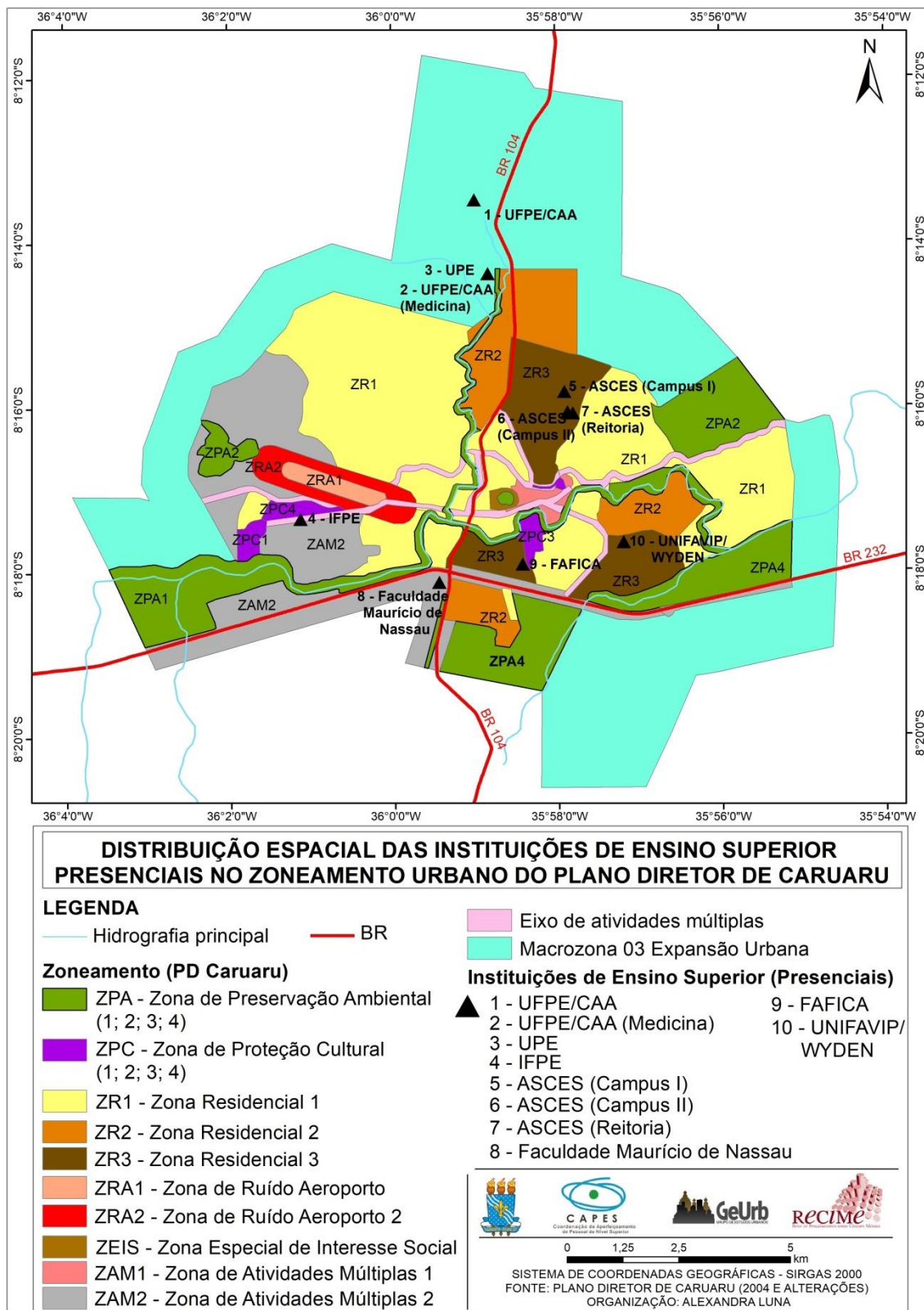
4.1 O ESPAÇO INTERNO DE CARUARU

São notórias as transformações espaciais oriundas da expansão do ensino superior. A doação de grandes extensões de terra para a construção das IES, seja pelo poder público para atender a uma demanda social, seja pelos proprietários particulares visando uma valorização da área, contribui para a expansão da malha urbana.

Além disso, a localização das IES na cidade também é um fator relevante no que diz respeito aos processos urbanos. Todas as IES públicas funcionam na periferia da cidade, o que contribui para uma maior circulação de pessoas nessas áreas (Figura 29).

¹⁷ É importante, ressaltarmos que aplicamos questionário com uma pequena parcela do universo de estudantes do ensino superior de Caruaru. Mas ainda assim esses dados são emblemáticos para fazermos nossas análises.

Figura 29: Distribuição Espacial das Instituições de Ensino Superior Presenciais no Zoneamento Urbano do Plano Diretor de Caruaru



Fonte: Caruaru (2004, 2006a, 2006b e 2010) Organização: Alexandra Luna, 2018.

ASCES, FAFICA e Unifavip, de acordo com o Plano Diretor-PD de 2004 (CARUARU, 2004), situam-se na Zona Residencial 3, que corresponde a parte dos bairros do Maurício de Nassau (Figura 30), Petrópolis, Universitário (Figura 31) e Indianópolis e seu uso é predominantemente habitacional unifamiliar e multifamiliar. Na ocasião da elaboração do PD, já se apontava uma tendência à intensa ocupação e à verticalização, em razão da presença de alguns equipamentos urbanos. O bairro de Indianópolis não era um bairro muito valorizado, mas a instalação do shopping, no final do século passado, gerou grandes transformações no seu entorno.

Figura 30: Verticalização do bairro Maurício de Nassau



Autoria: Mariana Rabêlo Valença, novembro de 2017.

Figura 31: Expansão do mercado imobiliário do bairro Universitário



Autoria: Mariana Rabêlo Valença, março de 2017.

A área onde se localiza a Unifavip/Wyden, no bairro de Indianópolis, tem passado por profundas transformações, em virtude da instalação do Caruaru Shopping, em 1999, da própria IES, em 2001, e, mais recentemente em 2015, do WA Hotel Caruaru. É considerável o crescimento das construções no entorno desses empreendimentos e a valorização imobiliária da área (Figura 32), inclusive ao lado do shopping, tem um grande empreendimento imobiliário.

Figura 32: Entorno da Unifavip, bairro Indianópolis



Autoria: Mariana Rabêlo Valença, agosto de 2016.

A UPE, no Polo Caruaru, e a UFPE estão dentro da área correspondente à ampliação da Macrozona 03 de Expansão Urbana, pela Lei Complementar 008/2006. São áreas que estão no limite do perímetro urbano e que têm recebido grandes equipamentos urbanos, como o Polo Caruaru, o Alphaville Caruaru, o Hospital Mestre Vitalino, o Makro e a Universidade Federal de Pernambuco, fazendo com que haja uma intensificação da ocupação dessa área.

Já a Maurício de Nassau e o IFPE estão na Zona de Atividades Múltiplas 2, que tem uso majoritariamente industrial e de comércio atacadista e serviços, compreendendo os distritos industriais e a área de expansão em seu entorno, ao norte do Aeroporto e ao sul da BR 232.

A implantação e a localização das IES mais recentes reforçam a estrutura urbana pré-existente, ao mesmo tempo em que, contribuem para organização interurbana/reforço de centralidade, ao instalarem-se em áreas de expansão urbana e nas proximidades dos principais eixos viários que ligam Caruaru a sua região.

Segundo Calado (2015),

Ambos os campi – da UFPE e do IFPE - estão instalados na periferia da cidade. Todavia, se situam em áreas bastante distantes uma da outra: o campus da UFPE instalou-se em uma rodovia interestadual, a 3 km de outra Universidade Pública, a Universidade de Pernambuco, Campus Miguel Arraes. A rodovia liga Caruaru a uma outra importante Cidade Média da região Nordeste, Campina Grande, na Paraíba. Por sua vez, o campus do IFPE encontra-se em uma estrada intraurbana, que dá acesso a um dos bairros mais pobres e periféricos de Caruaru, o Alto do Moura. O campus do IFPE está situado na estrada para o Alto do Moura, um dos bairros mais populares da cidade, conhecido internacionalmente pela sua produção de artesanato, situado a cerca de 5km do centro da cidade.

As IES públicas, por estarem mais afastadas da área central da cidade, precisam de mais atenção do transporte coletivo que atende a cidade. Segundo informações cedidas pela DESTRA - Autarquia Municipal de Defesa Social, Trânsito e Transportes, em julho de 2016, a UFPE é atendida por uma linha exclusiva de ônibus, que conta com três veículos com 20 minutos de intervalo entre um e outro. Por dia nessa linha, são registrados 3857 embarques (contando o número de vezes que a catraca foi girada, ou seja, podendo-se considerar ida e volta), dos quais 1506 com bilhete estudantil.

A linha que atende a UPE é a que atende ao Polo Caruaru, contando com três veículos com intervalos de 15 minutos entre um e outro, com um registro de 2538 embarques por dia, dos quais 423 estudantis.

O Alto de Moura e o IFPE são atendidos com uma linha de cinco veículos, com 2694 embarques/dia, sendo 514 com bilhete estudantil.

A Unifavip/Wyden que está interligada ao Caruaru Shopping e a UPE e a UFPE (Medicina) que funcionam dentro do Polo Caruaru contribuem para a atração de consumidores para os centros de compras e serviços, favorecendo a reprodução do capital, criando áreas no interior do espaço urbano com expressões de centralidade. Esses processos simultâneos de centralização e descentralização marcam a complexificação da urbanização (CORRÊA, 1979).

Nota-se também a valorização de áreas pelo mercado imobiliário, evidenciada

por sua estrutura, nos bairros Universitário, em que se encontra a ASCES/UNITA, e Indianópolis, em que se localiza a Unifavip/Wyden. De acordo com os dados obtidos pelos questionários, dos 146 que passaram a morar em Caruaru, a maior parte foi para os bairros Universitário (30), Maurício de Nassau (29), Indianópolis (23), Centro (11), Divinópolis (8). Os demais são distribuídos por muitos outros bairros de Caruaru.

A demanda por moradia nessas áreas, para atender aos estudantes e professores que passam a estabelecer moradia na cidade, certamente interfere nesse processo. Há também uma reestruturação do espaço da cidade com a chegada de estudantes do ensino superior. Há uma valorização de determinadas áreas, em função da demanda habitacional e por outros serviços essenciais e por comércio. Há a materialização no espaço urbano das diferenças de renda, como reflexo da atuação do mercado imobiliário, culminando no processo de segregação (CORRÊA, 1979).

Aqui não pretendemos discutir as questões referentes à renda da terra, até porque não pesquisamos o preço da terra na cidade de Caruaru, mas diante de algumas questões observadas (lançamento de prédios, loteamentos), acreditamos a localização dessas instituições também contribuem/podem contribuir para a valorização da terra urbana e um beneficiamento do mercado imobiliário.

De acordo com Oliveira (2016), o espaço urbano de Caruaru vai se conformando como uma mancha urbana descontínua, de bordas indefinidas e vazios urbanos com a ocupação de áreas afastadas das já consolidadas, penalizando, sobretudo, as camadas mais pobres da sociedade com a locação de empreendimentos habitacionais populares cada vez mais distantes, cuja viabilidade econômica configura-se também pela distância das áreas centrais, dificultando a mobilidade e o acesso a bens e serviços. As Leis complementares que ampliaram o perímetro urbano já previam determinados equipamentos urbanos, inclusive a instalação da UFPE.

A produção do espaço, seguindo a lógica de produção capitalista, promove a segregação e a fragmentação, que calha na cultura do automóvel para percorrer grandes distâncias entre os usos na cidade, e reforça a dependência de eixos viários federais e estaduais para o deslocamento intraurbano, bem como a influência do crescimento em suas direções (OLIVEIRA, 2016).

Portanto, aos poucos, há uma mudança na dinâmica intraurbana, exigindo

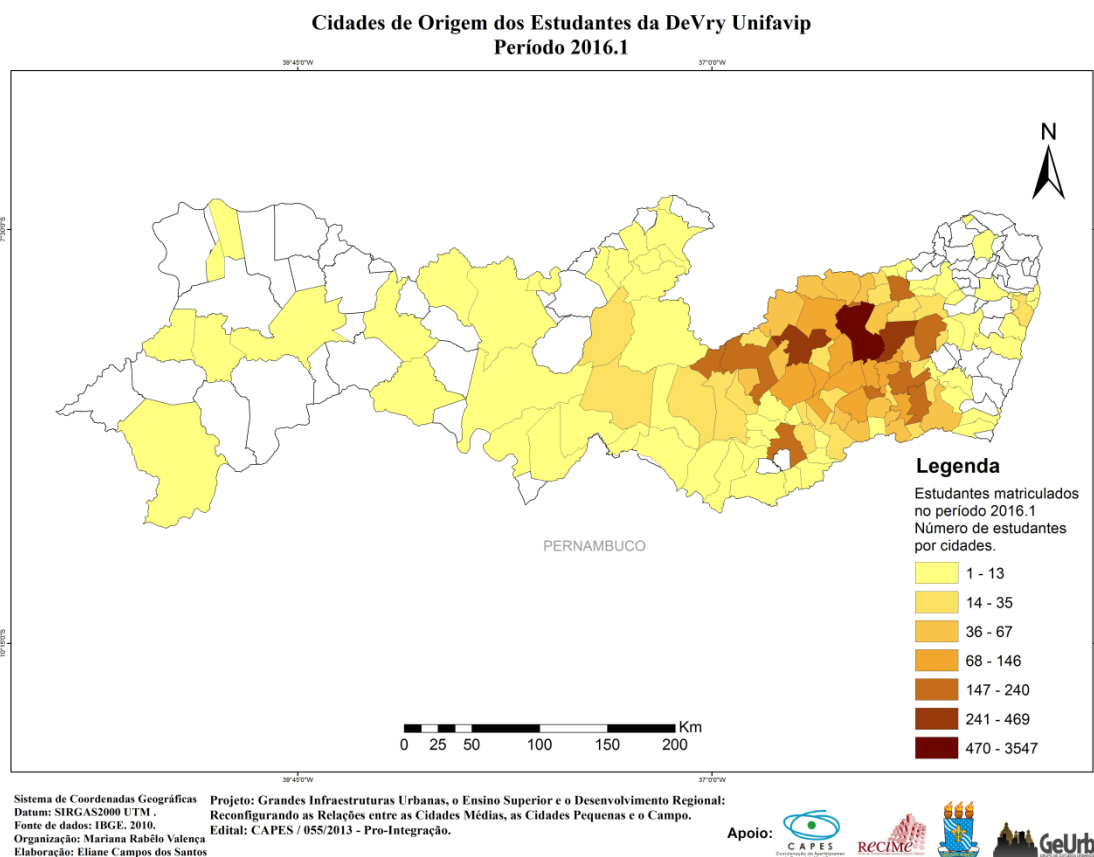
investimentos em serviços coletivos e em equipamentos urbanos, pouco presentes nessas áreas. Além disso, no atual contexto social em que há uma maior demanda por qualificação profissional, a educação superior incorpora-se às diversas atividades produtivas.

4.2 O ESPAÇO REGIONAL

Nesta seção, utilizaremos os dados de origem destes estudantes como indicadores para analisar as interações espaciais que Caruaru estabelece. O deslocamento de pessoas para estudar é resultado de um conjunto de processos engendrados em escalas mais amplas e integra sociedade e espaço. Essas interações espaciais repercutem em outras questões, através das mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas, mudanças nos padrões de consumo que podem vir a acontecer, que asseguram a reprodução espacial.

No primeiro semestre de 2016, na Unifavip/Wyden tinha 9.150 alunos matriculados, o que correspondia, no período em que fizemos o levantamento, a quase metade dos estudantes de ensino superior na cidade. Os 9.150 estavam distribuídos em 122 municípios de Pernambuco e 38 de outros estados. Menos de 39% dos estudantes eram de Caruaru (Figura 33). Portanto, para os estudantes que vem de fora, faz-se necessário o deslocamento: alguns mais próximos, com a possibilidade de fazer o deslocamento diariamente; outros de mais distantes, necessitando fixar residência ou se hospedar de alguma forma em Caruaru.

33: Origem dos estudantes da DeVry Unifavip¹⁸ – 2016.1

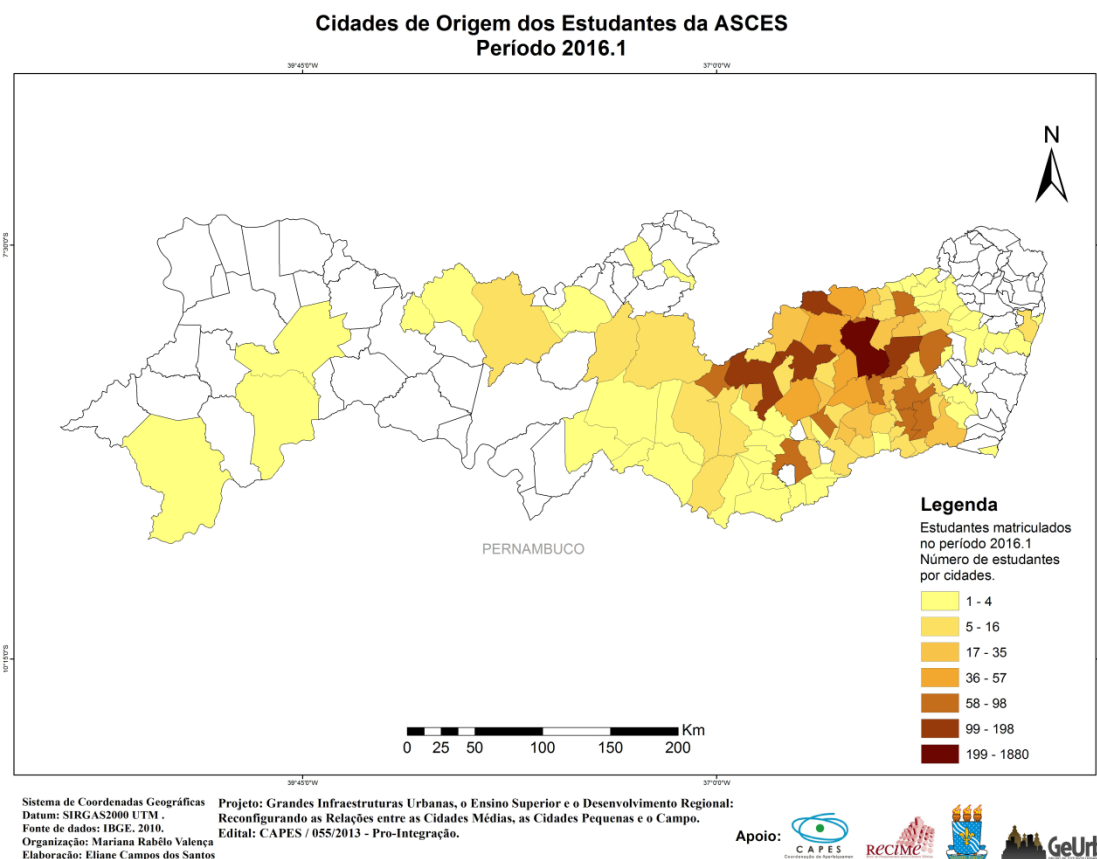


Fonte: DeVry Unifavip. Organização: Eliane Campos, 2017.

Na ASCES/UNITA, em 2016.1, eram 4.187 matrículas, das quais 2.309 estudantes vinham de outro município, distribuídos em 107 municípios de Pernambuco e nove de outros estados (Figura 34). Os alunos que eram de Caruaru representavam 45% do total de matrículas.

¹⁸ No período que o mapa foi elaborado, a instituição ainda pertencia ao grupo norte-americano DeVry.

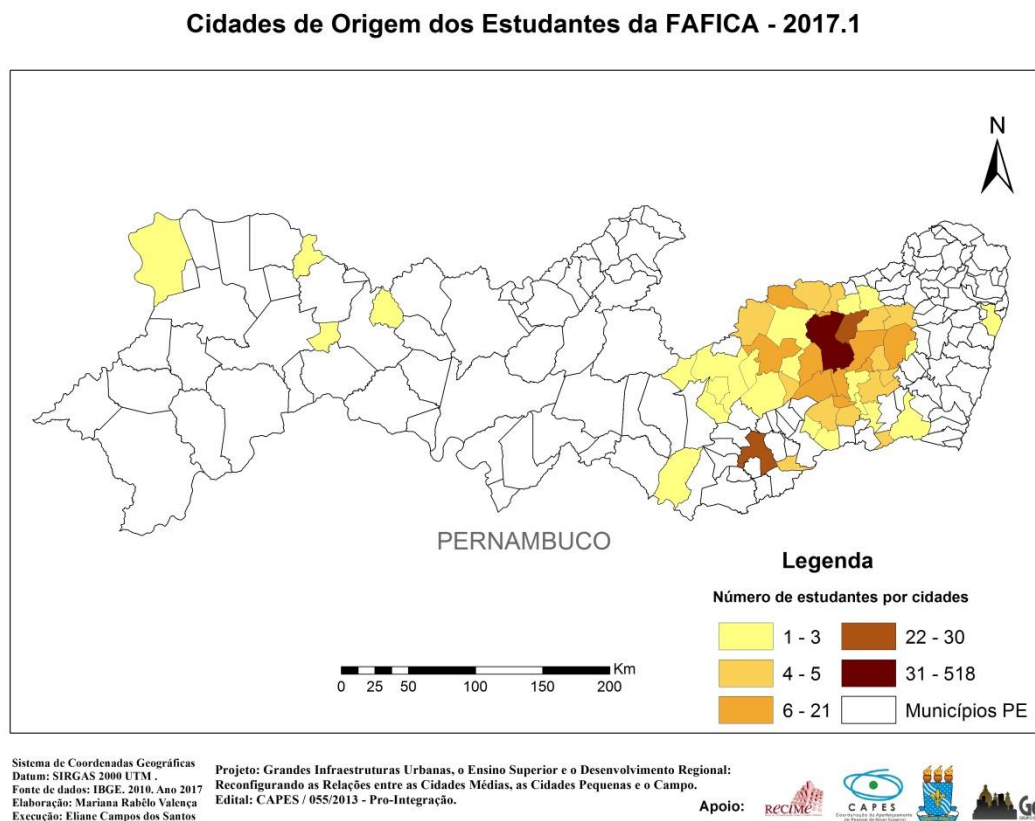
Figura 34: Origem dos estudantes do Centro Universitário Tabosa de Almeida ASCES-UNITA – 2016.1



Fonte: ASCES UNITA. Organização: Eliane Campos, 2017.

A FAFICA é a única instituição em que a maioria dos estudantes é de Caruaru. Dos 875 matriculados no primeiro semestre de 2017, 518 são de Caruaru, enquanto que 356 são de outros 50 municípios de Pernambuco e nenhum aluno vem de outro estado (Figura 35). Apesar das mudanças que aconteceram ao longo dos anos, esta foi a instituição que menos emergiu nas grandes transformações socioeconômicas que têm se apropriado da educação, mantendo-se mais tradicional.

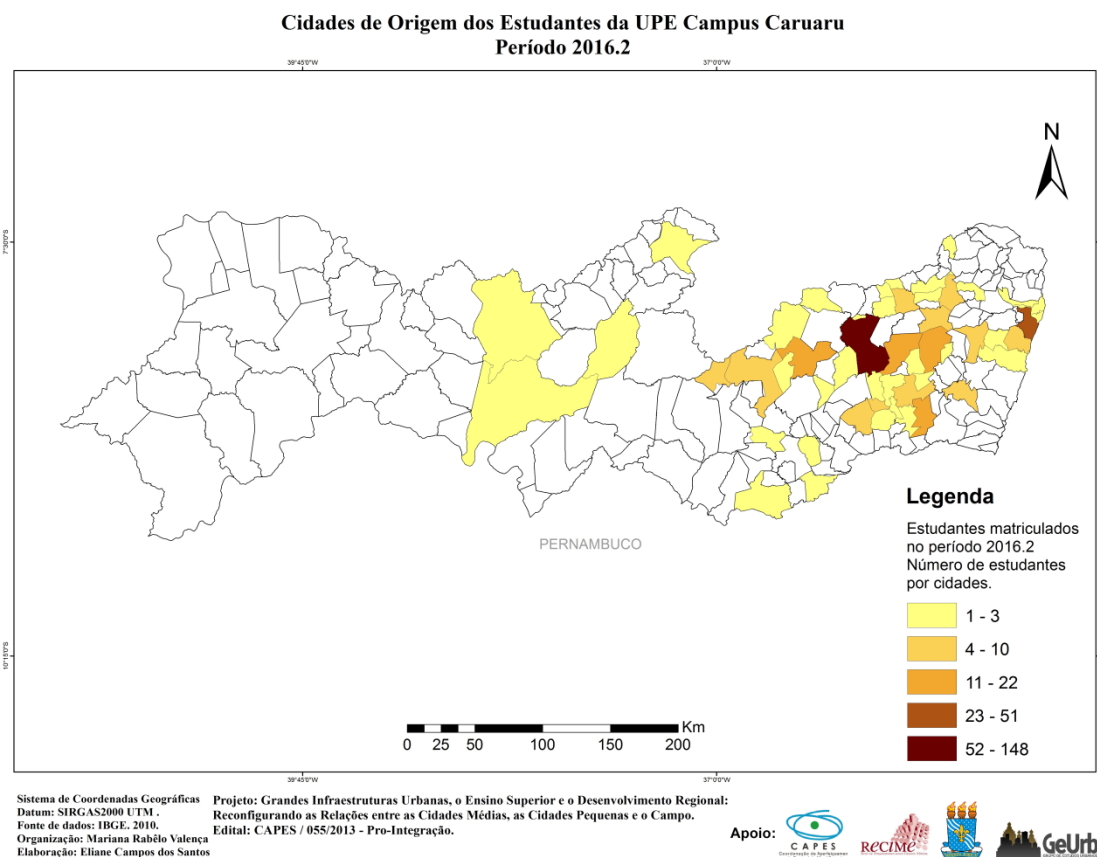
Figura 35: Cidades de Origem dos Estudantes da FAFICA – 2017.1



Fonte: FAFICA. Organização: Eliane Campos, 2017.

Da mesma forma, a UPE tem uma centralidade que se limita ao estado de Pernambuco. Em 2016.2, 383 alunos estavam distribuídos em 52 municípios do estado e 149 eram de Caruaru. Uma informação importante é que 62 pessoas eram de Recife e de sua Região Metropolitana (Figura 36). Possivelmente por ser uma instituição pública de renome no estado, fez pessoas da RMR se deslocarem para estudar, apesar da oferta do serviço concentrar-se na capital pernambucana.

Figura 36: Cidades de Origem dos Estudantes da UPE – 2016.2

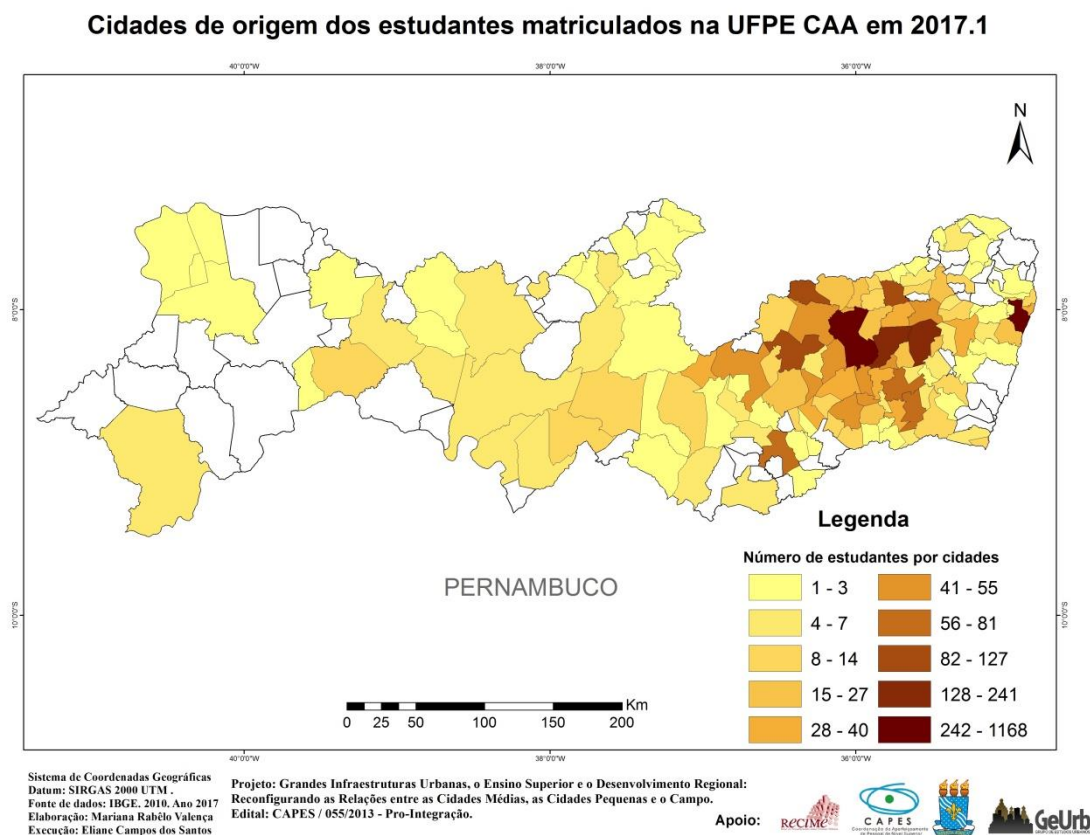


Fonte: UPE - Caruaru. Organização: Eliane Campos, 2017.

Ademais, a maioria dos seus professores é de outras cidades, principalmente Recife, João Pessoa e Campina Grande. Dos 15 professores efetivos do curso de Sistema da Informação, apenas dois moram em Caruaru, embora não sejam de lá.

No caso da UFPE, em 2017.1, nota-se uma centralidade maior, por 127 municípios de Pernambuco. Eram 4.876 matrículas, das quais 1.168 eram de Caruaru, número bem semelhante ao de Recife, 1.044 matrículas (Figura 37), enquanto que 173 alunos vinham de outros estados. Isso revela o peso da instituição pública federal.

Figura 37: Cidades de origem dos estudantes da UFPE CAA – 2017.1



Fonte: UFPE – CAA. Organização: Eliane Campos, 2017.

Os estudantes vêm de várias cidades do estado e até mesmo de outros estados. Mas no geral, na maioria dos cursos, há um predomínio de pessoas que são de Caruaru. Agora, no caso do curso de medicina, existe uma situação peculiar, muito provavelmente explicada pela grande concorrência do curso de um modo geral por todo o Brasil. Embora tenha alunos de 40 municípios do estado, quase metade dos alunos é de Recife (Quadro 3).

Quadro 3: Municípios de Pernambuco de origem dos estudantes do curso de Medicina do CAA/UFPE – 2016.1

Municípios de Pernambuco	Quantidade de alunos
Águas Belas	1
Alagoinha	1
Altinho	2
Araripina	1
Arcoverde	1
Belo Jardim	1
Bezerros	3
Cachoeirinha	1
Camutanga	1
Carpina	2
Caruaru	28
Chã de Alegria	1
Cumaru	1
Custódia	1
Garanhus	7
Glória	1
Gravatá	4
Itaíba	1
Jaboatão	2
João Alfredo	2
Jurema	1
Lajedo	1
Limoeiro	2
Mirandiba	1
Nazaré da Mata	1
Palmares	1
Paulista	1
Pesqueira	2
Petrolina	1
Quixaba	1
Recife	91
Santa Cruz do Capibaribe	8
Serra	1
Serrita	2
Surubim	4
Timbaúba	4
Toritama	3
Triunfo	1
Tupanatinga	1
Vitória de Santo Antão	5

Fonte: Dados repassados pela escolaridade da UFPE-CAA

Além dos 40 municípios de Pernambuco, ainda são enumerados 25 de outros estados, dos quais seis são capitais de seus respectivos estados (Quadro 4).

Quadro 4: Municípios de outros estados de origem dos estudantes do curso de Medicina do CAA/UFPE – 2016.1

Municípios de outros estados	Quantidade de alunos
Aracaju – SE	1
Aracati – CE	1
Barreiras – BA	1
Campina Grande – PB	2
Cascavel – PR	1
Catolé do Rocha – PB	1
Conselheiro Pena – MG	1
Crato – CE	1
Fortaleza – CE	1
Fronteiras – PI	1
Ibiassuê – BA	1
Ipatinga – MG	2
Jardim do Seridó – RN	1
João Pessoa – PB	5
Osasco – SP	1
Paulo Afonso – BA	2
Ribeirão Pires – SP	1
Rio de Janeiro – RJ	1
Salvador – BA	2
Santana dos Garrotes – PB	1
São Paulo – SP	2
Suzano – SP	1
Tombos – MG	1
Uberlândia – MG	1
Uiraúna – PB	1

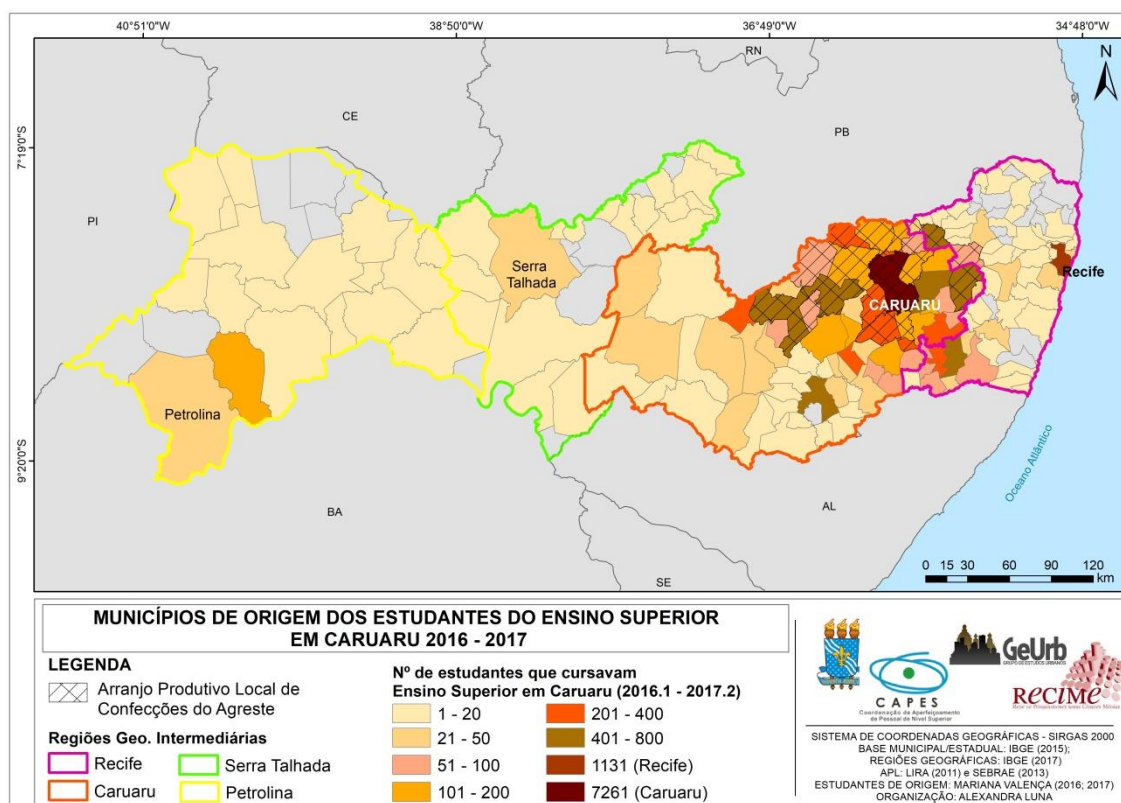
Fonte: Dados repassados pela escolaridade da UFPE-CAA

A instituição possuía, no período da coleta de dados, 291 docentes efetivos, 50 substitutos e 127 técnicos administrativos. De acordo com informações da gestão de pessoas, sempre há o pedido de redistribuição de funcionários que são de outras cidades e estados para instituições federais mais próximas de sua cidade de origem.

Os números da pesquisa revelam, e isso fica nítido nos mapas, que a centralidade de Caruaru no que diz respeito ao serviço de educação superior vai além da sua região imediata. Os municípios que mais enviam estudantes para cursar o ensino superior em Caruaru estão dentro da sua região intermediária, mas

no total foram identificados 154 municípios do estado de Pernambuco (Figura 38), além dos municípios de outros estados.

Figura 38: Municípios de Origem dos Estudantes do Ensino Superior de Caruaru 2016-2017¹⁹



Fonte: IBGE, 2017; SEBRAE, 2013; LIRA, 2011; Trabalho de campo.

Organização: Alexandra Luna, 2018.

Além disso, os municípios do APL de Confeccões, considerando o APL 20, estão entre os com maior número de estudantes do ensino superior de Caruaru, como Belo Jardim (763), Toritama (366), Santa Cruz do Capibaribe (395), Pesqueira (408), conforme o quadro a seguir (Quadro 5). Ou seja, o enriquecimento desses municípios pela confecção contribui para uma ampliação do consumo, inclusive de serviços mais complexos, como é o caso do ensino superior. Há uma demanda por maior qualificação profissional. O crescimento regional explica os novos padrões de

¹⁹ Os dados para elaboração do mapa foram levantados em períodos de matrículas diferentes, que foram de 2016.1 a 2017.2. Mas apesar desse problema metodológico, optamos pela elaboração do mapa, por nos dar uma breve noção da influência de Caruaru, no que diz respeito à oferta do ensino superior.

consumo.

Quadro 5: Número de estudantes dos municípios do APL de Confeções*

Municípios do APL	Número de estudantes do Ensino Superior em Caruaru
Agrestina	152
Altinho	211
Brejo da Madre de Deus	197
Cupira	301
Frei Miguelinho	52
Jataúba	83
Gravatá	545
Passira	92
Pesqueira	408
Riacho das Almas	126
Sanharó	79
Santa Cruz do Capibaribe	395
São Caitano	305
Surubim	427
Taquaritinga do Norte	141
Toritama	366
Vertentes	113
Belo Jardim	763
Santa Maria do Cambucá	42

*Exceto Caruaru

Organização: Mariana Valença, 2018.

O deslocamento de pessoas de outros municípios para estudar em Caruaru revela as diferenças que existem entre os lugares. De um lado Caruaru, concentrando fixos que estabelecem relações com seu entorno; de outro, diferentes lugares com uma baixa densidade técnico-científica que precisam recorrer a outros espaços para viabilizar sua reprodução socioespacial. Assim,

[...] para o acesso a outros tipos de bens e consumo, é necessário que os consumidores se desloquem para centros maiores e, nesse caso, a proximidade faz ainda valer a configuração de um espaço de relações

marcado pela contiguidade. Esses deslocamentos podem ter razões muito objetivas, que implicam na necessidade imperiosa de presença física do consumidor para que o consumo possa se realizar [...] (SPOSITO, 2001, p. 629).

Como a educação, na modalidade presencial, exige a presença do consumidor, há esse deslocamento pendular, dos estudantes que estão nos municípios mais próximos.

Segundo Moura, Delgado e Costa (2013, p. 673),

A magnitude do número de pessoas em deslocamento evidencia a importância da mobilidade para o acesso ao mercado de trabalho e aos serviços e funções de educação que se distribuem de forma dispersa/complementar entre municípios de uma mesma unidade regional – casos em que reforça e faz surgir centralidades e subcentralidades.

No processo de urbanização contemporânea, os deslocamentos pendulares de acordo com Reolon e Miyazaki (2017), partem do pressuposto que desempenham importante papel na compreensão das relações entre cidade e região, caracterizando novas aglomerações urbanas, no trabalho deles, polarizadas por cidades médias, diferente dos processos que aconteceram nas metrópoles. Há mudanças de contexto em relação às práticas espaciais.

No entanto, apesar desses notáveis deslocamentos pendulares em busca de ensino superior, sem contar com os deslocamentos em busca de educação básica, cursos técnicos e profissionalizantes e até mesmo para trabalho, de acordo com o estudo do IBGE (2016), Caruaru não configura um arranjo populacional que “é o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais”.

Mas ainda assim, esse movimento que requer contiguidade territorial, fortalece essa articulação regional. Nesse sentido, consideramos a oferta de ensino superior em Caruaru um vetor das horizontalidades. A expansão do ensino superior na cidade também obedece a lógicas externas, mais amplas e complexas.

De acordo com Reolon e Miyazaki (2017), as cidades médias “passam a configurar panoramas regionais complexos em decorrência da intensificação das interações espaciais de curta e média distâncias, motivadas pelos deslocamentos

pendulares da população”.

Em geral, há uma convergência para Caruaru a partir de cidade de baixo grau de centralidade. Os municípios que comportam essas cidades possuem também baixa concentração demográfica. Provavelmente, se Caruaru tivesse várias cidades no entorno com população de 100 mil habitantes, o nível de centralidade seria menor (Quadro 6). A situação geográfica é uma dimensão que interfere nessa realidade.

Quadro 6: População dos municípios com o maior número de estudantes no Ensino Superior em Caruaru

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE ESTUDANTES	POPULAÇÃO
Camocim de São Félix	180	18.583
Cachoeirinha	173	20.209
Riacho das Almas	126	20.392
São Joaquim do Monte	166	21.257
Altinho	211	22.896
Cupira	302	23.977
Agrestina	252	24.644
Panelas	197	26.417
Passira	92	28.889
São Caitano	305	37.023
Bonito	313	38.044
Lajedo	249	39.888
Catende	231	42.438
Toritama	366	44.189
Brejo da Madre de Deus	197	50.138
São Bento do Una	184	58.824
Bezerros	786	60.549
Palmares	428	62.832
Surubim	427	64.373
Pesqueira	408	66.881
Arcoverde	314	73.667
Belo Jardim	763	75.986
Gravatá	545	82.241
Santa Cruz do Capibaribe	395	105.761
Garanhuns	438	138.642

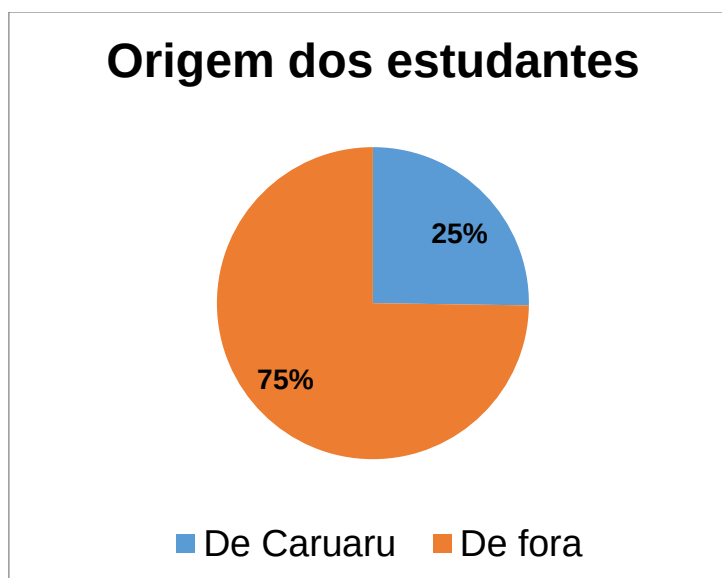
Fonte: IBGE, 2017 (Estimativa). Organização: Mariana Valença.

Nota-se que, em geral, os municípios que mais enviam estudantes para

Caruaru têm menos de 100.000 habitantes, com exceção de Garanhuns (138.642), Santa Cruz do Capibaribe (105.761) e a capital pernambucana, sendo esta um caso a parte nesse processo. Garanhuns, como já visto no capítulo 2, já exerceu o mesmo nível de centralidade de Caruaru (IBGE, 1987) e também oferta há algum tempo algumas opções de educação superior. E Santa Cruz do Capibaribe cresceu consideravelmente em termos demográficos nos últimos anos razão da expansão das atividades de confecções.

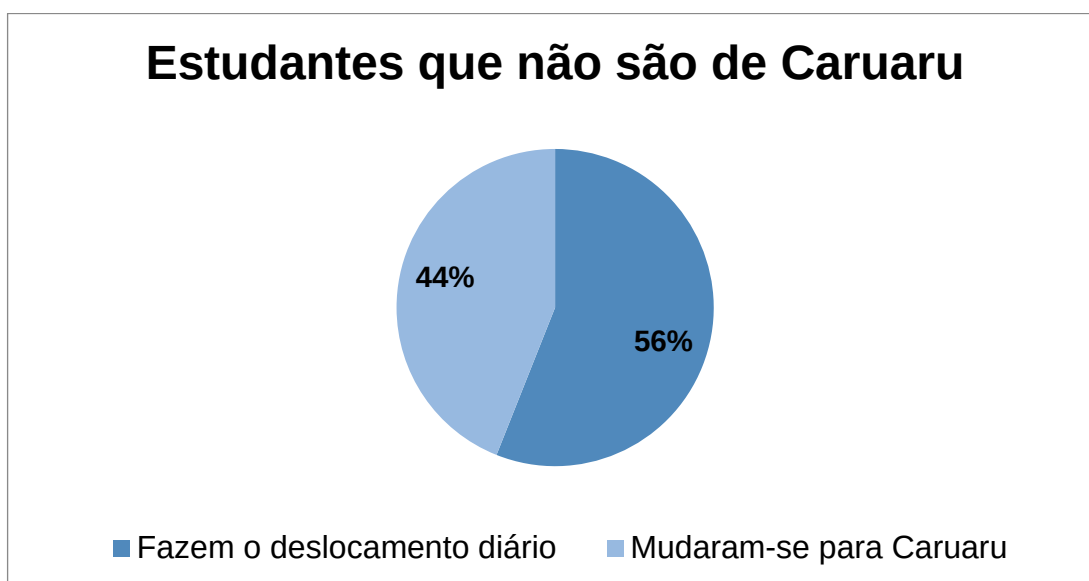
De acordo com os questionários, dos 444 estudantes que responderam ao questionário 332 não são de Caruaru (Gráfico 4), dos quais 186 fazem o deslocamento entre o município de origem e Caruaru diariamente, a uma distância máxima de 120 Km, enquanto 146 mudaram-se para Caruaru para cursar o ensino superior (Gráfico 5), o que ratificam a dimensão espacial da questão do ensino superior. Dos que fazem o deslocamento pendular, 31 o fazem em veículo cedido pelas respectivas prefeituras dos seus municípios de origem. Os demais, em sua maioria, deslocam-se através de veículo coletivo fretado.

Gráfico 4: Origem dos estudantes que responderam ao questionário



Fonte: Questionários aplicados.

Gráfico 5: Estudantes que não são de Caruaru



Fonte: Questionários aplicados.

Como boa parte dos estudantes vem de outros lugares, é necessário que haja um deslocamento em busca do serviço, ausente nos municípios de origem. Existe uma centralidade, que por sua vez é reforçada pela educação superior. Esses deslocamentos tem um custo e são, portanto, seletivos.

Portanto, há uma clivagem econômica de acordo com os cursos e com os custos para se deslocar e/ou manter-se na cidade. Esta centralidade é seletiva, assim como o tipo de curso e de IES são seletivos. Ou seja, quem tem acesso é quem pode acessar essa centralidade. Nesse sentido, há também a formação de centralidades diferentes.

Dos 332 estudantes de fora, 103 indicaram a presença de alguma IES na sua cidade de origem, mas escolheram vir pra Caruaru por razões diversas, como a tradição de instituições como a FAFICA e a ASCES, as primeiras da região e por terem familiares que estudaram nelas; por serem as melhores IES da região; pela diversidade de cursos presenciais; pela presença de determinados cursos, não disponíveis em cidades menores; pela facilidade de bolsas e financiamento; e, no caso das IES públicas, pelas facilidades de aprovação em razão da concorrência ser inferior as IES presentes na capital.

Alguns dados são importantes, visto que revelam a dimensão social das políticas setoriais de ensino superior, como por exemplo, 155 destes estudantes são

os primeiros da família a cursarem o ensino superior, o que representa 35% do total de entrevistados. Além disso, 107 alunos indicaram a contemplação com cotas de escola pública e 25, com cota racial. 46 alunos foram beneficiados com bolsas do ProUni, parciais ou integrais, 148 tem seus cursos financiados pelo FIES. E 54 recebem algum tipo de auxílio permanência de sua IES. E 16 indicaram receber alguma bolsa para o desenvolvimento de atividades acadêmicas, como Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PiBID), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PiBIC), Programa de Educação Tutorial (PET) e bolsa de monitoria.

Ademais, muitos professores e funcionários dessas instituições, sobretudo as públicas, são de fora. Em geral, de Recife, João Pessoa, Campina Grande, Juazeiro do Norte, Fortaleza. Os que são de mais perto, ficam dois/três dias na cidade, ou dividindo aluguel de imóveis entre si ou hospedados em pousadas; os de mais longe, montam residência, mas muitos não têm perspectiva de ficar em Caruaru por muito tempo, estão solicitando redistribuição.

Esses deslocamentos resultam de uma totalidade, das condições produtivas e da ação do Estado, fazendo com que os lugares relacionem-se através de seu aparato técnico. Portanto, podem ser vistos como interação, lugar da ação e da troca, em que a sociedade articula-se entre si aos diversos lugares, que nas suas singularidades, articulam-se a espaços globais.

Neste cenário, fica evidente como as políticas públicas voltadas ao ensino superior colaboram para o processo de urbanização das cidades receptoras das IES. São novas formas e novos conteúdos que são agregados à cidade e à região, a partir do REUNI. Além da nova dinâmica conferida as instituições existentes, através da ampliação do FIES e com a política do PROUNI. Posto isto, vemos marcadamente a ação do Estado (a nível federal) como vetor da reestruturação urbana de Caruaru, articulado a outros agentes de outras escalas.

Como há uma expansão e ampliação do ensino superior para atender a uma demanda do próprio capitalismo contemporâneo que necessita de técnica e ciência para se reproduzir, essas novas formas com seus conteúdos engendram alterações profundas na estrutura das cidades receptoras, bem como nas interações espaciais que estabelecem com outros centros urbanos, que nos permitem discutir a reestruturação das cidades e a reestruturação urbana, ao passo que, acreditamos que, há uma “redefinição do próprio movimento marcado no atual período, por profundas transformações, cabendo a atribuição do conceito de reestruturação das

idades para melhor qualificar a urbanização que se realiza no período atual (SPOSITO, 2004, p. 390).

Ademais, a oferta do serviço especializado de educação superior (privada) localizado numa cidade média para uma região dá-se numa relação de horizontalidade, mas que, no entanto, pode ser controlada por agentes econômicos externos (SOBARZO, 2008), numa relação de verticalidade. Em Caruaru, há a presença de instituições que atuam por meio de lógicas definidas pelas interações com o capital de abrangência nacional e internacional, como é o caso da Unifavip/Wyden e da Faculdade Maurício de Nassau.

Há relações entre lógicas, agentes e empresas que atuam em múltiplas escalas e que contribuem tanto para fortalecer a especialização produtiva quanto para diversificar a produção regional. A articulação de agentes e os arranjos político-institucionais constituem espaços seletivos, como um meio e um produto de estratégias político-econômicas. Assim, geram-se processos de reescalonamento em Caruaru, através de seus potenciais produtivos, técnicos e políticos.

Deste modo, acreditamos ser possível falar de reestruturação urbana e reestruturação da cidade a partir do Ensino Superior, na medida em que esse reflete ao mesmo tempo em que interfere no crescimento econômico regional, alterando os papéis e as funções urbanas de Caruaru e de toda sua região, além das transformações internas ocasionadas pela expansão da educação superior.

4.3 A DIMENSÃO CÍVICA DE CARUARU

A região de Caruaru é marcada pelo setor de confecções em que manifestam-se desigualdades socioeconômicas e territoriais. O ensino superior tem um papel crucial não apenas para o desenvolvimento econômico e para o fortalecimento e especialização do arranjo produtivo, mas também social, inclusive minimizando essas desigualdades territoriais.

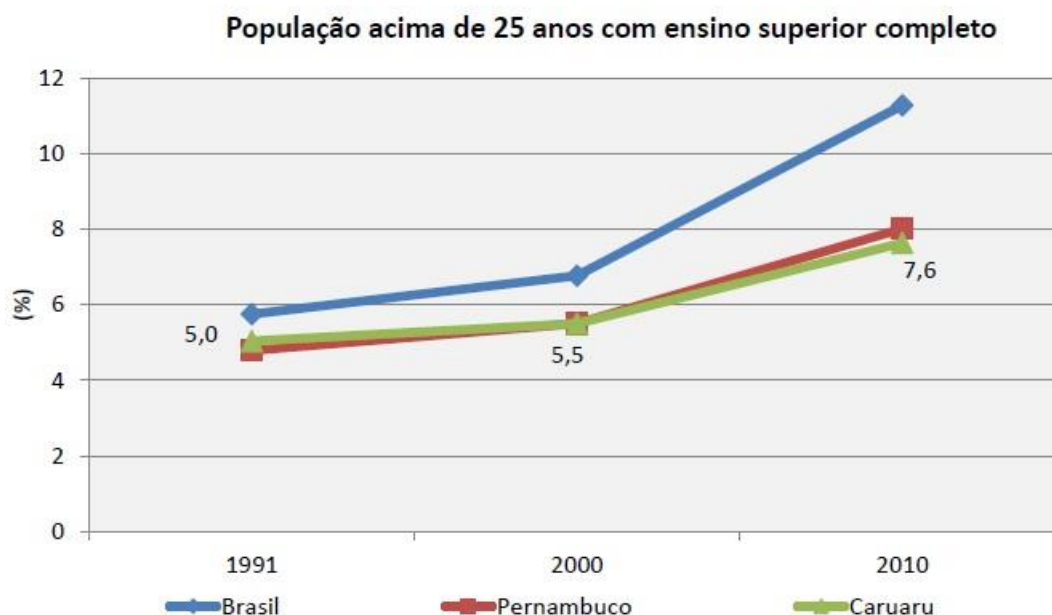
Para Santos e Silveira (2000), bens e serviços de interesse geral, como a educação, quando não tem uma oferta pública universal, são disponibilizados pelo setor privado, de acordo com interesses e decisões políticas.

O setor privado segue a lógica do mercado, ou seja, é orientado pela demanda solvente, ao passo que cabe ao setor público equilibrar essas questões, ofertando educação superior em áreas menos favorecidas social e economicamente. No entanto, há uma lógica de mercado que orienta que também está introjetada nas IES públicas, na medida em que existe uma disputa por matrículas para garantir verbas, que são destinadas de acordo com a produtividade das instituições. E, ainda, como já foi dito anteriormente, a política de educação superior na escala nacional, que beneficiou diferentes estratos da rede urbana e regiões anteriormente desprivilegiadas, também estava articulada a outras políticas setoriais, entre elas, a política de ciência, tecnologia e inovação e a política que promoveu os APL. Sendo assim, há um viés econômico muito forte presente na política de educação superior. Mas ainda assim, é preciso reconhecer o caráter social deste processo.

Como já visto, boa parte dos alunos vem de outros municípios, sobretudo aqueles da Região Intermediária de Caruaru, contribuindo para uma maior articulação e fortalecimento regional, através da possibilidade de dinamização econômica com incorporação de ciência, tecnologia e inovação a produção. Além disso, a qualificação de pessoas contribui para uma alteração no quadro socioeconômico desses municípios emissores de estudantes. Muitos são os primeiros da família a cursarem o ensino superior. A seguir, podemos observar o número crescente de pessoas com ensino superior em Caruaru e em Santa Cruz do Capibaribe.

Desde o início do século, Caruaru tem valores crescentes no que diz respeito ao ensino superior, desde a instalação de novas instituições de ensino, como a expansão do número de vagas e de cursos, acompanhando uma tendência do que ocorre em todo o território brasileiro (Gráfico 6).

Gráfico 6: População acima de 25 anos com ensino superior completo – Caruaru



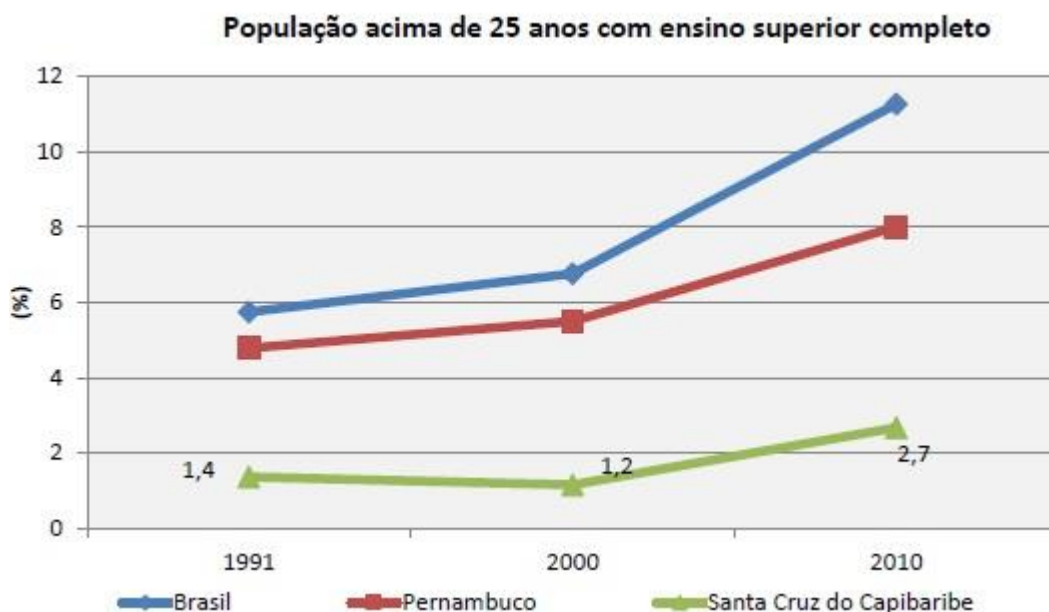
.FONTE: BNDES, 2017a

Fica clara a alavancada que o percentual de população acima de 25 anos com ensino superior completo deu, tanto no Brasil, quanto em Pernambuco e em Caruaru, desde o início do século XXI, mostrando que há um crescimento correspondente nas três esferas.

Mas antes mesmo disso, é possível observar também uma correspondência entre eles, inclusive em que Caruaru por um tempo manteve-se um pouco acima do estado. Certamente porque no período anterior, a população que tinha acesso mais facilmente à educação superior concentrava-se na capital e na RMR, ao mesmo tempo em que Caruaru também já era considerada um polo regional de educação por ofertar, há algumas décadas, um aparato educacional considerável para o contexto histórico e geográfico, deixando a boa parte da população sem acesso a esse serviço.

Já em Santa Cruz do Capibaribe, só é possível verificar esse aumento da população com ensino superior a partir dos anos 2000 (Gráfico 7). Antes disso, na década de 1990, houve, inclusive, uma ligeira queda desses números. Ou seja, o crescimento do setor de confecções regional e a expansão do ensino superior de Caruaru contribuíram para o crescimento na primeira década do século atual, que duplicou.

Gráfico 7: População acima de 25 anos com ensino superior completo – Santa Cruz do Capibaribe



.FONTE: BNDES, 2017b

Certamente, dados mais recentes mostrariam um crescimento ainda maior, uma vez que Santa Cruz do Capibaribe tem apresentado índices crescentes de crescimento econômico e desenvolvimento social, como mostrado no capítulo 2.

Esses dados possibilitam uma mudança no quadro social e econômico desses municípios, possibilitando inclusive o surgimento de serviços antes inexistentes com a presença de novos profissionais habilitados em determinados segmentos.

Já mostramos que o ensino superior de Caruaru atende não apenas seus habitantes, mas de quase toda sua região Intermediária. Há, sem dúvidas, relações socioeconômicas entre esses municípios, que são intensificadas pela educação. De acordo com Reolon (2007), quando dois ou mais núcleos urbanos de unidades político-administrativas diferentes mantêm intensas e mútuas relações socioeconômicas, há a conformação de uma aglomeração urbana, com o transbordamento da população e das atividades de uma ou mais cidades sobre as áreas do entorno.

Nesse caso, conforme apontado por Reolon e Miyazaki (2017), teríamos em andamento o processo de formação de uma aglomeração urbana, mediante

continuidades espaciais, condicionada por fluxos materiais, sobretudo de pessoas, e imateriais, que no nosso entendimento, dá-se no âmbito do avanço da ciência, tecnologia e inovação.

Isso contribui muito para a ampliação das relações horizontais, através de uma maior integração socioterritorial da cidade e da região, diríamos que até mais do que verticais, visto que melhorou a produção e o consumo nos municípios do entorno, melhorou as condições sociais, mas apesar da presença de capitais nacionais e internacionais em Caruaru, comandando alguns processos, não vemos um avanço da produção e comercialização a nível global, através das exportações, por exemplo.

Dos três núcleos do APL, apenas Santa Cruz do Capibaribe exporta produtos da confecção. Toritama não apresenta registros de comércio exterior e produto mais exportado por Caruaru são medicamentos. Mas tanto Santa Cruz do Capibaribe quanto Caruaru, no ano de 2017, têm entre os principais produtos importados, produtos que servem a produção de vestuário, como tecidos de malha, tecidos de fios de filamentos sintéticos, fitas, tecidos de fibras artificiais.

Há sim o aumento da produção, expansão e consumo da cidade/região, alavanca pelo desenvolvimento econômico. Mas queremos enfatizar a ampliação da dimensão humana/social, seguida de uma ampliação do exercício da cidadania, através do acesso a determinados serviços, antes inacessíveis para grande parcela da população.

Assim, mesmo que haja uma lógica do capital guiando este processo, tem-se o estabelecimento de interações espaciais dentro da região, que a refuncionalizam dentro de um quadro socioeconômico na rede urbana, redefinindo a centralidade de Caruaru com uma dimensão mais cívica, pautada nas horizontalidades, embora, voltamos a repetir, esse não seja o interesse primeiro do capital.

Para Trindade Jr. & Madeira (2016), isso ajuda a pensar em territórios menos corporativos e mais voltados a uma ordem espacial e territorial cuja cidadania é o principal vetor da estruturação de objetos e ações que dão sentido à dinâmica espacial, indo de encontro aos modelos que reforçam assimetrias territoriais, pautadas em verticalidades. Ainda segundos os autores (*op. cit.*), é possível pensar em novas geografias do desenvolvimento, a partir de um modelo cívico de ordenamento territorial, conforme apontado por Santos (2007), que colocam a cidade como o *locus* do exercício pleno da cidadania.

Como já tratado, no período técnico-científico-informacional, as cidades médias são importantes nós da rede, articulando múltiplas escalas ao permitir intermediação entre o local e o global, sendo assim importante elo de estruturação do território regional. Ou seja, enquanto encruzilhada de horizontalidades e verticalidades, as cidades médias, no contexto atual, ampliam suas interações espaciais interescares, que agora são também heterárquicas. Estas cidades possibilitam acesso a bens e serviços mais sofisticados, através da centralidade que exercem.

Desse modo, por apresentarem alternativas ao entorno, com “a implantação de equipamentos e infraestrutura urbana de natureza socioeconômica e voltados à modernização territorial, que possibilita o acesso a pessoas antes privadas, pela distância espacial e econômica, dos municípios vizinhos” com grande impacto no território, essas cidades apresentam uma “responsabilidade territorial” (BITOUN, 2009).

A cidade de Caruaru, com o seu leque de comércio e serviços, é historicamente importante nó de articulação regional. Com o ensino superior, a cidade tem seus papéis e funções ampliados, através de uma política setorial do Estado nacional de caráter regional, através das mudanças e permanências em sua história recente, com importantes repercussões socioeconômicas no território regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estruturação da cidade de Caruaru deu-se a partir de diferentes práticas e atividades sociais. Inicialmente, suas atividades agrícolas aliadas ao comércio e a atividade religiosa influenciaram no processo de urbanização. Suas condições de centralidade regional foram se articulando, principalmente, às atividades terciárias, que não eram encontrados nas cidades de porte menor. Portanto, essa cidade estruturou-se concentrando atividades, papéis e funções urbanas, que foram, historicamente, se diversificando e complexificando, ampliando suas relações em escalas geográficas mais amplas e reforçando a sua atuação como centro regional.

Atualmente, o município como um todo tem peso econômico e demográfico dentro de Pernambuco. E sua cidade hoje conta com importantes equipamentos urbanos para atender não apenas a sua população, mas também de toda a sua região influência. Na história presente, seu processo de urbanização tem relação com a ampliação do setor produtivo de confecções e de atividades correlatas. Na condição de cidade intermediária, Caruaru vai atrair recursos e investimentos, através de equipamentos e infraestruturas que dão suporte as atividades do Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste, a exemplo do ensino superior e de estruturas inovativas.

A expansão do ensino superior em cidades médias atende às novas exigências econômicas de incorporação de ciência e tecnologia ao território e a sua produção. Neste sentido, a presença de IES é um importante vetor na dinâmica socioespacial não apenas no que diz respeito às mudanças de ordem física, mas que possibilitam o desenvolvimento regional, por meio da oferta de conhecimento e cultura à sociedade. Há mudanças ou reforços nos papéis e funções das cidades médias, em virtude da expansão da educação superior, que têm relação direta com as políticas do Estado, principalmente na escala nacional, e na sua relação com outros agentes nas diferentes escalas, bem como as transformações espaciais decorrentes da globalização, em que novas lógicas globais articulam-se aos lugares mais diversos do planeta.

Nesse contexto, as cidades médias passam a ter uma importância ainda maior na articulação de escalas dentro da rede urbana. Os papéis e as funções de Caruaru só são regionais e reforçados nessa extensão escalar, porque há uma tendência à constituição da dimensão regional na perspectiva da heterarquia urbana

que se constrói no momento em que Caruaru extrapola as interações territoriais regionais para as interações espaciais, atingindo as escalas nacional e global descontinuamente, portanto com vistas às articulações que são reforçadas pelos agentes atuantes na produção desta cidade. Por isso, é imprescindível entender a produção do espaço urbano a partir da nova dinâmica que a expansão das instituições de ensino superior gera no espaço e nas suas interações.

Caruaru articula as escalas local e regional à escalas mais amplas, horizontalidades e verticalidades, ou seja, há interações espaciais interescares, através do favorecimento de uma maior densidade técnico-científica do território, que lhe permite conectar sua produção e consumo a mercados mais distantes.

Há relações entre lógicas, agentes e empresas que atuam em múltiplas escalas e que contribuem tanto para fortalecer a especialização produtiva quanto para diversificar a produção regional. A articulação de agentes e os arranjos político-institucionais constituem espaços seletivos, como um meio e um produto de estratégias político-econômicas. Assim, geram-se processos de reescalonamento em Caruaru, através de seus potenciais produtivos, técnicos e políticos.

No contexto do Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste, embora Caruaru tenha uma economia menos marcada pela confecção e atividades correlatas do que Santa Cruz do Capibaribe, vai se constituindo como um território produtor de conhecimento e de suporte a inovação, a partir da instalação e ampliação das IES, além das estruturas inovativas por sua condição de intermediação na rede urbana.

O período recente é marcado pela expansão do serviço educacional, atendendo a uma demanda criada pelo capitalismo. Nota-se a presença de cursos voltados para reforçar a especialidade produtiva. Além disso, grande parte de seus estudantes vem da Região Intermediária de Caruaru e, mais ainda, dos municípios da região enriquecidos recentemente pela confecção. Assim, o *boom* no consumo, inclusive do serviço de educação superior pode ser explicado pelo crescimento regional do APL.

Neste sentido, acreditamos que o ensino superior, associado a outras questões territoriais, vem contribuindo para o processo de reestruturação urbana, a partir das novas possibilidades de interações espaciais interescares, embora sejam mudanças muito recentes que ainda estão em curso em termos de reestruturação econômica da cidade e da região.

No nosso entendimento, as IES, associadas às estruturas inovativas, permitem que Caruaru e sua região articulem-se com escalas mais amplas inserindo-as no seio da globalização. Mas entendemos que a constituição de um território agora também marcado, ainda que de modo incipiente, pela ciência, tecnologia e inovação fortalece, mais ainda, as horizontalidades e a solidariedade no território regional, ao permitir um aporte inovativo e tecnológico para espaços que se viam distantes geográfica e economicamente. Portanto, as IES são vetores fundamentais para o desenvolvimento regional que fazem de Caruaru uma cidade de “responsabilidade territorial”, podendo, desta forma, ajudar a pensar o ordenamento territorial de modo menos corporativo e mais cívico, na medida em que ampliam o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. de P. A.. A importância das funções urbanas para a consolidação de uma cidade média: uma análise da evolução urbana de Caruaru/PE. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Vitória/ES. Ago-2014.
- AMORIM, C. C.. Território usado e instituições de ensino superior no Brasil – a expansão dos sistemas técnicos. In: **Anais do XIII Colóquio Internacional de Geocrítica**. Bogotá-Colômbia. Mai-2012.
- ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- ANJOS, F. A. dos. Novas morfologias urbanas nas cidades médias: compacidade e dispersão. In: BELLET SANFELIU, C.; SPOSITO, M. E. B. (editoras). **As cidades médias ou intermédias num mundo globalizado**. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2009. p. 161-178
- ARAÚJO, J. A. da S.. **Centralidade urbano-regional de Campina Grande-PB**: os serviços de saúde e educação superior. Dissertação (mestrado em Geografia). João Pessoa, 2012, UFPB/CCEN.
- ARAÚJO, T. B.. **Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas**. In: **GUIMARÃES, P. F.; et. al..** Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. 572 p.
- ARAÚJO, T. B.. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. In: SADER, E.. (org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.
- ARAÚJO, T. B.. Panorama socioeconômico de Pernambuco. Palestra na **14ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO**. Gravatá, SINTEPE, 30 de agosto de 2018.
- ARBO, P.; BENNEWORTH, P. **Understanding the regional contribution of higher education institutions**: a literature review. France: OECD Publishing, 2007. (Education Working Paper, n. 9).
- ARROYO, M. M.. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPÓSITO, E. S.; SPÓSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (orgs.). **Cidades médias: produção do espaço**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- ASCES/UNITA. Disponível em: <<http://www.ascses.edu.br/?p=ensino>>.
- BALMANT, O.. Visão do resto do país sobre Nordeste é negativa e falsa, diz economista. In: **Folha de São Paulo Online**. 28 de mar. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2018/03/visao-do-resto-do-pais-sobre-nordeste-e-negativa-e-falsa-diz-economista.shtml>>. Acesso em: 04 de abril de 2018.

BARBALHO, N.. **Caruaru – de vila a cidade** (subsídio para a História do Agreste de Pernambuco). Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1980.

BARBALHO, Nelson. **Caruaru: sua prefeitura, sua autonomia municipal, sua emancipação política**. Caruaru: Prefeitura Municipal de Caruaru, 1993.

BELLET SANFELIU, C. Del concepto ciudad media al de ciudad intermedia en los tempos de la globalización. In: BELLET SANFELIU, C.; SPOSITO, M. E. B..(editoras). **As cidades médias ou intermédias num mundo globalizado**. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2009. 21-40 p.

BELLET SANFELIU, Carmen. La inserción de la universidad em la estrutura y forma urbana. El caso de la universitat de Lleida. In: **Scripta Nova**. Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. XV. N. 381, nov/2011.

BELLET SANFELIU, C.; SPOSITO, M. E. B.. INTRODUÇÃO. In: BELLET SANFELIU, C.; SPOSITO, M. E. B..(editoras). **As cidades médias ou intermédias num mundo globalizado**. Lleida: Edicions de laUniversitat de Lleida, 2009. 11-18 p.

BELLET, C.; LLOP, J. M.. Prefácio. In: SILVA, W. R. de; SPOSITO, M. E. B.. **Perspectivas da urbanização: reestruturação urbana e das cidades**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

BITOUN, Jan. Tipologia das cidades brasileiras e políticas territoriais: pistas para reflexão. In: BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia. (Orgs.). **Desenvolvimento e cidades no Brasil: contribuições para o debate sobre as políticas territoriais**. Recife: FASE, 2009. p. 17-44.

BNDES. **Informações socioeconômicas municipais**. Caruaru. Pernambuco. 2017a.

BNDES. **Informações socioeconômicas municipais**. Santa Cruz do Capibaribe. Pernambuco. 2017b.

BRANCO, M. L. C.. Cidades médias no Brasil. In: SPÓSITO, E. S.; SPÓSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (orgs.). **Cidades médias: produção do espaço**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Dossiê de Registro da Feira de Caruaru como Patrimônio Imaterial Brasileiro**. Brasília: IPHAN/Departamento do Patrimônio Imaterial, 2006. 86p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 126/2012. **Análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012**. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas**. [2007] Disponível em: <portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 14 set. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. E-MEC. Disponível em:
<<http://emec.mec.gov.br/>>.

BRENNER, NEIL. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. In:
GEOUSP - Espaço e Tempo, n. 33. São Paulo, 2013. 198-220 pp.

CAA – Campus Acadêmico do Agreste. Disponível em:
<http://www.ufpe.br/caa/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=7>.

CALADO, E. A.; MAIA, D. S.. Usos e apropriações do espaço pelos sujeitos comuns: História Oral e Cotidiano nos Campi das Instituições Federais de Ensino na Cidade de Caruaru – PE (2012 – 2014). In: **Anais do Simpurb**. Fortaleza, 2015.

CARDOSO, M. F. T. C.. Caruaru: a cidade e sua área de influência. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Out.-Dez./1965.

CARUARU. Lei complementar nº005 de 27 de julho de 2004: Plano Diretor de Caruaru. 2004

CARUARU. LEI COMPLEMENTAR Nº . 007, DE 05 DE SETEMBRO DE 2006. 2006a.

CARUARU. LEI COMPLEMENTAR Nº . 008, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006. 2006b.

CARUARU. LEI COMPLEMENTAR Nº . 022, DE 02 DE SETEMBRO DE 2010. 2010.

CARUARU. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Economia Criativa. **Nota técnica 01/2017**. 24 de fevereiro de 2014.

CASTILHO, C. J. M. de. As atividades dos serviços, sua história e o seu papel na organização do espaço urbano: uma “nova” perspectiva para a análise geográfica? In: **Revista de Geografia**. Recife: UFPE/DCG-NAPA, v.14, n ½ jan./dez., 1998.

CATELAN, M. J. **Heterarquia Urbana**: Interações espaciais interescares e cidades médias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

COCCO, R. G.; SILVEIRA, M. R.. Interação espacial In: SPOSITO, E. S.. **Glossário de Geografia Humana e Econômica**. Presidente Prudente: UNESP, 2017.

CONDÉ, José. **Terra de Caruaru**. 6. ed. Caruaru: W. D. Porto da Silva, 2011.

CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. **Pernambuco em rede**: caracterização das regiões de influência das cidades pernambucanas. Recife: CONDEPE/FIDEM, 2012.

CONDEPE/FIDEM. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. **Perfil Municipal**: Caruaru. 2015. Disponível em:

<<http://www.bde.pe.gov.br/ArquivosPerfilMunicipal/CARUARU.pdf>>. Acesso em 23 de maio de 2016.

CORRÊA, R. L.. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1994.

CORRÊA, R. L.. Construindo o conceito de cidades médias. In: BELTRÃO SPOSITO BELTRÃO, M. E. (org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CORRÊA, R. L.. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, R. L.. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L.. **Explorações geográficas**. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

CORRÊA, R. L.. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista TERRITÓRIO**. Ano VI. n.6, jan./jun. 1999.

CORRÊA, R. L.. Processos espaciais e a cidade. In: **Revista Brasileira de Geografia**. n. 41. v. 3. Rio de Janeiro, 1979. p. 100-110.

CORRÊA, R. L.. A rede urbana brasileira e a sua dinâmica: algumas reflexões e questões. In: SPOSITO, M. E. B. (org.) **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente. s.n, 2001. p. 359-368.

CORRÊA, R. L.. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

DANIEL, P.. **O desenvolvimento regional brasileiro**. In: Carta Capital. 10/10/2011. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-desenvolvimento-regional-brasileiro>>. Acesso em 01/04/2018.

DIAS, L. C.. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L.. **Geografia: conceitos e temas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DUARTE, A.. Em um ano, população diminui em 28 municípios de Pernambuco. **Folha PE**. set. 2017. Disponível em: < <http://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2017/09/05/NWS,40531,70,449,NOTICIAS,2190-EM-ANO-POPULACAO-DIMINUI-MUNICIPIOS-PERNAMBUCO.aspx>>. Acesso em: 01 de abril de 2018.

FAFICA. Disponível em: <www.fafica.com/>.

FERNANDES, A. C. Sistema territorial de inovação ou uma dimensão de análise na Geografia contemporânea. In: SPOSITO, E. S. *et. al.* (orgs.). **A diversidade da Geografia brasileira: escalas e dimensões de análise e da ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.

FERNANDES FILHO, O. **Saiba tudo sobre a Feira de Caruaru que é a maior do mundo**. Literatura de Cordel. Caruaru-PE. 200?. 8 p.

FERREIRA, J. E.. **Ocupação humana do Agreste pernambucano: uma abordagem Antropológica para a história de Caruaru**. Caruaru: Ideia, 2001.

FERREIRA, Josué Euzébio. Caruaru nos anos 60: aspectos histórico-econômicos e educacionais. In: CALADO, Alder Júlio Ferreira. (Org.). **Educação e Protagonismo: relatos e análises de experiências do cotidiano escolar**. João Pessoa: Idéia Editora Ltda, 2002, p. 43-58.

FIRMINO, Andresa Lydia da Silva. **A interiorização das universidades federais e os arranjos produtivos locais** : o caso da Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG/UFRPE). 2014. 121 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

FRANÇA, H.. **A cidade e a feira** – ensaios e artigos. Caruaru 150 anos. [s. ed.?], Caruaru, 2007.

GENTILI, P; OLIVEIRA, D. A.. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. In: SADER, E.. (org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013

GONZÁLEZ, S. La Geografía escalar del capitalismo actual. In: **Scripta Nova**. Barcelona, v.9, n.189, mai. 2005.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil** / IBGE, Coordenação de Geografia. - 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016. e-Book (PDF).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias** . Rio de Janeiro : IBGE, 2017..

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Urbano-Regional**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influências das Cidades – 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influências das Cidades – 1978**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influências das Cidades – 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries Históricas**.

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1920**. Rio de Janeiro: IBGE, 1920.

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1940**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IPHAN. **Feira de Caruaru, patrimônio cultural brasileiro**. 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Feira%20de%20Caruaru.pdf>> . Acesso em: 2 de fevereiro de 2016.

INSTITUTO Humanitas Unisinos. **Kroton Educacional: ‘Em termos de educação pública nunca experimentamos um inimigo com uma força social tão concentrada como esse’**. 30 Abril 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/578444-kroton-educacional-em-termos-de-educacao-publica-nunca-experimentamos-um-inimigo-com-uma-forca-social-cao-concentrada-como-esse>> . Acesso em: 10 de maio de 2018.

ITEP. **CT DA MODA**. Disponível em: <www.itep.br/ct-moda-caruaru>.

ITEP. Disponível em: <www.itep.br>.

KON, A. Reestruturação produtiva e reestruturação no Brasil. In: **Nova economia**. Belo Horizonte, v.7, n.1, mai/1997. P. 149-180.

LACERDA, João A. **Caruaru na história do Brasil e do Nordeste**. 1. ed. [s.l.?]: [s.ed.?], [19??]. 116 p.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008.

LENCIONE, S. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. In: **Revista de Geografia Norte Grande**, 39: 7-20 (2008)

LIMA, L. C.; ROCHA, A. M.. Reflexões sobre o terciário. In: **Geotextos**. vol. 5, n. 2, dez, 2009. p. 85-105.

LIRA, S. M. **Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecções do agreste/PE: um espaço construído na luta pela sobrevivência**. Revista de Geografia da UFPE, Recife, n. 23, v. 1, p. 98–114, 2006.

LIRA, S. M. **Muito além das feiras da Sulanca: A produção de confecções no Agreste/PE**. Recife, Editora Universitária UFPE, 2011.

MAIA, D. S. Cidades Médias e Pequenas do Nordeste: Conferência de Abertura. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Orgs.) **Cidades Médias e Pequenas: Teorias, Conceitos e Estudos de Caso**. Salvador: SEI, 2010. p.15-41.

MARQUES, J. **Caruaru, ontem e hoje: de fazenda a capital**. Recife: Ed. do autor, 2012.

MAZDA, A.. Tânia Bacelar: “É preciso um novo modelo de desenvolvimento”. In: **Tribuna do Norte**. 01 de setembro de 2018. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/ta-nia-bacelar-a-preciso-um-novo-modelo-de-desenvolvimento/422952>>. Acesso em 02 de setembro de 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Expansão da Educação Superior e Profissional e Tecnológica. Mais formação e oportunidade para os brasileiros**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCA CAO_SUPERIOR14.pdf>. Acesso em 8 de agosto de 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PORTAL MEC, **APL**. Disponível em: <portal.mec.gov.br/component/tags/tag/37111>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <emec.mec.gov.br>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br>>.

MIRANDA, G.. A cidade e a Feira no tempo: perdas e ganhos no processo de relocação da Feira de Caruaru. In: **Anais do II Colóquio [inter] nacional sobre comércio e cidade: uma relação de origem**. 2008.

MOTTA, D.. MATA, D. da. Crescimento das Cidades Médias. **Boletim Regional e Urbano**, Ipea/ Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos (Dirur), n. 1, dez. 2008.

MOURA, R.; DELGADO, P. R.; COSTA, M. A.. Movimento Pendular e políticas públicas: algumas possibilidades inspiradas numa tipologia dos municípios brasileiros. In: BOUERI, R.; COSTA, M. A.. (ed.). **Brasil em desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas**. V.3. Brasília: IPEA, 2013.

NEVES, A. L.. **Estudo morfológico de cidades do agreste pernambucano – século XVIII e XIX**. Dissertação (Programa de pós-graduação em desenvolvimento urbano – MDU) –UFPE, 2003

OLIVEIRA, A. G.. **Crescimento urbano versus urbanidade: estudos sitáticos da espacialidade de Caruaru-PE**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano. Recife, 2016

PONTES, B. M. S.. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: SPÓSITO, E. S.; SPÓSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (orgs.). **Cidades médias: produção do espaço**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

REOLON, C. A. **A aglomeração urbana da soja**: Cascavel e Toledo no contexto da metropolização na mesorregião oeste paranaense. 244f. 2007. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Toledo.

REOLON, C. A.; MIYAZAKI, V. K.. Aglomeração urbana e cidades médias: um debate a partir da análise do par continuidade territorial e continuidade espacial. In: **ANAIS do ENANPEGE**. Porto Alegre: Anpege, 2017

REZENDE, S. M.. Uma década de avanço em ciência, tecnologia e inovação no Brasil. In: SADER, E.. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013

ROCHEFORT, M.. **Redes e sistemas – ensinando sobre o urbano e a região**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, M.. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008a.

SANTOS, M.. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

SANTOS, M.. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, M.. **Técnica espaço tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008c.

SANTOS, M.. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008d.

SANTOS, M.. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, M.. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. Brasília: ABMES, 2000. 163 p.

SANTOS, V. J.. **Falas da cidade**. Um estudo sobre as estratégias discursivas que constituíram historicamente a cidade de Caruaru-PE (1950-1970). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-graduação em História. Recife, 2006.

SEBRAE-PE. **Estudo Econômico do Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste Pernambucano, 2012**. Recife: SEBRAE, 2013.

SILVA, E. M.; et. al. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL. **IX Congresso Virtual Brasileiro – Administração**. Nov. de 2012

SILVA, J. D. da. **“Festas boas” de Caruaru-PE**: da Conceição à capital do forró(1950-1985). Dissertação (mestrado). UFPE/CFCH – História. Recife: O Autor, 2010b.

SILVA, J. D.. **A evolução demográfica de Caruaru**. In: **Jornal Vanguarda**. 14/11/20---. Disponível em: <
http://www.jornalvanguarda.com.br/v2/?pagina=colunas&id=23&id_not=4198>. Acesso em 01 de abril de 2018.

SILVA, J. D.. Algodão: O “Ouro Branco” de Caruaru e do Nordeste. In: **Jornal Vanguarda**. 03/07/2010. 2010a. Disponível em:
<<http://www.jornalvanguarda.com.br/v2/?pagina=noticias&id=6368>>. Acesso em: 2 de outubro de 2016.

SILVA, K. C.. **Dinâmicas regionais de cidades de porte médio: um estudo de caso sobre a concentração de serviços de saúde em Caruaru-PE**. Recife, Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

SOARES, B. R.; et. al.. O setor terciário da cidade média: o caso da cidade de Uberlândia (MG). In: BELLET SANFELIU, C.; SPOSITO, M. E. B..(editoras). **As cidades médias ou intermédias num mundo globalizado**. Lleida: Edicions de laUniversitat de Lleida, 2009. p. 107-124.

SOARES, B. R.; et. al. Uberlândia (MG): leituras geográficas de uma cidade média em transição. In: ELIAS, D.; et. al. **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Tandil e Uberlândia. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOBARZO, Oscar. As cidades médias e a urbanização contemporânea. **CIDADES**, v.5, n.8, 2008.

SOBARZO, Oscar. Passo Fundo: uma cidade média do sul do Brasil na encruzilhada das horizontalidades e das verticalidades. In: BELLET SANFELIU, C.; SPOSITO, M. E. B..(editoras). **As cidades médias ou intermédias num mundo globalizado**. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2009.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA FILHO, Ilton da Costa. **A inserção de uma instituição federal de ensino superior numa cidade do sertão pernambucano – Serra Talhada**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

SPOSITO, E. S. Reestruturação produtiva e reestruturação urbana no estado de São Paulo. **Scripta Nova**. Barcelona, v.11, n.245, ago. 2007.

SPOSITO, M. E. B.. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. In: **Revista TERRITÓRIO**, ano III, n. 4., jan./jun., 1998.

SPOSITO, M. E. B.. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B.. (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP, 2001.

SPOSITO, M. E. B.. Centros e centralidades no Brasil. In: José Alberto Rio Fernandes, Maria Encarnação Beltrão Sposito (orgs.). **A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras**. Universidade do Porto-CEGOT, Oporto, 2013

SPOSITO, M. E. B.. Cidades Médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, M. E. B.. (org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, M. E. B.. Formas espaciais e papéis urbanos: as novas qualidades da cidade e do urbano. **CIDADES**. v. 7, n. 11, 2010a.

SPOSITO, M. E. B.. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Revista de Geografia** (São Paulo), v. 35, p. 51 - 62, 2010c.

SPOSITO, M. E. B.. Globalização, consumo e papéis intermediários de cidades médias no Brasil. In: BELLET SANFELIU, C.; SPOSITO, M. E. B..(editoras). **As cidades médias ou intermédias num mundo globalizado**. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2009. 41-69 p.

SPOSITO, M. E. B.. O centro e as formas da centralidade urbana. **Revista de Geografia**. São Paulo, v.10, 1991, p.1-18.

SPOSITO, M. E. B.. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades**. 2004. 508 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SPÓSITO, M. E. B.. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. In: **CIDADES**, v. 3, n. 5, 2006, p. 143-157.

STEINBERGER, M.; BRUNA, G. Cidades médias elos do urbano regional e do públicoprivado. In: THOMPSON, A.; SERRA, R. V. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

TERAMATSU, G.. Geografia e ensino superior: estado da arte das pesquisas de pós-graduação. In: ANAIS do XI Encontro Nacional da Anpege. 9 a 12/out, 2015.

UFPE. **Projeto de Interiorização da Universidade Federal de Pernambuco**: Campus Acadêmico do Agreste. 2005.

ULLMAN, E. L.. **Geography as spatial interaction**. Seattle, London: University of Washington Press, 1980.

VIEIRA, D. J.. *Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional?* In: MONTEIRO NETO, A; CASTRO, C. N. de; BRANDÃO, C. A.. **Desenvolvimento Regional no Brasil - Políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

VILAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

XAVIER, T. **TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO POLO DE CONFECÇÕES DO AGRESTE DE PERNAMBUCO: UM OLHAR SOBRE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia na UFPE. Recife: o autor, 2018.

TRINDADE JR., S.C. C.; MADEIRA, W. V.. Polos, eixos e zonas: cidades e ordenamento territorial na Amazônia. In: **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP** <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs> ISSN 1984-4352 Macapá, v. 9, n. 1, p. 37-54, jan./jun. 2016

UNIFAVIP/WYDEN. Disponível em: <<https://www.wyden.com.br/unifavip>>.

UNINASSAU. Disponível em: < <https://www.sereducacional.com/>>.

APÊNDICE

PROJETO:

Grandes infraestruturas urbanas, ensino superior e desenvolvimento regional: reconfigurando as relações entre as cidades médias, as cidades pequenas e o campo

PESQUISA:

OS PAPÉIS E AS FUNÇÕES DAS CIDADES MÉDIAS: O ENSINO SUPERIOR EM CARUARU/PE

Entrevista com agentes bem informados

ÓRGÃO PÚBLICO

Armazém da Criatividade

Elaborado por **Mariana Rabêlo Valença** (Doutorado)

Orientador: Carlos Augusto Amorim Cardoso

Informações Gerais

Entrevistado(a):

Instituição:

E-mail:	Telefone:
---------	-----------

Data de realização:	Horário:
---------------------	----------

Local de realização:

Entrevista gravada: () sim () não

Observações:

Perfil do Entrevistado(a)

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Qual o cargo que ocupa na instituição? 2. Ocupou cargos semelhantes em outras instituições? Quais? 3. Qual a sua área de formação? |
|---|

Visão do órgão sobre a Cidade

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 4. Desde quando o Armazém da Criatividade existe em Caruaru? 5. Por que Caruaru foi escolhida para ser uma das expansões do Porto Digital? 6. E por que dentro do Polo Comercial? 7. É uma iniciativa do Governo do Estado de Pernambuco em parceria com a iniciativa privada? 8. Que setores da sociedade mais se beneficiam dessa política? 9. Como funciona essa política? É por meio de empréstimos a empresas? 10. Ao seu ver, a implantação do Armazém da Criatividade em Caruaru é fruto da do processo de globalização? |
|---|

11. Isso faz de Caruaru uma cidade mais conectada com o “mundo”? De que forma?
12. Busca-se conciliar conhecimento e produção? De que forma?
13. Existe alguma relação/parceria do Armazém da Criatividade com as Universidades? Se sim, quais?
14. Qual a área de abrangência das ações do Armazém?
15. Qual a importância do Armazém da Criatividade para o desenvolvimento local e regional? Quais os impactos disso na dinâmica urbana?
16. Há um reforço de especialização produtiva a partir das ações do Armazém na cidade e na região?
17. De que forma, o desenvolvimento científico e tecnológico insere-se no processo produtivo, nos diferentes setores econômicos?

Outras questões e Encerramento

18. Há algum material publicitário do órgão ou dados e informações da cidade que possam ser fornecido?
19. Há mais algum ponto a ser destacado?

PROJETO:

Grandes infraestruturas urbanas, ensino superior e desenvolvimento regional: reconfigurando as relações entre as cidades médias, as cidades pequenas e o campo

PESQUISA:

OS PAPÉIS E AS FUNÇÕES DAS CIDADES MÉDIAS: O ENSINO SUPERIOR EM CARUARU/PE

Entrevista com agentes bem informados

ÓRGÃO PÚBLICO

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Economia Criativa

Elaborado por **Mariana Rabêlo Valença** (Doutorado)

Orientador: Carlos Augusto Amorim Cardoso

Informações Gerais	
Entrevistado(a):	
Instituição:	
E-mail:	Telefone:
Data de realização:	Horário:
Local de realização:	
Entrevista gravada: () sim () não	
Observações:	
Perfil do Entrevistado(a)	
1. Qual o cargo que ocupa na instituição? 2. Ocupou cargos semelhantes em outras instituições? Quais? 3. Qual a sua área de formação?	
Visão do órgão sobre a Cidade	
4. Qual a visão do órgão sobre a cidade? Ela tem crescido economicamente? 5. Nos últimos anos tem havido mudança do perfil das atividades que se desenvolvem na cidade? Se sim, por que? 6. Quais as empresas mais importantes em termos de faturamento? 7. Fale-me sobre a importância do comércio e dos serviços para Caruaru na atualidade. 8. Nos últimos anos, Caruaru tem se firmado como polo acadêmico, oferecendo ensino superior para toda região. Como você enxerga essa questão na cidade e como isso pode ou não contribuir para o crescimento	

econômico da cidade e da região?

9. Tem havido alguma mudança produtiva com o crescimento do ensino superior na cidade? Qual? Existem dados que comprovem isso?
10. Quais são os principais impactos dessa expansão do ensino superior nos últimos 15 anos?
11. Que políticas vêm sendo executadas no momento para o desenvolvimento econômico da cidade?
12. Há uma preocupação no que diz respeito à economia da região de influência de Caruaru? De que forma?
13. Há alguma ação por parte da secretaria que busque conciliar conhecimento e produção? Qual?
14. Existe algum tipo de parceria com as Instituições de Ensino Superior? Se sim, como?
15. Notam-se alterações nos hábitos de consumo dos moradores de Caruaru? Que tipos de mudanças?
16. Tem havido ampliação do consumo em que ramos de atividades?

Outras questões e Encerramento

17. Há algum material publicitário do órgão ou dados e informações da cidade que possam ser fornecido?
18. Há algum outro contato que poderia auxiliar nesta pesquisa?
19. Há mais algum ponto a ser destacado?

**Grandes infraestruturas urbanas, ensino superior e desenvolvimento regional:
reconfigurando as relações entre as cidades médias, as cidades pequenas e o campo**

Pesquisa realizada pela Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), financiada
pela CAPES

Entrevista aplicada nas IES

1. Quantos alunos estão matriculados atualmente? Por curso?
2. É possível identificar as cidades de origem destes alunos?
3. Como foi o processo de implantação desta instituição?
4. Quais instâncias participaram desse processo?
5. De quem é o terreno/prédio?
6. A prefeitura e o governo estadual dão algum tipo de incentivo?
7. Quais os critérios foram levados em consideração para a escolha dos cursos ofertados?
8. Quantas pessoas estão empregadas atualmente?
9. De onde são os funcionários e professores?
10. Diante da crescente oferta de ensino superior na cidade, o que esta instituição tem feito para atrair estudantes?
11. Existe algum tipo de relação/parceria com empresas/indústrias, seja financeira, seja de oferta de estágio/emprego para os alunos?
12. Como esta instituição se relaciona com a sociedade caruaruense? Existe algum projeto de extensão que traga a população para dentro da instituição ou leve a instituição para a sociedade?

QUESTIONÁRIOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

1. Pesquisa realizada sobre as universidades e a produção do espaço urbano de Caruaru, sem identificação dos respondentes da enquete;
2. no preenchimento de *cada quadro*, várias opções podem ser marcadas.

Gênero: () Feminino () Masculino Curso: _____ Período: _____ Instituição: _____

Cidade de origem: _____ Cidade de moradia: _____ Bairro de Moradia em Caruaru: _____

Renda Familiar *mensal* aproximada: _____ Quantas pessoas na sua família tem ensino superior completo? _____

O Ensino Fundamental e Médio estudou em: () escola pública () escola particular () outro. Especifique _____

Frequentou Cursinho pré- vestibular? () não () sim. Particular? () não () sim.

Trabalha e estuda? Se sim, em que: _____ Possui: () Tv () Notebook () Celular () Automóvel próprio () Moto própria

Gasto mensal com transporte: _____

Gasto mensal com moradia e despesas de casa: _____

Gasto mensal com alimentação, lazer e esporte: _____

Custo total mensal na cidade que estuda: _____

Outras fontes para complementar a Renda: _____

Onde é a área central da cidade de Caruaru, para você? _____

	Bloco	Acesso	Cotas	Bolsista
Forma de Ingresso a Universidade	Qual a forma de ingresso nessa universidade?	☐ ENEM ☐ Vestibular interno. ☐ SISU ☐ Outro Especifique	☐ escola pública ☐ cotas raciais (Lei nº 12.711/2012) ☐ sem cotas	☐ PROUNI ☐ FIES ☐ Bolsa da instituição ☐ Outro. Especifique
	Permanência na universidade	Recebe ajuda de custos? ☐ Sim, Família. ☐ Sim, Amigos. ☐ Não	Bolsista em alguma das modalidades abaixo? ☐ Sim, Iniciação Científica ☐ Sim, auxílio permanência ☐ Sim, outro. Especifique ☐ Não	Valor da Bolsa: _____ Se bolsista, qual o órgão: ☐ FACEPE ☐ CNPQ ☐ PIBID ☐ PIBIQ ☐ Outro. Especifique:

EXCLUSIVO PARA ESTUDANTES QUE NÃO SÃO DE CARUARU	A sua cidade de origem possui universidade? ☐ Sim ☐ Não Qual? _____	Por que optou por esta universidade? _____ _____ _____		Você pretende trabalhar em qual cidade quando se formar? _____
	Você faz o deslocamento Cidade de origem-Caruaru-Cidade de origem com que frequência? ☐ diariamente ☐ semanalmente ☐ a cada 15 dias ☐ 1 vez por mês ☐ mais que 1 mês. Especifique: _____ Gasto desse deslocamento: _____	Se você volta para casa com uma frequência menor do que a cada 15 dias, qual o motivo? ☐ Distância. Qual é? _____ Km ☐ Economia de dinheiro ☐ Economia de tempo para estudar ☐ Opções de lazer em Caruaru nos finais de semana ☐ Outro motivo. Especifique: _____	Como é o deslocamento da sua cidade para sua faculdade? ☐ Moto ☐ Carro próprio ☐ Carona com amigos ☐ Ônibus/van fretada ☐ Ônibus/van cedida pela prefeitura ☐ Ônibus intermunicipal	Qual o tempo de deslocamento de um percurso (ida ou volta)? ☐ Até 30 minutos ☐ Entre 30min e 1h ☐ De 1h a 2h ☐ Mais que 2h

CONDIÇÕES DE MORADIA E DESLOCAMENTO (PARA QUEM MORA EM CARUARU)	Você mora em Caruaru com: ☐ Pais ☐ Amigos ☐ Parentes ☐ Sozinho	Quantas pessoas moram contando com você? Indique um número abaixo.	Qual a condição de moradia: ☐ casa própria ☐ aluguel – casa ☐ aluguel - apartamento Número de Quartos:(indique um número)	Tipo de moradia: ☐ Pensionato ☐ República ☐ Moradia estudantil ☐ Apartamento ☐ Kitnet ☐ Outros. Especifique:
	Deslocamento até a universidade:	☐ a pé ☐ bicicleta ☐ carro ☐ ônibus ☐ veículo coletivo intermunicipal	Deslocamento na cidade:	☐ a pé ☐ táxi ☐ bicicleta ☐ moto táxi ☐ moto ☐ carro próprio ☐ ônibus

ESPAÇOS DE CONSUMO EM CARUARU

	Onde compra?	Nome da Empresa, Indicar avenida, rua ou bairro	Frequência	Como paga?	Locomoção
Alimentação e compras em geral para casa	() Supermercado	Nome do estabelecimento _____ Bairro _____	() semanal () quinzenal () mensal () de vez em quando	() cartão de crédito () crediário () a vista () caderneta () cheque pré-datado	() a pé () táxi () bicicleta () moto táxi () moto () carro () ônibus próprio
	() mercado de bairro	Nome do estabelecimento _____ Bairro _____	() semanal () quinzenal () mensal () de vez em quando	() cartão de crédito () crediário () a vista () caderneta () cheque pré-datado	() a pé () táxi () bicicleta () moto táxi () moto () carro () ônibus próprio
	() feira Indicar avenida, rua ou bairro: _____	Nome do estabelecimento _____ Bairro _____	() semanal () quinzenal () mensal () de vez em quando	() cartão de crédito () crediário () a vista () caderneta () cheque pré-datado	() a pé () táxi () bicicleta () moto táxi () moto () carro () ônibus próprio
	() outros (quitanda, armazém etc) Indicar avenida, rua ou bairro: _____	Nome do estabelecimento _____ Bairro _____	() semanal () quinzenal () mensal () de vez em quando	() cartão de crédito () crediário () a vista () caderneta () cheque pré-datado	() a pé () táxi () bicicleta () moto táxi () moto () carro () ônibus próprio
	() Compras em domicílio	() internet () telefone () vendedor de porta em porta () outro	() semanal () quinzenal () mensal () de vez em quando	() cartão de crédito () crediário () a vista () caderneta () cheque pré-datado	

	Onde?	Nome	Frequência	Como Paga?	Locomoção
Lazer/ Esporte	() Reuniões em casa, de familiares ou de amigo		() 1 vez ou mais por semana () duas vezes por mês () 1 vez por mês () de vez em quando		() a pé () táxi () bicicleta () moto táxi () moto () carro próprio () ônibus
	() Clube	Nome do estabelecimento _____ Bairro _____	() 1 vez ou mais por semana () duas vezes por mês () 1 vez por mês () de vez em quando	() cartão de crédito () crediário () cheque pré-datado () a vista	() a pé () táxi () bicicleta () moto táxi () moto () carro próprio () ônibus
	() Praça/parque	Nome do estabelecimento _____ Bairro _____	() 1 vez ou mais por semana () duas vezes por mês () 1 vez por mês () de vez em quando		() a pé () táxi () bicicleta () moto táxi () moto () carro próprio () ônibus
	() Casas noturnas	Nome do estabelecimento _____ Bairro _____	() 1 vez ou mais por semana () duas vezes por mês () 1 vez por mês () de vez em quando	() cartão de crédito () crediário () a vista () cheque pré-datado	() a pé () táxi () bicicleta () moto táxi () moto () carro próprio () ônibus
	() Shopping	Nome do estabelecimento _____ Bairro _____	() 1 vez ou mais por semana () duas vezes por mês () 1 vez por mês () de vez em quando	() cartão de crédito () crediário () a vista () caderneta () cheque pré-datado	() a pé () táxi () bicicleta () moto táxi () moto () carro próprio () ônibus
	() Bares	Nome do estabelecimento _____ Bairro _____	() 1 vez ou mais por semana () duas vezes por mês () 1 vez por mês () de vez em quando	() cartão de crédito () crediário () a vista () caderneta () cheque pré-datado	() a pé () táxi () bicicleta () moto táxi () moto () carro próprio () ônibus
	() Academia	Nome do estabelecimento _____ Bairro _____	() 1 vez ou mais por semana () duas vezes por mês () 1 vez por mês () de vez em quando	() cartão de crédito () crediário () a vista () cheque pré-datado	() a pé () táxi () bicicleta () moto táxi () moto () carro próprio () ônibus
	() Restaurante	Nome do estabelecimento _____ Bairro _____	() 1 vez ou mais por semana () duas vezes por mês () 1 vez por mês () de vez em quando	() cartão de crédito () crediário () a vista () cheque pré-datado	() a pé () táxi () bicicleta () moto táxi () moto () carro próprio () ônibus

[Digite texto]

	() Cinema	Nome do estabelecimento _____ Bairro _____	() 1 vez ou mais por semana () duas vezes por mês () 1 vez por mês () de vez em quando	() cartão de crédito () a vista	() a pé () táxi () bicicleta () moto táxi () moto () carro próprio () ônibus
	() Outros	Nome do estabelecimento _____ Bairro _____	() 1 vez ou mais por semana () duas vezes por mês () 1 vez por mês () de vez em quando	() cartão de crédito () crediário () a vista () caderneta () cheque pré-datado	() a pé () táxi () bicicleta () moto táxi () moto () carro próprio () ônibus

Agradecemos a sua colaboração.

[Digite texto]